



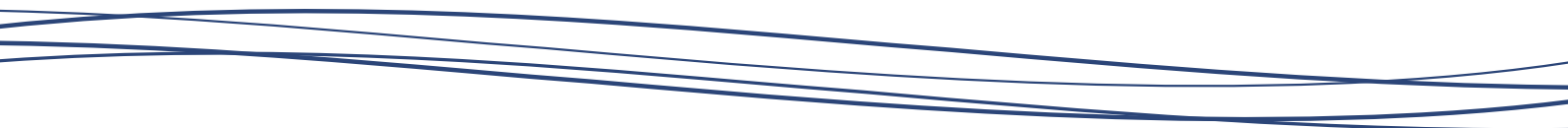
Águas do Algarve | Relatório e Contas | 2007







Águas do Algarve
Relatório e Contas | **2007**





Mensagem do Presidente do Conselho de Administração 3

I - Órgãos Sociais

- I.1. - Órgãos Sociais 9
- I.2. - A Empresa 13
- I.3. - Principais Acontecimentos 15

2 - Governo da Sociedade

- 2.1. - Missão e Posicionamento Estratégico 19
- 2.2. - Estrutura Funcional 21
- 2.3. - Relações com "Stakeholders" 22
- 2.4. - Regras Societárias 22
- 2.5. - Órgãos de Administração 24
- 2.6. - Remunerações 28
- 2.7. - Relatório dos Administradores Não Executivos 29

3 - Actividade da Empresa

- 3.1. - Introdução 35
- 3.2. - Enquadramento Macroeconómico 37
- 3.3. - Enquadramento no Sector 39
- 3.4. - Cadeia de Valor 41
- 3.5. - Responsabilidade Social 42
- 3.6. - Regulação 42
- 3.7. - Relatório de Actividades 47
- 3.8. - Perspectivas para o Futuro 70
- 3.9. - Considerações Finais 70
- 3.10. - Proposta de Aplicação de Resultados 70
- 3.11. - Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados 73

4 – Demonstrações Financeiras

- 4.1. - Balanço 92
- 4.2. - Demonstração dos Resultados por Naturezas 94
- 4.3. - Demonstração de Resultados por Funções 96
- 4.4. - Demonstração dos Fluxos de Caixa 97
- 4.5. - Relatório e Parecer do Fiscal Único 99
- 4.6. - Certificação Legal de Contas 101

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração





Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

À Águas do Algarve SA foi cometida pelos contratos de concessão assinados com o Estado a responsabilidade de conceber, implementar e gerir o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água para consumo humano e o Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve. Os Sistemas deveriam garantir, a uma tarifa socialmente aceitável, o abastecimento de água para consumo humano, com fiabilidade e com a qualidade adequada, bem como o tratamento de águas residuais, de acordo com as normas legais aplicáveis num quadro de sustentabilidade ambiental, social e económica da concessão e da Empresa.

No quadro dessa responsabilidade que lhe foi cometida pelo Concedente e pelos accionistas a Águas do Algarve, visando cumprir os objectivos subjacentes ao referido contrato de Concessão, desenvolveu em 2007 um vasto conjunto de actividades de que resultou:

- Aumento de 13,4% dos volumes de abastecimento de água e de 22,2% de volume de efluente tratado;
- Inexistência de situações de ruptura de abastecimento de água no Sistema Multimunicipal;
- Início do abastecimento de água a Alcoutim e à cidade de Silves e início das obras de adução de água e de recolha de efluentes das Ilhas de Armona, da Culatra e do Farol;
- Exploração de mais 8 Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), de que se destacam as ETAR de Almargem e a da Boavista, com a extensão da prestação do serviço a mais três Municípios e início das obras das ETAR de Vila Real de Santo António, Faro-Noroeste e de Albufeira-Poente;
- Extensão da rede de colectores de águas residuais de 162 km 2006 para 274 km em 2007;
- Integração das infra-estruturas de saneamento dos Municípios de Faro e de Portimão ficando assim concluída a integração efectiva da totalidade dos Municípios no Sistema Multimunicipal de Saneamento;
- Arranque efectivo das obras do Empreendimento de Odelouca no que respeita à componente barragem e, no que concerne às componentes ambientais; Procedeu-se à elaboração do projecto, concurso e adjudicação do Centro de Reprodução em Cativoiro do Lince Ibérico;

A melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e do produto água constitui uma vertente fundamental da actividade da Empresa e nesse âmbito, no ano de 2007, merecem especial destaque:

- O prémio da qualidade da água para consumo humano concedido pelo Instituto Regulador de Águas e Resíduos à Águas do Algarve;
- A certificação obtida pela Águas do Algarve referente aos Sistemas de Gestão de Segurança Alimentar (NP ISO 22000:2005);
- A certificação para o Produto Água para Consumo Humano (Norma ERP 5000/I) concedida à Águas do Algarve a qual se reveste de pioneirismo a nível nacional e internacional;
- A qualidade da água fornecida aos Municípios apenas não cumpriu uma única vez com os valores paramétricos estabelecidos na legislação em vigor representando 0,01% das determinações efectuadas no âmbito do Plano de Controlo da qualidade da Água aprovado pelo IRAR.

Especificamente no que concerne à sustentabilidade económica e financeira da Empresa, no ano de 2007 e apesar do acréscimo de custos significativos no que respeita aos custos da energia dos encargos financeiros e de pessoal os resultados líquidos após impostos ascendem a 1,885 M€, sendo de salientar que a componente económica e financeira da Empresa continuou a caracterizar-se pela sua boa performance económica, evidenciada por um acréscimo de 16% do volume de negócios e de resultados operacionais (-1,2M€ em 2006 e 5,6M€ em 2007), mas com uma estrutura financeira desajustada decorrente do recurso sistemático a capitais alheios de curto prazo para assegurar o financiamento dos investimentos.

Contudo, a concretizarem-se, o financiamento de médio e longo prazo do Banco Europeu de Investimentos, o aumento do Capital Social, aprovado em princípio pelos Accionistas em Dezembro de 2006, o controlo dos investimentos em curso principalmente no que respeita à componente saneamento e o alargamento do prazo das Concessões de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais permitirão assegurar a sustentabilidade financeira não apenas dos Sistemas Multimunicipais mas também da Águas do Algarve, SA.

O Conselho de Administração entende dever realçar que para atingir os resultados alcançados foram determinantes o empenho dos seus colaboradores, a excelente relação com os municípios utilizadores e a confiança e apoio demonstrado pelos Accionistas, AdP e Câmaras Municipais bem como a colaboração do Revisor Oficial de Contas e do Presidente da Assembleia Geral.

Joaquim Marques Ferreira



I – ÓRGÃOS SOCIAIS

A composição dos membros dos órgãos sociais, eleita em 21 de Março de 2006 para o triénio 2006-2008 é a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Câmara Municipal de Portimão, representada por:

Dr. Manuel António da Luz (Presidente)

Presidente

Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes

Vice-Presidente

Dra. Cristina Rebelo Pereira

Secretária

FISCAL ÚNICO

PRICEWATERHOUSECOOPERS, SROC, Lda., representada por:

Dr. José Manuel de Oliveira Vitorino

Efectivo

Dra. Ana Maria A. O. Lopes Bertão

Suplente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Joaquim Marques Ferreira

Presidente

Eng. Artur José de Campos Duarte Ribeiro

Dr. Luís Filipe dos Santos Guerreiro Faísca

Câmara Municipal de Vila do Bispo, representada por

Eng.º Gilberto Repolho dos Reis Viegas (Presidente)

Câmara Municipal de Lagos, representada por

Dr. Júlio José Monteiro Barroso (Presidente)

Vogais



I.1. - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na Assembleia Geral da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A., que teve lugar no dia 14 de Março de 2007, foram eleitos dois novos membros representativos das Câmaras Municipais, tendo passado o Conselho de Administração a ter a seguinte composição:

Presidente: Dr. Joaquim Marques Ferreira

Vogal: Eng.º Artur José de Campos Duarte Ribeiro

Vogal: Dr. Luís Filipe dos Santos Guerreiro Faísca

Vogal: Eng.º Gilberto Repolho dos Reis Viegas Presidente da Câmara Municipal de Vila do Bispo

Vogal: Dr. Júlio José Monteiro Barroso, Presidente da Câmara Municipal de Lagos

ADMINISTRADOR

HABILITAÇÕES

PERCURSO PROFISSIONAL

Marques Ferreira



Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

Desempenhou as funções de Presidente do ICN; membro da Comissão Nacional da REN; Administrador da EDIA; Consultor de Empresas; Coordenador dos Planos de Bacias Hidrográficas; Coordenador do Grupo de Trabalho do Projecto da Lei-quadro da Água; Presidente do Conselho de Administração da EDIA.

Actualmente desempenha as funções de Presidente do Conselho de Administração das seguintes empresas: Águas do Centro; Águas de Santo André e, Águas do Algarve.

Artur Ribeiro



Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico

Director de Produção e Director Geral em várias empresas na área da Construção Civil e Infra-estruturas.

Administrador da Águas do Algarve desde Outubro de 2003.

Luís Faísca



Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa

Ingressou no quadro da Águas de Portugal em 1998, tendo exercido as funções de membro dos Conselhos de Administração da ELECTRA, S.A. (Cabo Verde), da Águas da Figueira, S.A. e da Tratave, S.A.

Gilberto Viegas



Licenciado em Engenharia Electrotécnica - Instituto Superior de Engenharia de Lisboa e Universidade do Algarve

É professor efectivo do ensino secundário, tendo iniciado funções em 1980. A nível político exerceu diversos cargos: foi vereador em regime de permanência na Câmara Municipal de Lagos entre 1990 e 1993 e vereador em regime de não permanência na Câmara Municipal de Vila do Bispo entre 1994 e 1997. É Presidente da Câmara Municipal de Vila do Bispo desde 1998. É vogal do Conselho Directivo da Associação de Municípios Terras do Infante.

Júlio Barroso



Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa,

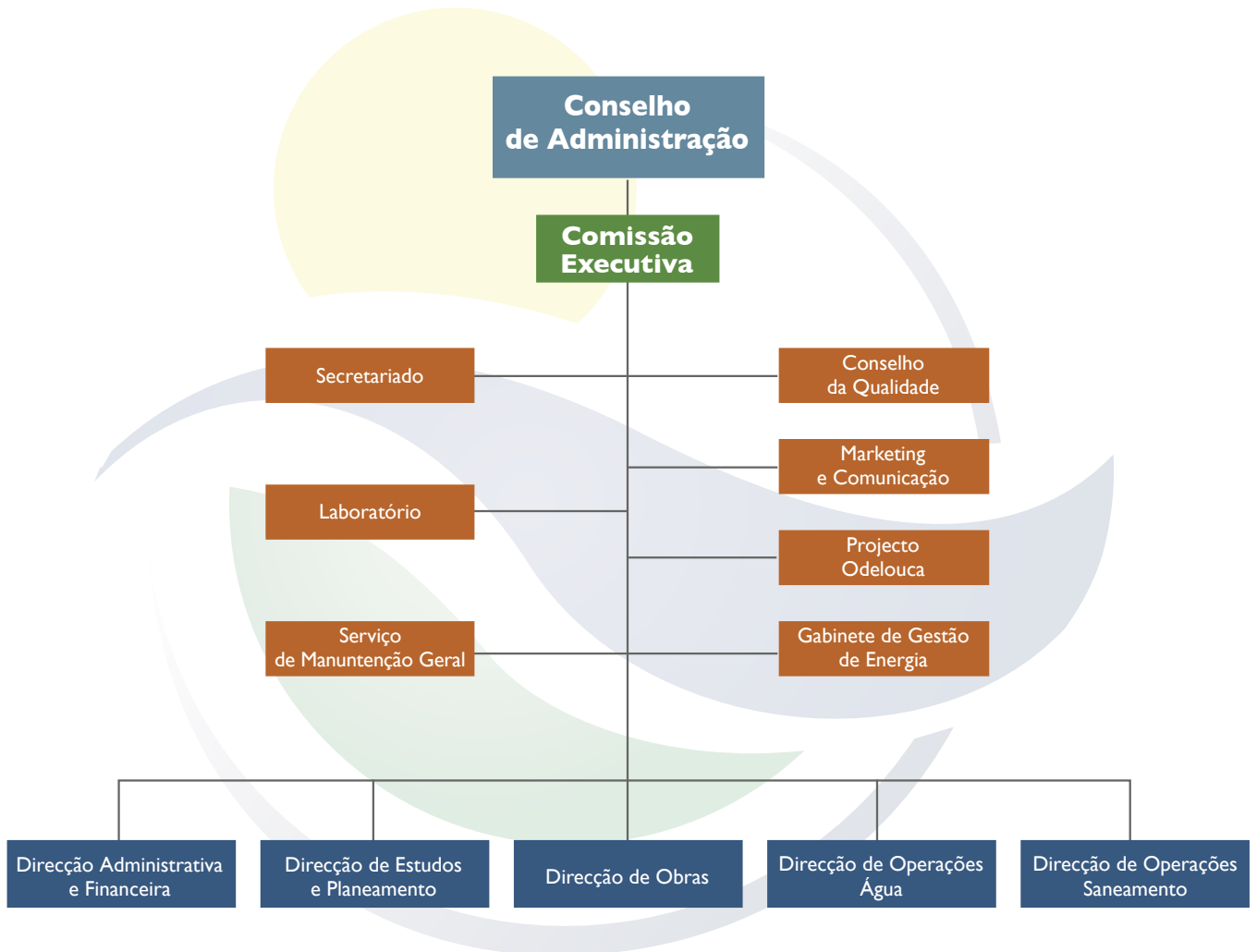
Desempenhou, a nível profissional, diversas actividades: docência entre 1975 e 1979; advocacia entre 1980 e 1996; Desempenha funções de Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lagos desde 1998. Como autarca e Presidente da Câmara Municipal de Lagos, preside ainda à Associação Europeia dos Municípios com Marina e à Associação de Municípios - "Terras do Infante".



1.2 – A EMPRESA

1.2.1. - ORGANOGRAMA DA SOCIEDADE

A organização interna da Sociedade está estruturada da seguinte forma:



I.2.2. - INDICADORES

Síntese de Dados / Indicadores	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Capital Social (m€)	12 325	12 325	12 325	12 325	12 325	12 325	29 825	29 825
Capital Próprio (m€)	11 393	11 839	14 529	16 417	18 499	19 436	36 820	38 705
Imbilizado Bruto (m€)	119 690	149 328	165 275	174 257	205 117	264 341	311 244	403 771
Activo Líquido Total (m€)	142 076	154 594	176 038	178 814	204 052	260 029	312 276	383 259
Volume de Negócios (m€)	11 109	15 912	17 554	19 500	21 595	22 726	34 881	40 441
EBITDA (Cash Flow Operacional) (m€)	4 633	6 263	8 462	8 269	8 645	12 190	13 732	17 805
EBIT (Resultado Operacional) (m€)	- 1 659	- 2 363	- 268	- 1 560	- 1 150	2 001	- 1 246	5 556
Resultados Antes de Impostos (m€)	88	791	3 449	2 674	2 755	1 234	- 190	2 670
Resultado Líquido do Exercício (m€)	28	446	2 365	1 888	2 082	938	- 117	1 885
Rendibilidade dos Capitais Próprios (%)	0.2%	3.8%	16.3%	11.5%	11.3%	4.8%	-0.3%	4.9%
Rendibilidade do Activo (%)	0.02%	0.29%	1.34%	1.06%	1.02%	0.36%	-0.04%	0.49%
Autonomia Financeira (%) - corrigida dos Subsídios	72.3%	74.8%	68.5%	67.2%	58.4%	44.5%	41.3%	45.1%
Prazo Médio dos Recebimentos (dias)	82	38	128	141	104	102	89	95
Nº Colaboradores em 31 Dezembro (inc. Org. Soc)	85	94	97	108	131	148	175	181
Nº de Municípios Abastecidos	12	13	13	13	14	14	15	15
Área Geográfica Abrangida (Km ²)	3 700	4 672	4 672	4 672	4 995	4 995	4 995	4 995
População Residente na Área Abrangida	379 186	389 930	389 930	389 930	395 218	395 218	395 218	395 218

Abastecimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Nº de Municípios	12	13	13	13	14	14	15	15
População Servida	344 477	347 922	350 883	353 844	357 382	360 956	379 004	387 314
Cobertura do Serviço (%)	90	95	95	95	96	96	97	97
Volume de Água Produzida (hm ³)	40 781	54 064	59 119	63 310	63 482	52 055	61 726	70 124
Volume de Água Vendida (hm ³)	36 338	51 514	55 433	60 609	63 075	51 843	61 055	69 217
Tarifa (€/m ³)	0.30	0.30	0.31	0.32	0.34	0.37	0.4022	0.4106
Investimento (m€)	12 490	21 937	11 747	6 417	3 860	17 074	14 248	11 755
Subsídios ao investimento (m€)	91 304	103 780	106 036	103 727	100 736	96 338	92 253	134 040
N.º Pontos de Entrega	31	37	41	47	51	52	59	62
Estações Tratamento Água em Exploração	4	4	4	4	4	4	4	4
Rede Adutora (Km)	243	243	271	300	354	356	399	421

Saneamento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Nº de Municípios	-	-	-	-	1	8	11	14
População Servida	-	-	-	-	212	177 071	186 436	288 940
Alojamentos com serviço em alta disponibilizado	-	-	-	-	171	121 751	129 626	194 076
Efluente Tratado (hm ³)	-	-	-	-	3	9 597	23 620	26 486
Tarifa (€/m ³)	-	-	-	-	0.37	0.37	0.4428	0.4521
Investimento (m€)	-	-	-	2 814	24 409	45 382	30 015	24 621
Subsídios ao investimento (m€)	-	-	-	-	879	6 309	16 427	23 285
Estações Tratamento Água Residual em Exploração	-	-	-	-	1	31	44	52
Rede Colectores (Km)	-	-	-	-	0	122	162	274

1.2.3. - Enquadramento Jurídico da Sociedade

A ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. é uma Sociedade Anónima de direito privado e capitais maioritariamente públicos criada pelo Decreto Lei nº 168/2000 de 5 de Agosto, por fusão das sociedades Águas do Barlavento Algarvio, S.A. e Águas do Sotavento Algarvio, S.A.. Essas Sociedades foram constituídas, respectivamente, pelo Decreto Lei nº 130/95, de 5 de Junho, e nº 136/95, de 12 de Junho, com a responsabilidade pelo cumprimento dos dois contratos de concessão outorgados em 10 de Agosto de 1995 com o Estado Português, relativos aos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água ao Barlavento e ao Sotavento Algarvio, criados pelo Decreto Lei nº 379/93 de 05 de Novembro.

Com a criação pelo Decreto-Lei nº 167/2000 do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, foi atribuída à Sociedade a concessão da exploração e gestão do referido sistema, pelo Decreto-Lei nº 172/B-2001 de 26 de Maio, e celebrado o Contrato de Concessão entre o Estado Português e a Empresa em 26 de Maio de 2001.

Em 08 de Novembro e com a publicação do Decreto-lei nº 285/2003 foi criado o Sistema Multimunicipal de abastecimento de água do Algarve, resultante da fusão dos Sistemas do Barlavento e do Sotavento.

Em 07 de Fevereiro de 2005, foi assinado o Contrato de Concessão relativo à fusão dos dois sistemas Multimunicipais do Barlavento e Sotavento Algarvio, entre o Estado Português e a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A..

Objecto Social da Sociedade

O objecto social da Sociedade é “a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve” a exercer também a actividade de exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve.

O capital social da empresa, à data de 31 de Dezembro de 2007, era de 29 825 000 euros, sendo 12 325 000 euros da área de negócio de tratamento de água e 17 500 000 euros da área de negócio do saneamento. O valor nominal de cada acção é de 5 euros. Em 31 de Dezembro faltava realizar 1.523.894 euros relativos ao aumento de capital social.

A estrutura accionista em 31 de Dezembro de 2007 era a seguinte:

Accionistas	Nº Acções	V. Acções	%
Águas de Portugal, SGPS, S.A	3 247 447	16 237 235	54,44
Município de Albufeira	289 270	1 446 350	4,85
Município de Alcoutim	17 236	86 180	0,29
Município de Aljezur	34 046	170 230	0,57
Município de Castro Marim	32 787	163 935	0,55
Município de Faro	409 788	2 048 940	6,87
Município de Lagoa	187 813	939 065	3,15
Município de Lagos	202 726	1 013 630	3,40
Município de Loulé	338 797	1 693 985	5,68
Município de Monchique	25 718	128 590	0,43
Município de Olhão	230 791	1 153 955	3,87
Município de Portimão	369 206	1 846 030	6,19
Município de São Brás de Alportel	49 607	248 035	0,83
Município de Silves	222 439	1 112 195	3,73
Município de Tavira	135 680	678 400	2,27
Município de Vila do Bispo	53 605	268 025	0,90
Município de Vila Real de Santo António	118 044	590 220	1,98
TOTAL	5 965 000	29 825 000	100,00

1.3. - Principais Acontecimentos

De 2007, destacam-se 3 momentos principais de grande importância, não apenas para a Empresa, como também para a região algarvia, em que contámos com a presença de diversas individualidades nacionais e regionais, incluindo membros do Governo.

06 de Julho – Inauguração da ETAR de Almargem e Sistema Interceptor (Concelho de Tavira);

- Inauguração da Remodelação e Ampliação da ETAR Nascente de Olhão (Concelho de Olhão);
- Inauguração da ligação do Sistema Interceptor de águas residuais de S. Brás de Alportel por Estói e Conceição à ETAR Nascente de Faro;
- Início da Empreitada para fornecimento de água e recolha de águas residuais às ilhas barreira (Culatra, Farol e Armona).

Estas Cerimónias foram presididas por sua Excelência Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Professor Dr. Francisco Nunes Correia:

28 de Julho – Inauguração oficial do reinício das Obras da Barragem de Odelouca, pela ÁGUAS DO ALGARVE.

Esta Cerimónia foi presidida por sua Excelência o Primeiro-Ministro Eng.º José Sócrates:

30 de Novembro – Cerimónia alusiva à Certificação do Produto Água para Consumo Humano, na variante - Sistemas de Abastecimento Público em Alta, pelo referencial "ERP 5001/I .

Esta Cerimónia foi presidida por Suas Excelências o Secretário de Estado do Ambiente Prof. Humberto Rosa, e o Secretário de Estado do Turismo Dr. Bernardo Trindade.

Outras 3 datas de grande importância que marcaram a vida da Empresa, foram:

6 de Julho – A ÁGUAS DO ALGARVE obteve a certificação no referencial NP EN ISO 22000:2005, referente aos Sistemas de Gestão de Segurança Alimentar, que permite identificar e prevenir a ocorrência de perigos para a saúde pública, garantindo, em qualquer etapa do processo de tratamento e de distribuição de água, a segurança do produto água.

28 de Setembro – A ÁGUAS DO ALGARVE obteve a Certificação para o Produto Água para Consumo Humano (segundo a norma ERP 5001/I – em alta), permitindo garantir um produto de elevadíssimo nível de qualidade, cujos requisitos são definidos os segundo as orientações da Organização Mundial de Saúde, evidenciando-se desta forma o elevado nível de qualidade de água entregue.

24 de Outubro – A ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. recebeu o prémio da Qualidade da Água para Consumo Humano referente a 2006. Esta atribuição realizou-se através de uma Cerimónia Pública de atribuição anual dos Prémios de Qualidade de Serviço em Águas e Resíduos, cujo objectivo se prende com a contribuição para a melhoria da qualidade dos serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos sólidos urbanos, através da atribuição anual dos Prémios de Qualidade de Serviços em Águas e Resíduos, que pretende divulgar casos portugueses de Excelência.

Ainda neste ano não podemos deixar de referir, o convite endereçado pela União Europeia à ÁGUAS DO ALGARVE S.A., para apresentar uma comunicação no seminário TWBCN 09A08, Water Ecosystems: assets for regional attractiveness, o qual decorreu durante a Semana Europeia das Regiões e Cidades "OPEN DAYS 2007", na semana de 08 a 11 de Outubro, em Bruxelas. Refere-se que o Open days 2007 foi considerado o maior evento europeu no domínio das políticas regionais, versando sobre o futuro da política regional no contexto da globalização, alterações climáticas e tendências demográficas.





2. – Governo da Sociedade

2.1 – Missão e Posicionamento Estratégico

A ÁGUAS DO ALGARVE, S.A., Sociedade concessionária dos Sistemas Multimunicipais de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve, foi criada em 2000 por fusão das empresas Águas do Sotavento Algarve, S.A. e Águas do Barlavento Algarve, S.A..

2.1.1 – Missão

Enquanto concessionária, a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A., assegura uma Missão de utilidade pública, tendo, assumido desde sempre, o compromisso de:

- Respeitar as normas mais exigentes do sector, apostando sempre numa perspectiva de melhoria contínua dos padrões de qualidade inerentes aos seus processos;
- Minimizar os consumos de recursos naturais e transformados, permitindo a aplicação de tarifas equilibradas;
- Adequar com os recursos técnicos e humanos, apenas estritamente necessários, ao desenvolvimento da sua actividade e compromissos assumidos;
- Contribuir para a melhoria da saúde pública e do ambiente da região em que se insere, adoptando políticas e práticas cada vez mais responsáveis;

2.1.2 – Desafios Futuros

No final de 2006 chegou ao seu termo o período de programação do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para o período 2000-2006 (PEAASAR). Este plano estratégico desempenhou um papel essencial na estruturação de todo o sector de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas em Portugal, e na definição das prioridades relativas à utilização dos fundos comunitários no âmbito do 3.º Quadro Comunitário de Apoio, de que foram beneficiárias as concessionárias de sistemas multimunicipais.

Subsistindo, apesar dos progressos muito significativos que foram alcançados, problemas por resolver no sector, e estando em preparação um novo ciclo de fundos comunitários relativo ao período 2007-2013, consubstanciado no QREN, impunha-se a actualização daquela estratégia. Neste sentido, o Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional determinou, com o seu Despacho n.º 19 213/2005, de 10 de Agosto, a elaboração de um novo PEAASAR, agora para o período de programação dos fundos comunitários do QREN.

A Estratégia que ficou definida para o período 2007-2013, aprovado pelo Despacho 2339/2007, de 28 de Dezembro, publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 14 de Fevereiro, assenta no pressuposto de que o preço justo da água deve cobrir os custos do serviço, através de tarifas socialmente aceitáveis e escalonadas de forma a contribuir para o seu uso eficiente e para a protecção do ambiente, como forma de garantir a sustentabilidade do sector. A Estratégia parte de duas condicionantes, designadamente a necessidade de compatibilizar as tarifas com as condições socio-económicas das populações e de concluir os investimentos necessários para se atingirem níveis de atendimento com a qualidade exigida e para que se cumpram as obrigações decorrentes da legislação e das boas práticas ambientais.

Este novo PEAASAR define objectivos e propõe medidas de optimização de gestão nas vertentes em “alta” e em “baixa” e de optimização do desempenho ambiental do sector, e clarifica o papel da iniciativa privada. Visa ainda a racionalização dos custos a suportar pelas populações e estabelece os modelos de financiamento e as linhas de orientação da política tarifária.

São definidos grandes objectivos estratégicos e as respectivas orientações que devem enquadrar os objectivos operacionais e as medidas a desenvolver no período 2007-2013, designadamente, a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do sector e a protecção dos valores ambientais.

A Estratégia define objectivos operacionais, nomeadamente servir cerca de 95 % da população total do País com sistemas públicos de abastecimento de água e servir cerca de 90% da população total do País com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema integrado o nível de atendimento desejável deve ser de pelo menos 70% da população abrangida. Pretende-se ainda que seja garantida a recuperação integral dos custos dos serviços, contribuindo para a dinamização do tecido empresarial privado nacional e local.

Para a consecução destes objectivos prevê-se a adopção de um conjunto de medidas, de que se destacam a realização dos investimentos necessários à conclusão e à expansão dos sistemas em “alta” e à continuação da infra-estruturação da vertente em “baixa”, com especial enfoque nos investimentos visando a articulação entre ambas as vertentes, a revisão do enquadramento legal e regulatório, a integração territorial e funcional de sistemas multimunicipais vizinhos e a integração territorial das “baixas”.

A Estratégia aposta ainda na implementação das disposições da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, Lei-Quadro da Água, directamente relacionadas com o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais, e incentivar o uso eficiente da

água e o controlo e a prevenção da poluição.

Os investimentos a realizar em sistemas multimunicipais e intermunicipais que serão objecto de financiamento no período são estimados na ordem dos 1 600 milhões de euros, dos quais 700 milhões elegíveis aos apoios do QREN. Na vertente em “baixa”, a estimativa dos investimentos prioritários a realizar no período 2007-2013 é da ordem dos 2 200 milhões de euros, dos quais 1 400 milhões elegíveis.

São estabelecidas orientações e fixados objectivos de protecção de valores ambientais no contexto da actividade do sector; com particular destaque para as boas práticas ambientais e para a gestão integrada dos recursos hídricos, o uso eficiente da água, a gestão das águas pluviais numa perspectiva ambiental, a gestão das lamas produzidas nas ETA e nas ETAR, a problemática do tratamento de efluentes industriais, com particular destaque para os efluentes agro-industriais, a eco-eficiência energética, a gestão patrimonial de infra-estruturas, as exigências ambientais a nível da contratação e a monitorização ambiental.

A Estratégia aposta decisivamente num envolvimento significativo do sector privado, tanto a nível da gestão como financeiro, sem prejuízo do papel estratégico reservado às empresas concessionárias de sistemas multimunicipais do grupo AdP, SGPS, S.A., enquanto instrumentos das políticas públicas para o sector; e clarifica os domínios e formas da sua intervenção, ao mesmo tempo que define medidas visando aumentar a concorrência e tornar o processo de participação mais competitivo e transparente.

2.1.3. - Valores

A integridade, a honestidade, a responsabilidade, a transparência, a sustentabilidade, a inovação e a excelência são os princípios éticos que norteiam as acções da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A;

A Integridade/Honestidade, manifesta-se:

- Pela salvaguarda da integridade física e moral dos nossos colaboradores e de todos quantos com a Empresa colaboram, não permitindo qualquer forma de coacção física, moral ou psicológica nem comportamentos ofensivos da dignidade da pessoa humana.
- Pelo respeito ao valor inerente a cada indivíduo, independentemente do seu sexo, religião, convicção política, filiação sindical, orientação sexual, raça ou nacionalidade;
- Pela forma como actuamos, não permitindo situações geradoras de conflito de interesses;

A Responsabilidade, manifesta-se:

- Pelo cumprimento da Missão e dos Valores da Empresa, de forma profissional, disciplinada e rigorosa, preservando os seus bens, procurando com espírito empreendedor, mesmo em circunstâncias difíceis, a excelência no desempenho;
- Pelo cumprimento da lei e regulamentos que regem a nossa actividade;
- Pelos nossos actos individuais;

A Transparência, manifesta-se:

- Pela distinção entre interesses pessoais e profissionais, na conduta dos Órgãos Sociais, das Direcções, Serviços e colaboradores, interditando a prática de corrupção ou suborno, em quaisquer das suas formas, não permitindo situações irregulares ou de favor;
- Pelo respeito do princípio de igualdade de tratamento a todos quantos com a Empresa se relacionam;
- Pela disponibilização de registos contabilísticos, financeiros, fiscais, de qualidade do produto, ambientais e de recursos humanos, fidedignos e actualizados, salvaguardando a informação de carácter sigiloso;

2.1.4. - Objectivos Estratégicos

Para o ano de 2008 foram estabelecidas como linhas fundamentais de orientação da actividade da Empresa os seguintes:

Abastecimento de Água

O ano 2008 será marcado pela continuidade da expansão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve. A ligação ao Concelho de Monchique, o início do fornecimento de água às ilhas barreira de Culatra e Farol do Município de Faro, Armona no Concelho de Olhão e ainda Cruz do Areal em Tavira, Areias de Almancil e Vila Sol em Loulé.

O ano 2008 terá como exigência o início da exploração das acções previstas no Plano de Acção para a Seca 2005, nomeadamente a colocação em serviço da estação elevatória para aproveitamento das aflúncias na ribeira de Odelouca, no local da pré-ensecadeira da futura barragem e sua condução através do túnel Odelouca - Funcho para a ETA de Alcantarilha, bem como a conclusão dos novos furos de Benaciate.

Por outro lado, será mantida em plena exploração a interligação física do Barlavento e Sotavento, com elevação de água através

das duas Estações Elevatórias Reversíveis e a utilização dos caudais máximos a transferir para Barlavento.

Está previsto no ano 2008, dar continuidade às acções de I&D em curso, com especial relevo para a conclusão do projecto OPTOEXPLOR e para o projecto ETA 21.

No ano 2008 prevê-se dar continuidade ao projecto de parceria no âmbito da educação ambiental com a Almagem e com a Quercus sobre o uso eficiente da água e disponibilizar o canal educativo da Empresa.

Está ainda previsto dar continuidade ao Programa de Educação Ambiental pela Arte, em parceria com a DRE do Algarve e outras entidades na região.

Foi prevista a realização de um Estágio Profissional do IEFP na ETA de Tavira, para apoio ao processo de tratamento e ainda considerada a aceitação de estágios curriculares para a área da operação.

Está previsto implementar a Base de Dados da Operação – Água, com vista à optimização dos processos de tratamento e adução.

Saneamento

O ano de 2008 vai ser marcado pela consolidação das obras do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, bem como pela maior abrangência da exploração do sistema.

Durante 2008 finalizar-se-ão as últimas aquisições de infra-estruturas bem como se concluirá transferência da sua exploração para a responsabilidade da Empresa.

Global

A ÁGUAS DO ALGARVE, iniciou já no corrente ano o processo conducente à certificação da Empresa no Sistema de Responsabilidade Social, ao abrigo das Normas SA 8000. É previsível que este objectivo, possa ser atingido até final do ano 2008.

A médio prazo, ou seja dentro de 5 anos, a Empresa espera poder enveredar pela implementação de um Sistema de Gestão pela Qualidade Total, que permitirá a certificação através das normas de excelência.

Reforçar a divulgação da imagem da Empresa.

Manter e reforçar a ligação da Empresa aos accionistas e ao Grupo AdP Águas de Portugal.

2.2 – Estrutura Funcional

Para o correcto exercício das suas funções a Águas do Algarve dispõem de um conjunto de órgãos funcionais, para apoio à gestão e exploração de ambas as áreas de negócio da Empresa, Abastecimento de Água e Saneamento.

No âmbito de apoio à gestão conta com as seguintes estruturas:

Conselho da Qualidade

Órgão responsável pela recolha de informação, análise e emissão de pareceres e propostas na área da qualidade, efectuando acções de implementação, acompanhamento e controlo de processos de certificação.

Marketing e Comunicação

Órgão responsável pelo desenvolvimento da estratégia de marketing e comunicação da Empresa.

Projecto Odelouca

Órgão que garante a coordenação de todas as vertentes do empreendimento hidráulico da barragem de Odelouca, designadamente a obra e todas as componentes ambientais.

Laboratório

Estrutura que garante a implementação do Plano de controlo analítico de ambas as actividades da Empresa, possuindo Instalações Laboratoriais que asseguram grande parte das necessidades, em análises, da Empresa.

Serviços de Manutenção Geral

Estrutura que gere, planeia e assegura o bom funcionamento de todas as infra-estruturas do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve. Quanto ao Sistema Multimunicipal de Saneamento a actividade resume-se à assessoria.

Gabinete de Gestão de Energia

Estrutura que presta apoio na gestão dos consumos energéticos, garantindo uma eficiente utilização das infra-estruturas e adequação dos contractos de aquisição da energia. Tem ainda como missão a identificação de potenciais energéticos das nossas infra-estruturas com vista à geração de energia.

2.3 – Relações com “Stakeholders”

Comunicação Eficaz e Transparência das Actividades Desenvolvidas

O envolvimento e a comunicação constante com os stakeholders são primordiais para uma Empresa no século XXI. A responsabilidade do Grupo neste âmbito é acrescida pelo facto de prestar serviços de carácter público e porque no seu core business está uma parte significativa do desenvolvimento sustentável do país. Deste modo, a criação de valor para todos os que estão envolvidos com o Grupo é fundamental. Não só o valor criado para os accionistas, como o valor criado para a sociedade na disponibilização de serviços básicos para a qualidade de vida das populações.

Neste contexto, consideramos como stakeholders os seguintes: utilizadores, clientes, colaboradores, entidade reguladora, entidades financiadoras, accionistas, fornecedores, entidades governamentais, os meios de comunicação social e as comunidades locais das regiões onde as empresas do Grupo operam.

Consciente destes factos, e da sua importância, o Grupo AdP pretende criar e manter uma relação de transparência e confiança com os seus stakeholders, tentando, de modo contínuo, melhorar a capacidade em responder aos seus desafios, nomeadamente, no que diz respeito à divulgação da sua informação.

Divulgação de Informação

A Águas do Algarve, cumpre todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação, assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de stakeholders, nomeadamente, accionistas, Governo, entidades reguladoras, parceiros, clientes, fornecedores, utilizadores, instituições financeiras e claro o pessoal da Empresa. O Departamento de Desenvolvimento Empresarial intervém de forma a assegurar a qualidade no relacionamento com os diversos stakeholders, desempenhando as suas funções na sede social da Aguas do Algarve.

Marketing e Comunicação - Relação com Stakeholders

Rua do Repouso, 10

8000-302 Faro

Email: geral@aguasdoalgarve.pt

www.aguasdoalgarve.pt

A Aguas do Algarve disponibiliza através do seu site na Internet informações relevantes sobre a Empresa e faculta a possibilidade aos interessados de consultar ou requerer o envio dos documentos de prestação de contas referentes a anos anteriores.

2.4 – Regras Societárias

2.4.1 – Código de Conduta e Éticas

O Grupo Águas de Portugal acredita que a concretização dos seus interesses de longo prazo no desempenho da missão que lhe foi cometida pelo Estado Português está necessariamente alicerçada no estrito cumprimento dos mais elevados padrões de conduta ética.

O Código de Conduta e Ética do Grupo Águas do Portugal vem expressar o compromisso do Grupo com todos aqueles que se relacionam com as empresas do Grupo nas suas actividades comerciais, institucionais e sociais, e que têm, por isso, interesse legítimo na transparência, no diálogo e na atitude ética das empresas do Grupo AdP e dos seus colaboradores.

Mas mais do que um compromisso, este Código de Conduta e Ética reflecte a vontade de prosseguir um caminho de melhoria contínua de um grupo empresarial que assume como princípios estruturantes da sua acção o respeito pelos direitos dos trabalhadores, a responsabilidade da defesa e protecção do meio ambiente, a transparência nas suas relações com o exterior e a contribuição para um desenvolvimento sustentável.

O Código é aplicável a todas as empresas e vincula todos os colaboradores do Grupo AdP, independentemente da sua função ou posição.

Valores Éticos do Grupo Águas de Portugal e Princípios de Actuação

O Grupo AdP tem como Valores Centrais:

- Espírito de Servir
- Excelência
- Integridade
- Responsabilidade
- Rigor

E rege-se pelos seguintes Princípios:

- Respeito e protecção dos direitos humanos
- Respeito pelos direitos dos trabalhadores
- Luta contra a corrupção
- Erradicação de todas as formas de exploração
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias
- Responsabilidade na defesa e protecção do meio ambiente
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável

2.4.2 – Controlo do Risco

A ÁGUAS DO ALGARVE encontra-se exposta a um conjunto de riscos, que resultam da sua actividade. A continuidade das operações depende, de forma crítica, da eliminação ou controlo de riscos que podem significativamente afectar o conjunto dos seus activos (pessoas, equipamentos, qualidade de serviço, informação, instalações), e deste modo por em risco os objectivos estratégicos da ÁGUAS DO ALGARVE. A ÁGUAS DO ALGARVE e em particular o seu Conselho de Administração dedicam grande atenção aos riscos inerentes à sua actividade.

A gestão de risco, enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporada em todos os processos de Gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores da ÁGUAS DO ALGARVE.

Neste contexto, a função de Auditoria Interna e Controlo de Risco do Grupo Águas de Portugal tem como principais objectivos a identificação dos factores de risco ao nível das principais actividades empresariais e dos respectivos controlos-chave para reduzir ou eliminar o seu impacte. A avaliação da eficácia desses controlos é obtida através da realização de testes de conformidade, da identificação de acções de melhoria e da atribuição de responsabilidades que permitam assegurar que as acções identificadas são executadas de forma tempestiva.

A Auditoria Interna e Controlo de Risco desenvolveu diversos trabalhos de análise e acompanhamento respeitantes às actividades primeiras do objecto social do Grupo Águas de Portugal, designadamente nas áreas de Abastecimento de Água, Tratamento de Águas Residuais e Recolha, Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos. Foram ainda desenvolvidas outras acções de acompanhamento de projectos corporativos, das quais se destaca o acompanhamento e gestão do risco no âmbito do projecto do Modelo Integrado de Informação de Gestão.

Os riscos económicos são atenuados por critérios de segurança e prudência que têm em conta a dispersão geográfica dos investimentos efectuados nas diferentes áreas de negócio, e pela realização de estudos prévios à sua concretização, nomeadamente no que respeita à definição da política de preços.

A abordagem aos riscos financeiros e operacionais é assegurada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da actividade. Assim, enquanto a Gestão Financeira monitoriza, nomeadamente, os riscos cambiais e de taxa de juro, a Direcção de Sistemas de Informação é responsável pela manutenção de políticas de controlo adequadas relativas à gestão das tecnologias de informação, controlos de acessos físicos e lógicos e continuidade dos sistemas.

2.4.2.1 – Risco Operacional

Dentro do risco operacional, encontram-se catalogados como mais relevantes, os riscos relacionados com a qualidade de serviço (e interrupção do serviço) e respectivas tarifas, os recebimentos dos clientes, os investimentos, a subscrição e realização de capital dos accionistas parceiros, a integração e manutenção dos activos das concessões e as alterações climáticas.

Qualidade de Serviço (Interrupção de Serviço) e Tarifas

A ÁGUAS DO ALGARVE tem efectuado um elevado esforço no sentido de se dotar de ferramentas (tecnologia) que permitam monitorar o serviço prestado, mantendo elevados padrões no que diz respeito à sua qualidade. Saliente-se que a actividade desenvolvida pela ÁGUAS DO ALGARVE está regulada por um conjunto de leis e regulamentos de elevada exigência, que vão desde a qualidade de serviço até à definição das tarifas a cobrar pelos nossos serviços, e que as nossas políticas passam por assegurar que estas sejam escrupulosamente cumpridas.

Recebimento de Clientes

A ÁGUAS DO ALGARVE tem como parceiro de negócio os municípios, que são simultaneamente accionistas da sociedade e clientes da mesma. Como é do conhecimento generalizado, e amplamente noticiado e debatido publicamente, uma parte significativa dos municípios nacionais atravessam significativas dificuldades de tesouraria. Estas dificuldades têm repercussão directa nos recebimentos da ÁGUAS DO ALGARVE pelos serviços prestados, estando assim sujeita a este factor crítico do negócio. Saliente-se que em alguns casos os atrasos no pagamento dos serviços prestados apresentam valores de tal modo significativos que põem inclusivamente em risco o volume de investimentos definidos no contrato de concessão.

A Administração da ÁGUAS DO ALGARVE tem efectuado esforços significativos no sentido de promover a regularização destas situações, estando inclusive a efectivar acordos relativos às situações mais relevantes.

Gestão de Activos e Integração de Activos

Sendo esta uma actividade de capital intensivo, resultado de significativos volumes de investimentos em infra-estruturas, a correcta identificação e manutenção dos activos afectos à operação, torna-se crítica na gestão do dia-a-dia das empresas. A ÁGUAS DO ALGARVE tem em curso diversos projectos, no sentido de tornar mais eficaz e mais eficiente a gestão dos seus activos. Estes projectos passam para além da sua correcta identificação e inventariação, pelo desenvolvimento de projectos de avaliação dos activos e pela implementação de novas ferramentas informáticas que auxiliam o controlo da sua manutenção.

Alterações Climáticas

Dada a natureza das operações da ÁGUAS DO ALGARVE, o seu resultado pode ser afectado pelas condições climáticas. Em anos de forte pluviosidade o volume de águas residuais a serem tratados pelas ETAR's (Estações de Tratamento de Águas Residuais) sofre um incremento considerável. Por não estarem objectivamente definidos nos contratos de concessão de quem é a responsabilidade do pagamento desses encargos as empresas que operam na área do saneamento têm suportado uma parte significativa destes encargos.

Por outro lado, em períodos de forte seca, as origens de água poderão ser igualmente afectadas no que concerne à quantidade disponível e à qualidade verificada.

2.4.2.2 – Risco Financeiro

As actividades da ÁGUAS DO ALGARVE estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros dos quais se destacam os riscos de taxa de juro. A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, recorrendo a instrumentos financeiros estruturados, sempre que necessário.

A gestão de riscos financeiros das participadas do Grupo Águas de Portugal é efectuada centralmente pela Holding do Grupo, com aprovação prévia do Conselho de Administração.

Gestão do Risco de Taxa de Juro

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo, está orientada para uma redução dos encargos financeiros e redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado através da contratação de instrumentos financeiros estruturados, sempre que necessário.

2.4.2.3 – Risco Regulatório

Como prestadores de um serviço público, a ÁGUAS DO ALGARVE opera num ambiente altamente regulado pelo IRAR (Instituto Regulador de Águas e Resíduos). Esta instituição, mandatada pelo Governo, regula entre outros aspectos, a tarifa a cobrar pelos nossos serviços.

Na tentativa de balancear o interesse público no que concerne ao adequado acesso aos nossos serviços e o nosso próprio interesse em gerar resultados que satisfaçam e remunerem o capital investido dos nossos accionistas, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no nosso resultado, com todas as consequências adversas que daí resultam.

2.5 – Órgãos de Administração

2.5.1 – Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 12º do Contrato da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por cinco ou sete Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais.

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral que designa, também, o seu Presidente de entre os Administradores eleitos. Nos termos do n.º 2 do artigo 17º do Contrato da Sociedade, e à semelhança dos restantes órgãos sociais, o Conselho de Administração exerce as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleito.

Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos, permanecendo em funções até à posse dos membros que os venham substituir, ressalvando-se os casos previstos na lei, nomeadamente, de suspensão, destituição ou renúncia.

Competências de Conselho de Administração

Nos termos do artigo 13º do Contrato de Sociedade, ao Conselho de Administração compete:

- a) Aprovar os objectivos e as políticas de gestão da Empresa;
- b) Aprovar os planos de actividade financeiros anuais, bem como as alterações que se revelem necessárias;
- c) Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos e operações relativos ao objecto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da sociedade;
- d) Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- e) Adquirir, vender ou por qualquer forma alienar ou onerar direitos ou bens imóveis;
- f) Constituir sociedades e subscrever, adquirir, onerar e alienar participações sociais;
- g) Estabelecer a organização técnico-administrativa da sociedade e as normas de funcionamento interno, designadamente sobre pessoal e suas remunerações;
- h) Constituir mandatários com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer;
- i) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pela Assembleia Geral.

2.5.2 – Comissão Executiva

Por deliberação do Conselho de Administração da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A., de dia 29 de Março de 2006 e nos termos do n.º 1, do artigo 12.º, do Contrato de Sociedade, e do n.º 3, do artigo 407.º, do Código das Sociedades Comerciais, foi deliberado criar uma Comissão Executiva aplicando-se ao seu funcionamento, com as devidas adaptações, as regras previstas no Contrato de Sociedade para o funcionamento do Conselho de Administração.

Ao abrigo do previsto nos pontos n.ºs 3 e 4 do Artigo 407.º, do Código das Sociedades Comerciais e ainda do Artigo 20.º dos Estatutos Anexos ao Decreto-Lei 168/2000 de 5 de Agosto, o Conselho de Administração deliberou:

1. Criar uma Comissão Executiva constituída pelo seu Presidente, Joaquim Marques Ferreira e pelos vogais Artur José de Campos Duarte Ribeiro e Luís Filipe dos Santos Guerreiro Faísca.
2. Delegar na Comissão Executiva a gestão corrente da sociedade no âmbito da seguinte delegação de competências:

- a) Coordenação geral da actividade da Empresa e representação externa;
- b) Coordenação das áreas funcionais relativas às obras e exploração, compreendendo a supervisão da Direcção de Obras, Direcção de Operações Água, Direcção de Operações Saneamento, Laboratório da ÁGUAS DO ALGARVE, Serviços Gerais de Manutenção, Gabinete de Gestão de Energia, Gabinete de Marketing e Comunicação;
- c) Coordenação das actividades associadas à construção e exploração de barragens, à exploração da fibra óptica, à reutilização de águas residuais, ao aproveitamento das potencialidades energéticas da área abrangida pelo Sistema Multimunicipal e à ETAR de Suinicultura;
- d) Coordenação das áreas funcionais relativas ao planeamento, à gestão económica - financeira e administrativa e aos recursos humanos, compreendendo a supervisão da Direcção Administrativa e Financeira, Direcção de Estudos e Planeamento, Gabinete Jurídico, Sistema de Informática, Sistema de Informação Geográfica e Órgão de Qualidade, Ambiente e Segurança;
- e) Coordenação das actividades associadas aos processos, à informação e aos relatórios a submeter ao Regulador, ao Concedente e à Águas de Portugal, SGPS, bem como no que concerne ao Fundo de Coesão e a outros Fundos Comunitários.

2.5.3 – Fiscal Único

Fiscalização Interna

Nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do Contrato da Sociedade, a fiscalização da actividade da sociedade compete a um Conselho Fiscal, composto por três membros efectivos e um suplente, ou a um Fiscal Único e a um Fiscal Único suplente, conforme for decidido, nos termos da lei, pela Assembleia Geral que os elege por mandatos de três anos, renováveis.

Na sequência da deliberação da Assembleia Geral de dia 14 de Março de 2007, foram eleitos os seguintes membros:

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., representada por:

Dr. José Manuel de Oliveira Vitorino

Suplente: Dr.ª Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão

O Fiscal Único e o suplente são eleitos pela Assembleia Geral, pelo período estabelecido no contrato de sociedade, mas não superior a três anos. O membro do Fiscal Único, efectivo e suplente podem ser reelegíveis.

A remuneração auferida pelos membros do Fiscal Único da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. nos últimos três anos foi a seguinte:

	(Euros)		
	2005	2006	2007
Remuneração	14.800,00	16.592,00	20.565,00

Fiscalização Externa

A PricewaterhouseCoopers & Associados SROC, Lda. é também o auditor responsável pelos Relatórios de Revisão de Informação Prospectiva relativamente ao Orçamento e Projecto Tarifário.

2.5.4 – Mesa da Assembleia Geral

Competências da Assembleia

Principais competências da Assembleia Geral:

- a) Deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício;
- b) Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- c) Proceder à eleição dos administradores e do fiscal único;
- d) Decidir sobre a remuneração dos administradores, directamente ou através de uma comissão de vencimentos, por si eleita;

- e) Autorizar os administradores a exercer actividade concorrente com a da Sociedade;
- f) Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade, podendo proceder à sua destituição;
- g) Deliberar sobre a emissão de qualquer categoria de acções, ordinárias ou preferenciais;
- h) Deliberar sobre a alienação e aquisição de acções próprias;
- i) Deliberar sobre a acção de responsabilidade a intentar pela Sociedade contra administradores;
- j) Deliberar sobre quaisquer alterações ao contrato social, incluindo aumentos de capital, redução, fusão, cisão, transformação e dissolução da Sociedade;
- k) Proceder à eleição dos membros da Comissão de Vencimentos.

Composição da Mesa da Assembleia

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 9º do Contrato de Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo estes escolhidos entre accionistas ou outras pessoas.

A Assembleia Geral é convocada e dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente.

Todos os membros são eleitos, por um período de três anos, em Assembleia Geral.

Presidente

Município de Portimão, representado pelo
Presidente da Câmara Municipal,
Dr. Manuel António da Luz

Vice-Presidente

Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes

Secretário

Dr.ª Cristina Rebelo Pereira

Regras de Funcionamento da Assembleia

A Assembleia Geral é convocada sempre que o Conselho de Administração ou o Fiscal Único o entendam conveniente. A Assembleia Geral ordinária deve reunir no prazo de três meses a contar do final do ano.

Accionistas que possuam acções correspondentes a, pelo menos, 5 % do capital social podem requerer que na ordem do dia de uma Assembleia Geral, já convocada ou a convocar, sejam incluídos determinados assuntos.

Durante os quinze dias anteriores à data da Assembleia Geral são facultados à consulta dos Accionistas, na sede da sociedade:

- a) Os nomes completos dos membros dos Órgãos de Administração e de fiscalização, bem como da Mesa da Assembleia Geral;
- b) A indicação de outras sociedades em que os membros dos Órgãos de Sociais exerçam cargos sociais, com excepção das sociedades de profissionais;
- c) As propostas de deliberação a apresentar à Assembleia pelo Órgão de Administração, bem como os relatórios ou justificação que as devam acompanhar;
- d) Quando estiver incluída na ordem do dia a eleição de membros dos Órgãos Sociais, os nomes das pessoas a propor para o Órgão de Administração, as suas qualificações profissionais, a indicação das actividades profissionais exercidas nos últimos cinco anos, designadamente no que respeita a funções exercidas noutras empresas ou na própria sociedade, e do número de acções da sociedade que são titulares;
- e) Quando se tratar da Assembleia Geral anual, o relatório de gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas, incluindo a certificação legal das contas e o parecer do auditor externo (se aplicável).

Estes documentos devem ser enviados, no prazo de oito dias, aos titulares de acções nominativas ou de acções registadas ao portador correspondentes a, pelo menos 1 % do capital social, quando esses accionistas o requeiram. A ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. disponibiliza igualmente na página "web" da Sociedade (www.aguasdoalgarve.pt) as propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral durante os quinze dias anteriores à data da sua realização, as convocatórias para a realização de cada Assembleia Geral nos trinta dias anteriores à sua realização, juntamente com qualquer outra informação que possa ser considerada relevante pelos Accionistas que pretendam exercer o direito de voto, aí se incluindo a indicação de contactos para o esclarecimento de qualquer dúvida relacionada com o exercício do direito de voto.

Em primeira data de convocação, a Assembleia-geral dos Accionistas não poderá reunir sem estarem presentes ou representados Accionistas titulares de acções representativas de pelo menos cinquenta por cento do capital social, sejam quais forem os assuntos da ordem de trabalhos. Em segunda convocação, a Assembleia Geral pode deliberar seja qual for o número de Accionistas presentes ou representados e o capital por eles representado.

A Assembleia Geral delibera por maioria dos votos emitidos. Contudo, as deliberações sobre a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução ou outros assuntos para os quais a Lei ou o Contrato de Concessão exija maio-

ria qualificada de determinada percentagem do capital social ou dos direitos de voto, devem ser aprovados por dois terços dos votos emitidos, quer a Assembleia reúna em primeira, quer em segunda convocação.

Direito dos Accionistas em Assembleia

Informação

Em Assembleia Geral, todos os Accionistas podem requerer que lhes sejam prestadas informações verdadeiras, completas e elucidativas que lhes permitam formar opinião fundamentada sobre os assuntos sujeitos a deliberação. As informações referidas devem ser prestadas pelo órgão da sociedade que para tal esteja habilitado e só podem ser recusadas se a sua prestação puder ocasionar grave prejuízo à sociedade ou outra sociedade com ela coligada ou violação de segredo imposto por lei.

Presença em Assembleia e Regras Sobre Representação

Apenas poderão participar na Assembleia os titulares de acções escrituradas em seu nome até quinze dias antes do dia da reunião. Até ao quinto dia antes do dia da reunião devem os Accionistas que pretendam fazer-se representar, nos termos da Lei, apresentar na sociedade os instrumentos de representação e bem assim as pessoas colectivas indicar quem as representará. O Presidente da Mesa poderá, contudo, admitir a participação na Assembleia dos representantes não indicados dentro desse prazo, se verificar que isso não prejudica os trabalhos da Assembleia. A antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na Assembleia Geral é de cinco dias.

Os Accionistas sem direito de voto não podem assistir às Assembleias Gerais. No entanto, poderão, se pretenderem assistir à Assembleia Geral, solicitar uma autorização ao Presidente da Assembleia Geral através do endereço de "e-mail" geral@aguasdoalgarve.pt ou ainda através do secretariado da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. (Tel. 289899070). Os Accionistas sem direito de voto que assistam à Assembleia Geral não podem participar na discussão da ordem de trabalhos.

De modo a confirmar a identidade das entidades admitidas a participar na Assembleia Geral, ou de quem validamente os representa, poderá ser solicitada à entrada da Assembleia Geral a identificação pessoal, mediante a apresentação de Passaporte ou bilhete de Identidade Nacional.

Direito de Voto em Assembleia

A cada cem acções corresponde um voto, mas os Accionistas titulares de menos de cem acções podem agrupar-se, de forma a completarem o número exigido, ou um número superior, e fazer-se representar por um dos agrupados. Não existem limites ao direito de voto nem acções que confirmam voto plural ou qualquer direito especial de voto.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, existem impedimentos legais de voto. Um Accionista não pode votar, nem por si, nem por representante, nem em representação de outrem quando a lei expressamente o proíba e ainda quando a deliberação incida sobre situações como a da existência de um litígio entre a sociedade e o Accionista ou de qualquer relação, estabelecida ou a estabelecer, entre a sociedade e o Accionista, não prevista no contrato de sociedade.

Um Accionista que disponha de mais de um voto não pode fraccionar os seus votos para votar em sentidos diversos sobre a mesma proposta ou para deixar de votar com todas as suas acções providas de direito de voto.

Um Accionista que represente outros pode votar em sentidos diversos com as suas acções e as dos representados e bem assim deixar de votar com as suas acções ou com as dos representados.

Voto Por Correspondência e Voto Por Meios Electrónicos

As convocatórias para as Assembleias Gerais incluem a indicação de que o voto pode ser exercido por correspondência. O modo como se processa o escrutínio dos votos por correspondência consta igualmente da convocatória. Para facilitar a votação por correspondência, e para os Accionistas que o pretendam, a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. disponibiliza uma minuta de boletim de voto por correspondência. Esta minuta pode ser solicitada junto do secretariado da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. (Cristina Pereira Tel.213230700) ou no sítio da sociedade (www.aguasdoalgarve.pt).

Actualmente não é admitido o voto electrónico.

2.6 – Remunerações

Nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 8º do Contrato da Sociedade, é à Assembleia Geral que compete, especialmente, deliberar sobre as remunerações dos membros dos Órgãos Sociais, podendo, para o efeito, designar uma Comissão de Vencimentos.

A Comissão de Vencimentos tem por objecto a definição da política remuneratória da Empresa.

Os membros da Comissão de Vencimentos da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. para o triénio 2006-2008 são:

Membro	Nomeação	Termo Mandato
Eng. Pedro Cunha Serra	Mar-2006	2008
Dra. Fátima Borges	Mar-2006	2008
Dr. José Inácio Marques Eduardo	Mar-2007	2008

Na Assembleia-geral de 14 de Março de 2007, foi eleita a Comissão de Vencimentos composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário. Os vencimentos são os mesmos que resultaram da reunião 11 de Maio de 2006.

O montante total de remunerações, auferido pelo conjunto dos membros do órgão de administração da Sociedade, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, foi de € 312.770,67, conforme discriminado na nota 43 do anexo às contas.

	Remuneração Anual
• PriceWaterhouseCoopers&associados, SROC representado por Dr. José Manuel Oliveira Vitorino	20.565,00
Fiscal único:	20.565,00
• Presidente do Conselho de Administração (**)	51.611,00
• Administrador executivo I	99.374,27
• Administrador executivo II	97.532,47
• Vogais não executivos (mandato 2006/7)	8.651,16
• Vogais não executivos (mandato 2007/8)	21.386,32
Conselho de Administração:	278.555,22
Total Geral	299.120,22

(**) Valor pago à AdP SGPS

2.7 – Relatório dos Administradores Não Executivos

Relatório dos Administradores não executivos sobre o desempenho dos Administradores executivos

1. Introdução

Nos termos da alínea m) do artigo 13º-A do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, cumpre-me, na qualidade de administrador não executivo, apresentar um relatório sobre o desempenho dos administradores executivos referente ao exercício de 2007.

2. Actividade

Nos termos da lei, acompanhei a gestão da empresa por parte dos administradores executivos.

A minha função foi exercida com independência, sendo o meu juízo, em face dos administradores executivos, livre e incondicionado, e constatando sempre uma postura de rigor, eficácia e ponderação nas propostas e nas decisões submetidas ao Conselho de Administração.

3. Parecer

Em consequência do supra exposto, faço uma apreciação positiva da actividade dos administradores executivos.

Faro, 11 de Fevereiro de 2008

○ Administrador não executivo



Eng.º Gilberto Viegas

(Representação do Município de Vila do Bispo)

**Relatório dos Administradores não executivos
sobre o desempenho dos Administradores executivos**

1. Introdução

Nos termos da alínea m) do artigo 13º- A do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, cumpre-me, na qualidade de administrador não executivo, apresentar um relatório sobre o desempenho dos administradores executivos referente ao exercício de 2007.

2. Actividade


Nos termos da lei, acompanhei a gestão da empresa por parte dos administradores executivos.

A minha função foi exercida com independência, sendo o meu juízo, em face dos administradores executivos, livre e incondicionado.

3. Parecer

Em consequência do supra exposto, faço uma apreciação positiva da actividade dos administradores executivos.

Faro, 11 de Fevereiro de 2008

O Administrador não executivo

Dr. Júlio Monteiro Barroso
(Representação do Município de Lagos)





3 – Actividade da Empresa

3.1 – Introdução

3.1.1 – Política de Qualidade

A ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. considera que o Sistema de Gestão Integrado é um instrumento fundamental para assegurar a Missão de utilidade pública, a prossecução dos Objectivos e o eficiente controlo das actividades operacionais.

A ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. enveredou, claramente, por uma política de melhoria contínua, no sentido de superar o cumprimento da legislação, e num espírito de cooperação, abertura e transparência para com o concedente, entidade reguladora, accionistas, clientes, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas.

A Política da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. é norteada pelos princípios da integridade, honestidade, responsabilidade, transparência, sustentabilidade, inovação e excelência.

O SGI é um Sistema de Gestão implementado de acordo com referenciais normativos internacionais e inclui:

- Qualidade
- Ambiente
- Saúde e Segurança no Trabalho
- Segurança Alimentar
- Responsabilidade Social
- Certificação de Produtos
- EMAS
- Acreditação do Laboratório

Com a adopção da Norma NP EN ISO 9001:2000 a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. garante que dispõe de um Sistema de Gestão da Qualidade e que cumpre de forma consistente os compromissos assumidos com o Concedente e com os seus Clientes, satisfazendo assim as necessidades dos municípios da sua área de concessão quanto ao Abastecimento de água tratada, com características adequadas ao consumo humano.

As vertentes de Ambiente e Saúde e Segurança no Trabalho de acordo com as Normas NP EN ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:1999 (NP 4397:2001), garantem que a Empresa adopta medidas de minimização e controlo dos aspectos e impactes ambientais da sua actividade, promovendo um ambiente de trabalho seguro e saudável.

Desde Dezembro de 2005 que a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. é certificada nestas Normas pela APCER no âmbito da “Construção, Exploração e Gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve”.

Em Maio 2006 a ÁGUAS DO ALGARVE acreditou o seu laboratório em 30 ensaios de físico-química e microbiologia no âmbito

das águas de consumo e água bruta. Em 2007 efectuou-se a expansão da acreditação, estando à presente data acreditados 75 parâmetros de qualidade da água

Com a Responsabilidade Social a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. pretende sistematizar e melhorar as acções que desenvolve de cariz social, quer no que se refere à Comunidade em que se insere, quer em relação aos Colaboradores da Empresa, encontrando-se a implementar um Sistema de Gestão da Responsabilidade Social de acordo com a norma SA 8000: 2001. Este Sistema foi auditado pela APCER em Dezembro de 2007, aguardando-se a emissão do respectivo certificado.

No final de 2007 foi efectuada a Extensão da Certificação em Qualidade, Ambiente e Segurança para os Sub-Sistemas de Saneamento de Vilamoura/Quarteira e Quinta do Lago – aguarda-se a emissão do certificado correspondente.

Embora a norma ISO 9001:2000 seja dirigida à satisfação das necessidades dos clientes no que respeita ao fornecimento de água tratada, com características adequadas ao consumo humano, a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. quis ir mais além das rotinas já existentes na Empresa, atendendo às recomendações da entidade reguladora e implementou um Plano de Segurança da Água, a partir de Março de 2007 suportado por um Sistema de Gestão de Segurança Alimentar, baseado em análises sistemáticas de eventuais perigos para a saúde pública existentes no sistema de tratamento e adução de água para consumo humano e em processos de gestão do risco necessários ao seu efectivo controlo, e certificado a partir de Junho do mesmo ano, de acordo com a ISO 22000.

A certificação do produto “Água para Consumo Humano” Variante: Sistemas de Abastecimento Público em Alta, de acordo com o referencial ERP 5001/I, teve como objectivo tornar visível a estrutura de gestão do risco para a saúde pública no tratamento e distribuição de água. Esta certificação evidencia a gestão pro-activa, exigente e criteriosa, existente quer nos processos de tratamento quer nos processos de adução da ÁGUAS DO ALGARVE, SA, e simultaneamente garante o fornecimento de água para consumo humano de acordo com o estipulado não só na legislação nacional, como também nas Directivas Europeias e ainda nas orientações da Organização Mundial de Saúde. A certificação em causa, obtida em Setembro de 2007, terá repercussões muito positivas na confiança e opinião pública e privada da Região Algarvia, dado que se apresenta como mais uma garantia inequívoca da qualidade do produto água que é fornecido nesta Região.

3.1.2 – Investigação e Desenvolvimento

No âmbito dos projectos de I&D, foi dada continuidade ao Acordo Específico de Cooperação com a Universidade do Algarve – Faculdade de Ciências do Mar e Ambiente, “OPTOEX-

PLOR – “ Desenvolvimento de um Instrumento para Gestão de um Sistema de Abastecimento Público de Água numa perspectiva de Exploração Integrada dos Recursos Hídricos”, para o triénio 2005/2008.

Foram concluídos os estudos através de uma parceria com o LNEC, para apoio à “ Análise de consumos de água para abastecimento público”, no âmbito do Plano de Contingência do Sistema. Esta parceria permitiu a participação da Empresa no projecto europeu TECHNEAU, como stakeholder.

Foi dada continuidade ao Protocolo de Cooperação de I&D com a Universidade do Porto – FEUP, no domínio da gestão dos recursos hídricos. Ainda neste âmbito, a Empresa participou como stakeholder do projecto europeu AQUASTRESS.

Foi iniciado o projecto ETA 21 com o LNEC, para o desenvolvimento de estudos de avaliação de desempenho e de optimização das estações de tratamento de água.

Também em 2007 a ÁGUAS DO ALGARVE participou como parceiro no projecto CIANOALERTA III – Florescências tóxicas de cianobactérias e qualidade ecológica da água – aprovado no âmbito do INTERREG IIIA.

3.1.3 – Comunicação Institucional

Na vertente ambiental e educacional, foi celebrado com a Almargem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve, um Protocolo intitulado “A Água no Algarve – Sensibilizar para a utilização eficiente no sector urbano”. Incutir na população em geral a noção de uso racional e eficiente de água; informar acerca da importância deste recurso e sua disponibilidade na região; salientar as medidas disponíveis para reduzir as perdas, fomentar a reutilização, economizar; entre outras, foram algumas das grandes metas deste importante Plano de Trabalho. Este Protocolo, teve por alvo as empresas municipais, autarquias, consumidores colectivos e comerciais, promotores turísticos e hoteleiros, arquitectos paisagistas, engenheiros e instaladores, técnicos de jardinagem; empresas prestadoras de serviços de jardinagem, empresas especializadas na produção e comercialização de plantas ornamentais, Consumidores domésticos e população em geral;

Também na vertente da sensibilização, foi assinado um protocolo com a Quercus, tendo-se iniciado um projecto na área do uso eficiente da água no sector doméstico: Projecto EcoCasa-Água. O projecto EcoCasa-Água compreende o desenvolvimento de várias actividades que visam a sensibilização dos consumidores para a necessidade de se efectuar um uso eficiente da água, nomeadamente através do Programa EcoFamílias. O Programa Piloto EcoFamílias - Água consiste em acompanhar durante 1 ano os consumos reais de água nas famílias residentes no Al-

garve de forma a se obter informação relativa aos diferentes usos domésticos desta. A metodologia que será utilizada permitirá avaliar comportamentos, hábitos de consumo e identificar oportunidades de uso eficiente da água.

Ainda, e no âmbito das comemorações do Dia Mundial do Ambiente, Dia Mundial da Água e Dia Nacional da Água é habitual a nossa participação e apoio às diversas iniciativas desenvolvidas pelos municípios nossos accionistas, e pela Direcção Regional de Educação. Para além da comemoração destas 3 datas, ainda durante o decorrer do ano é dado apoio a diversas iniciativas de cariz ambiental desenvolvidas pelas Câmaras Municipais.

Intensificou-se a colaboração com a área da Gestão da Qualidade e Segurança no que concerne à divulgação interna e externa da política empregue pela Empresa na sua actividade, bem como acerca das certificações obtidas pela ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.

A ÁGUAS DO ALGARVE, S.A, marcou a sua presença em algumas iniciativas de carácter editorial, através da inserção de anúncios institucionais em diversos órgãos da comunicação social, essencialmente em publicações especializadas e anuários ligados ao sector de actividade da Empresa.

Visitas às Instalações

Durante o ano 2007 foram realizadas 36 visitas às ETA's de Tavira e de Alcantarilha, perfazendo um total de 1001 visitantes, numa média de 28 visitantes por visita. Do total de visitantes, 68 % tratavam-se de estudantes, apenas no decorrer do mês de Março e, os restantes 32 % foram visitantes de carácter técnico ou no âmbito da Ciência Viva Engenharia no Verão. Relativamente à distribuição regional dos pedidos de visita, verifica-se o Município com maior número de solicitações foi o de Faro, tendo sido solicitadas visitas por 10 Municípios.

No presente ano de 2007, foram celebradas parcerias importantes com duas ONG, nomeadamente a Almargem e a Quercus, para o desenvolvimento de acções e estudos no âmbito do uso eficiente da água, tendo em conta as orientações estratégicas do PNUEA e PEAASAR.

Actividades Desenvolvidas e/ou Apoiadas

Durante o ano de 2007, no âmbito da sua estratégia de Comunicação e Imagem a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A, desenvolveu várias actividades ligadas ao seu sector de actuação, muitas delas articuladas com entidades e instituições públicas e privadas, destacando-se a Águas de Portugal, os Municípios seus Accionistas, a Direcção Regional de Educação do Algarve, Associações Não Lucrativas várias, entre outros.



3.1.4 – Mecenatos / Protocolos

Foi dada continuidade ao Protocolo estabelecido com a Direcção Regional de Educação do Algarve – Educação Ambiental pela Arte - o qual visa, de uma forma contínua e integrada, a realização de várias actividades de Educação Ambiental;

No âmbito de formação, foi celebrado um protocolo com o Instituto Piaget que abrange a aceitação de estágios curriculares, docência de algumas disciplinas por parte da ÁGUAS DO ALGARVE e a implementação de projectos de Investigação e Desenvolvimento na área da saúde pública.

No âmbito da cultura, foram efectuados protocolos de colaboração com a Fundação Pedro Ruivo, com o Conservatório Regional do Algarve Maria Campina, com a ACTA - A Companhia de Teatro do Algarve e com o Teatro das Figuras, em Faro.

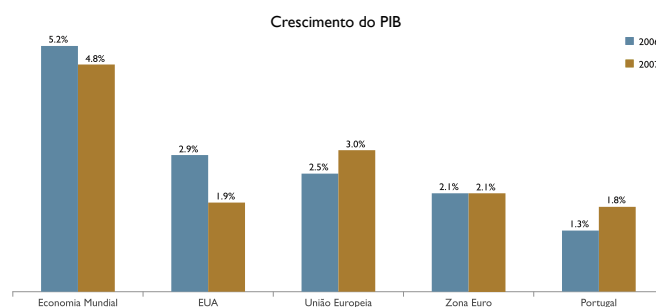
Foram também atribuídos donativos a Instituições de Solidariedade Social, e a Instituições de carácter humanitário.

Na área da divulgação foi dada grande importância à disponibilização de informação relativamente ao lançamento, adjudicação, e ponto de situação das várias empreitadas que decorrem na região, quer através do lançamento de Notas de Imprensa, quer fomentando a realização de entrevistas, ou a realização de documentários específicos, junto dos vários órgãos de comunicação social.

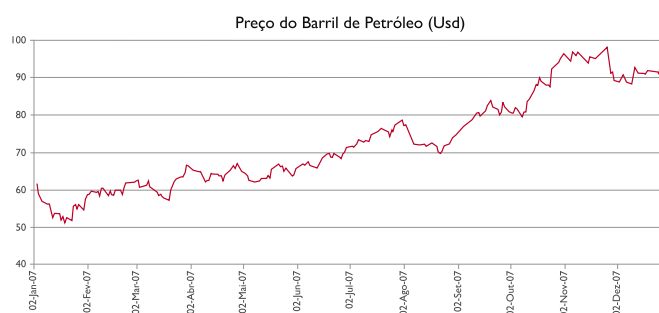
3.2 – Enquadramento Macroeconómico

3.2.1 – Geral

Em 2007 a economia mundial manteve um crescimento acentuado, ainda que um pouco abaixo das previsões iniciais, em grande parte consequência da grande turbulência que em Agosto agitou os mercados financeiros. Este crescimento é fortemente suportado pelas cada vez mais importantes “novas” e emergentes economias asiáticas (China e Índia) e da Rússia. Por outro lado as economias dos EUA e da União Europeia apresentam crescimentos moderados, em resultado dos constrangimentos, riscos e deterioração recente dos mercados financeiros, com as consequentes correcções das taxas de juro de forma a controlar as tendências inflacionistas destas regiões, resultantes em parte, da subida significativa dos preços do petróleo.



Em Dezembro, a Reserva Federal Americana decidiu baixar a taxa de referência dos federal funds, com vista a promover o crescimento da economia. Ainda assim, este será moderado, reflectindo a intensificação da correcção no mercado de habitação e alguma moderação do investimento empresarial e do consumo, tendo em conta que subsiste alguma pressão sobre a inflação, relacionados em parte com os preços da energia e de outras matérias-primas, pelo que o FED irá continuar a acompanhar de perto a evolução deste importante indicador económico.

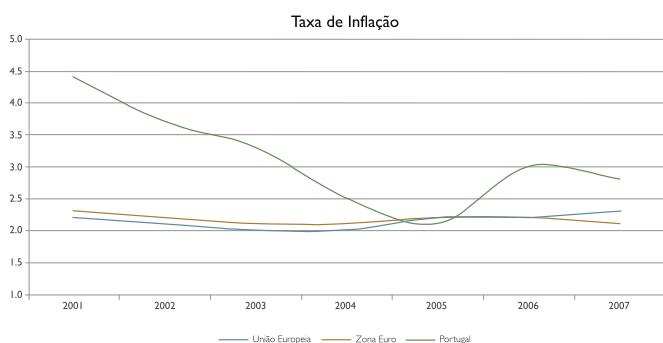


A principal tarefa dos governos e bancos centrais tem consistido em restaurar as condições ditas “normais” dos mercados financeiros e assim salvaguardar o desejado crescimento das economias. No entanto, as pressões inflacionistas, a incerteza causada pela crise do sub-prime ainda não absorvida pelos mercados financeiros, a volatilidade dos mercados energéticos (em particular com a subida constante do preço do petróleo), o forte crescimento económico dos países denominados de economias emergentes, têm sido obstáculos a um crescimento sustentado da economia.

3.2.2 – União Europeia

De acordo com os inquéritos de opinião da Comissão Europeia, a confiança dos agentes económicos tem apresentado uma trajetória descendente nos últimos meses. Quer a confiança dos consumidores quer a dos empresários (nos sectores da indústria, construção e serviços) apresentaram uma redução nos três meses até Novembro, tal como observado no terceiro trimestre. De acordo com as projecções macroeconómicas elaboradas por especialistas do Eurosistema, divulgadas em Dezembro, o PIB na área do euro deverá apresentar um crescimento médio anual entre 2.4% e 2.8% em 2007 (o FMI aponta para valores na ordem dos 2,1%).

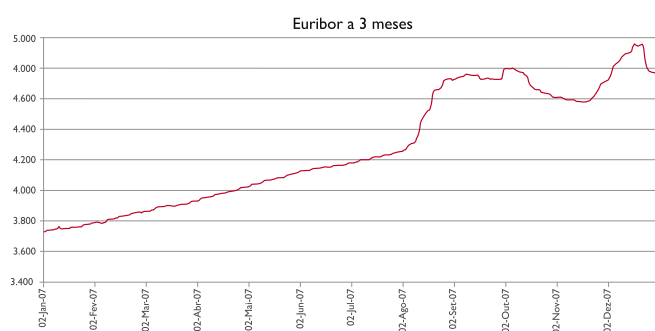
As projecções apontam para um crescimento do consumo privado em linha com o rendimento disponível real e para uma desaceleração do investimento privado, que deverá reflectir um menor crescimento da economia mundial, condições de financiamento mais restritivas e um abrandamento do mercado de habitação em vários países da área do euro. Por sua vez, o crescimento das exportações deverá permanecer dinâmico e continuar a sustentar o crescimento da actividade. O intervalo projectado para 2008 foi revisto em baixa face a Setembro, reflectindo, em parte, preços da energia mais elevados e uma taxa de câmbio do euro mais apreciada do que assumido anteriormente.



Segundo as projecções macroeconómicas elaboradas por especialistas do Eurosistema, a inflação média anual na área do euro, medida pela variação do IHPC, deverá situar-se entre 2.0% e 2.2% em 2007. As projecções para a inflação assumem que as pressões resultantes dos preços da energia e dos bens alimentares devem permanecer por algum tempo. Adicionalmente, é considerado um crescimento das remunerações em 2008 e 2009 mais forte do que o observado em anos anteriores, embora o crescimento da produtividade do trabalho não deva aumentar de forma significativa ao longo do horizonte de projecção, o que se deverá traduzir num crescimento mais elevado dos custos unitários do trabalho. Porém, este efeito sobre a inflação deverá ser atenuado por um menor crescimento das margens de lucro.

Para 2007, todos os países da área do euro, cujos programas já foram disponibilizados, apresentam saldos orçamentais iguais ou superiores aos previstos na actualização anterior (com excepção da Irlanda e da Holanda). Refira-se que nenhum país assume objectivos para o défice acima de 3 por cento do PIB, ao contrário da anterior actualização, em que Portugal, em 2007, ainda não teria corrigido a situação de défice excessivo. A generalidade dos países da área do euro que ainda não atingiram o objectivo de médio prazo projectam trajetórias de melhoria da situação orçamental ao longo do horizonte de previsão, sendo que, no último ano do programa, tendem a apresentar situações próximas do equilíbrio ou mesmo de excedente. No que respeita à evolução do rácio da dívida, é de destacar a sua redução face aos valores previstos na actualização anterior para 2007 (com excepção da Irlanda e da França), admitindo-se, na generalidade dos casos, uma tendência decrescente ao longo de todo o período abrangido pelos programas.

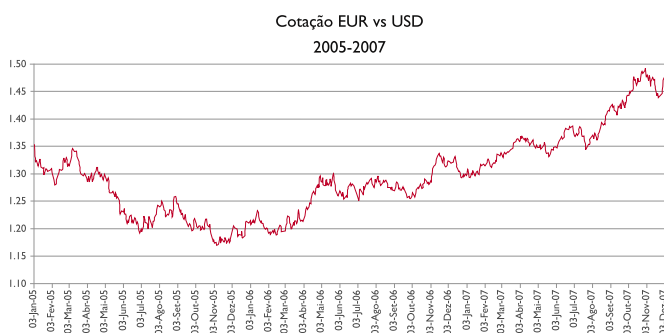
As taxas de juro Euribor cresceram significativamente durante o ano de 2007. Destaca-se, em particular, o aumento acentuado verificado na taxa Euribor a 1 mês, que no dia 29 de Novembro subiu cerca de 64 p.b. devido a efeitos relacionados com o fim de ano. No dia 14 de Dezembro, as taxas para os prazos de um, três, seis e doze meses situavam-se em 4,93%, 4,94%, 4,91% e 4,88%, respectivamente, o que corresponde a subidas de 78, 34, 30 e 28 p.b. face ao final de Outubro.



O BCE anunciou um conjunto de medidas de gestão de liquidez do Eurosistema, no contexto de alguma tensão no mercado monetário do euro resultante da proximidade do final do ano. O BCE confirmou, em 23 de Novembro, que, por forma a manter as taxas de juro de muito curto prazo do mercado monetário próximas da taxa mínima das operações principais de refinanciamento, reforçaria a sua política de colocação acima do montante de referência nas operações principais de refinanciamento. Em 29 de Novembro, o Conselho do BCE decidiu alargar o prazo da operação principal de refinanciamento a liquidar em 19 de Dezembro para duas semanas, alterando a sua data de vencimento de 28 de Dezembro para 4 de Janeiro. O BCE anunciou ainda que o montante desta operação seria decidido de forma a cobrir as necessidades de liquidez do

sector bancário durante o período de Natal e do final do ano. Refira-se que este anúncio do BCE foi feito em simultâneo com o anúncio de medidas por parte da Reserva Federal Americana, do Banco de Inglaterra, do Banco Nacional da Suíça e do Banco do Canadá, destinadas a controlar tensões elevadas nos mercados monetários.

Os mercados accionistas mantiveram até meados de Novembro, a trajectória de redução verificada desde meados de Outubro, tendo registado a partir do final do mês uma tendência de valorização que reverteu em parte as quedas anteriores. Entre o final de Outubro e o dia 14 de Dezembro, os principais índices accionistas apresentaram quedas, que ascenderam a 7,3% no Nikkei no Japão, 5,3% no Standard & Poor's 500 nos EUA, 4,8% no Footsie no Reino Unido e 4,0% no Dow Jones Eurostoxx na área do euro.



Entre o final de Outubro e o dia 14 de Dezembro, o euro registou uma apreciação de 0,9% em termos nominais efectivos, reflectindo apreciações face ao dólar e à libra esterlina em 0,4% e 2,6%, respectivamente. Pelo contrário, o euro verificou uma depreciação de 0,6% face ao franco suíço e de 1,5% face ao iene.

A taxa de desemprego na área do euro voltou a reduzir em Outubro, situando-se em 7,2%, o que compara com 7,3% em Setembro e 8,0% em Outubro de 2006. No terceiro trimestre, o emprego aumentou 0,3% em cadeia e 1,9% em termos homólogos, após variações de 0,6% e 1,8%, respectivamente, no segundo trimestre.

3.2.3 – Portugal

As perspectivas para a economia portuguesa apontam para a manutenção da recuperação da actividade económica no período 2008-2009, acompanhada por uma descida da inflação para valores próximos de 2% no final do horizonte. Esta projecção traduz-se numa redução das necessidades de financiamento externo da economia portuguesa, que reflecte a inversão da trajectória de queda da taxa de poupança das famílias, bem como a continuação da redução das necessidades de financiamento das Administrações Públicas. As actuais projecções estão rodeadas por níveis de incer-

teza mais acentuados do que o habitual e apresentam riscos claramente descendentes sobre a actividade económica, associados no essencial ao enquadramento económico e financeiro a nível internacional. Após um crescimento de 1,2% em 2006, as estimativas mais recentes apontam para que o Produto Interno Bruto (PIB) tenha aumentado entre 1,8% e 1,9% em 2007.

No terceiro trimestre de 2007, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o PIB registou um crescimento real de 1,8%, em termos homólogos (1,9% no trimestre anterior). Relativamente ao consumo privado, registou-se uma ligeira desaceleração de 1,4% para 1,3% no terceiro trimestre de 2007.

Em Novembro, o indicador coincidente mensal para a evolução homóloga tendencial da actividade económica, calculado pelo Banco de Portugal, manteve-se estável face ao observado no mês anterior. O indicador coincidente para a evolução homóloga tendencial do consumo privado, calculado pelo Banco de Portugal, voltou a diminuir em Novembro face ao mês anterior. No período de três meses terminado em Novembro, de acordo com o indicador divulgado pela Comissão Europeia, a confiança dos consumidores diminuiu em relação ao terceiro trimestre de 2007.

De acordo com a informação relativa ao comércio internacional, divulgada pelo INE, no período de Janeiro a Setembro de 2007, as exportações nominais de mercadorias aumentaram 8,9%, em termos homólogos, enquanto as importações cresceram 4,5% (9,7% e 4,7%, respectivamente, no período Janeiro a Agosto). No que diz respeito ao comércio extra-comunitário, para o qual já existe informação disponível até Outubro, as exportações aumentaram 13,3 por cento, enquanto as importações cresceram 5,5%, em termos homólogos (12,9% e 4,2% respectivamente, até Setembro).

Inflação

Em Novembro, a taxa de variação homóloga do IPC aumentou 0,2 p.p. para 2,8%, enquanto a taxa de variação média anual permaneceu constante face a Outubro (2,4%). O aumento da taxa de variação homóloga do IPC deveu-se à evolução dos preços dos bens energéticos, que aceleraram de 6,2% para 9,3% e, em menor grau, ao comportamento dos preços dos bens alimentares transformados (5,3%, após 4,7% em Outubro). Em Novembro, a taxa de variação homóloga do IHPC aumentou 0,3 p.p. para 2,8% por cento, mantendo-se inalterada a taxa de variação média anual face ao valor registado em Outubro (2,4%). Prevê-se que Portugal encerre o ano de 2007 com uma taxa de inflação à volta dos 2,8%.

Finanças Públicas

No início de Dezembro, o Governo Português tornou pública a actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento de Portugal para o período 2007-2011. Para 2007 e 2008, os

objectivos definidos para o défice das administrações públicas (3,0% e 2,4% do PIB, respectivamente) coincidem com os apresentados no Relatório do Orçamento do Estado para 2008, confirmando uma revisão significativa face aos estabelecidos na anterior actualização de Dezembro de 2006 (3,7% e 2,6% por cento do PIB, respectivamente).

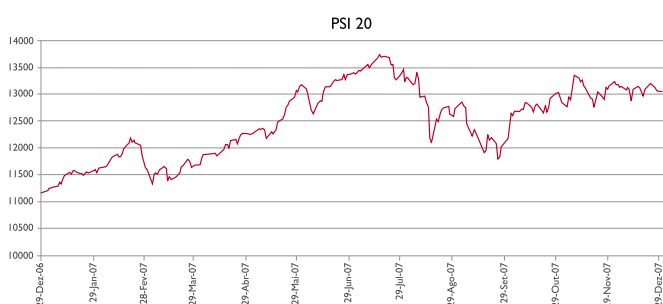
Relativamente ao rácio da dívida pública, o Programa prevê uma diminuição já em 2007 (ao contrário do que ocorria na anterior actualização), atingindo 64,4% no final do ano, seguida de uma redução gradual ao longo do horizonte de previsão, atingindo 56,7%, em 2011.

De acordo com o Boletim Mensal da Direcção Geral do Orçamento de Novembro de 2007, a receita fiscal do Estado registou um crescimento homólogo de 7,8% nos primeiros onze meses do ano, 0,4 p.p. acima do observado até ao final de Outubro. Este resultado reflecte o aumento da receita dos impostos directos em 13,5% e a dos impostos indirectos em 4,5%.

Situação Monetária e Financeira

Em Outubro, as taxas de juro médias sobre saldos de operações activas e passivas mantiveram a tendência ascendente, em linha com os desenvolvimentos no mercado monetário. As taxas de juro de saldo dos empréstimos a sociedades não financeira aumentaram 15 p.b. para 6,08%, enquanto as taxas de juro de saldos dos empréstimos a particulares para aquisição de habitação e para consumo e outros fins aumentaram 9 p.b. para 5,38% e 8,78%, respectivamente. Por sua vez, as taxas de juro aplicadas sobre saldos de depósitos com prazo até 2 anos aumentaram 11 p.b., fixando-se em 3,38%.

Em Novembro, a taxa de rendibilidade das obrigações do Tesouro com maturidade residual de 10 anos voltou a registar uma diminuição, de 8 p.b. em valores de fim de período, situando-se em 4,38%. Esta evolução acompanhou a tendência observada na área do euro no mesmo período. No final de Novembro, o índice PSI Geral apresentou uma ligeira variação positiva, de 0,7%, face ao valor de fim de Outubro, enquanto o índice Dow Jones Euro Stoxx diminuiu 3,4%. Nas primeiras duas semanas de Dezembro, o índice bolsista português diminuiu ligeiramente, em 0,6%, em linha com o observado no índice bolsista da área do euro. O PSI 20 fechou o ano 2007 nos 13.019,36 pontos, mais 1.792 pontos que no início de Janeiro.



Concluindo, a economia portuguesa manteve um perfil de recuperação em 2007, apoiado numa evolução mais favorável do investimento empresarial e num crescimento robusto das exportações de bens e serviços. Do lado da oferta, esta evolução terá traduzido um maior contributo da produtividade total de factores, explicado não só pela maior utilização da capacidade produtiva disponível, como também por alguma reestruturação do tecido empresarial no sentido de uma criação líquida de empresas mais produtivas. A par desta recuperação gradual da actividade económica verificou-se uma correcção de alguns desequilíbrios. Com efeito, em 2007 observou-se algum ajustamento do desequilíbrio das contas externas, apesar dos choques desfavoráveis relacionados com o significativo aumento do preço do petróleo e a subida das taxas de juro ao longo dos últimos anos e continuou-se o processo de consolidação orçamental, superando mesmo os compromissos assumidos no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Refira-se ainda que em 2007 continuou a desaceleração do consumo privado iniciada em 2006, a qual terá implicado a interrupção da tendência descendente da taxa de poupança das famílias observada nos anos mais recentes. As actuais projecções contemplam, em linhas gerais, a manutenção de um processo de aceleração gradual da actividade económica e de correcção dos desequilíbrios anteriormente referidos, cuja concretização permitirá alcançar taxas de crescimento mais próximas das verificadas nos restantes países da área do euro, num contexto em que a inflação se reduz para cerca de 2%.

O ano de 2007 ficou marcado por uma alteração abrupta da percepção de risco dos investidores a nível internacional, cujos efeitos na actividade económica não são fáceis de quantificar, tanto pela ausência de informação sobre a verdadeira dimensão do fenómeno como pela complexidade dos mecanismos de transmissão envolvidos e das soluções adequadas à sua resolução. Os efeitos sobre a economia portuguesa estarão, no essencial, dependentes da rapidez com que se verifique o retorno a uma situação de maior normalidade nos mercados financeiros internacionais, dos efeitos que venham a resultar de uma reavaliação do risco de crédito e do grau de liquidez que a banca apresentar. Adicionalmente, a possibilidade de uma desaceleração maior que a presente na economia norte-americana, num contexto de persistência de desequilíbrios macroeconómicos globais, poderá agravar significativamente o enquadramento económico a nível global e tenderá a reforçar os impactos da turbulência nos mercados financeiros internacionais. Assim, a possibilidade de se verificarem condições financeiras globalmente mais restritivas e de se assistir a uma deterioração do enquadramento externo, com reflexos na evolução dos principais mercados de destino das exportações portuguesas, constituem riscos para a evolução da actividade económica em Portugal ao longo do horizonte de projecção.

Fontes: Banco de Portugal; INE; Eurostat; Banco Central Europeu; Euronext; FMI.

3.3 – Enquadramento no Sector

O ano de 2007, que marca o início de um novo ciclo de programação dos Fundos Comunitários, iniciou-se com a apresentação, em Janeiro, do QREN - Quadro de Referência Estratégica Nacional, que constitui o instrumento de definição da aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013, e cujos programas operacionais enquadram as estratégias sectoriais orientadoras da actividade do Grupo AdP nas áreas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais e de tratamento e valorização de resíduos.

Assim, e desde logo, é de destacar a publicação, no Diário da República, 2.ª Série, de 14 de Fevereiro, do Despacho de Aprovação do PEAASAR II – Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2007-2013, e a aprovação e publicação da Portaria 187/2007, de 12 de Fevereiro, relativa ao PERSU II – Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016.

Neste contexto, merece igual destaque a ENEAPAI - Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-industriais, aprovada por Despacho Conjunto nº8277/2007 de 2 de Março, publicado no Diário da República a 9 de Maio, instrumento considerado essencial para a redução dos impactes ambientais negativos resultantes das descargas não controladas dos efluentes destas actividades, através da implementação de soluções integradas para o seu tratamento, que conduzam à promoção da melhoria da qualidade dos recursos hídricos e à requalificação ambiental de algumas regiões reconhecidamente problemáticas.

A primeira questão a destacar relativamente ao QREN é a diminuição, face ao anterior período de programação, das taxas reais de comparticipação comunitária (em termos médios). Por outro lado, os critérios de cálculo para a componente elegível do investimento total, sobre a qual recairá a comparticipação dos Fundos Estruturais e de Coesão, bem como a definição das próprias acções elegíveis, tiveram importantes evoluções que implicam redobrado cuidado e atenção por parte dos promotores. Tem-se ainda a chamada “regra da guilhotina” que muito penalizará os desvios face aos cronogramas financeiros das candidaturas.

Em suma, o profissionalismo e o rigor no planeamento e na execução dos investimentos serão, mais ainda que em fases anteriores, factores absolutamente críticos para o sucesso dos empreendimentos.

Serão de referir, ainda, dois importantes diplomas legais, pelas implicações que terão na actividade das empresas do Grupo AdP e cujo alcance não podemos antever na totalidade.

Estamos-nos a referir, por um lado, à Directiva 2004/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril de 2004, relativa à responsabilidade ambiental em termos de prevenção e reparação de danos ambientais, que se encontra em fase de transposição para o Direito nacional. A Directiva relativa à Responsabilidade Ambiental estabelece a aplicação do princípio do “Poluidor-Pagador”, preconizando a responsabilização do operador que tenha causado danos ambientais. Tal responsabilização, que ocorrerá mesmo na ausência de incumprimento das condições de licenciamento, terá como consequência a reparação dos danos e a consequente reposição da situação inicial, bem como a prevenção de danos futuros, assumindo o referido operador todos os correspondentes encargos.

Por outro lado, entende-se como devendo ser realçada a publicação do regime legal relativo à responsabilidade civil extra-contratual do Estado e das demais entidades públicas. Foi assim definido um quadro radicalmente novo para a responsabilidade extra-contratual das pessoas colectivas públicas por actos praticados no exercício das respectivas funções, o que não deixará de ter implicações significativas no interior das organizações, nomeadamente do Grupo AdP.

Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais

Alguns factos ocorridos no exercício de 2007 merecem especial referência pelo seu significado e impacto. O Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para o período 2007-2013 (PEAASAR 2007-2013), cujo despacho ministerial de aprovação foi publicado em Fevereiro do ano passado, vem trazer um novo conjunto de orientações para o sector e abrir, dessa forma, um novo ciclo de actuação para as entidades gestoras. Por outro lado, no exercício de 2007 teve início a fase de execução do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), instrumento financeiro fundamental para o suporte das intervenções já programadas para qualificação dos serviços públicos de água e de saneamento. Finalmente, foi publicado o despacho interministerial de aprovação da Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais (ENEAPAI) que visa a resolução de graves problemas ambientais, numa lógica de optimização das infra-estruturas tecnológicas de tratamento de águas residuais e de gestão já implementadas, nomeadamente no âmbito dos Sistemas Multimunicipais. Segundo as orientações do PEAASAR 2007-2013, de par com a necessária execução de infra-estruturas, todas as entidades gestoras devem garantir que o preço da água reflecta os custos da água e do saneamento, como forma de garantir a sustentabilidade dos serviços, incentivando-se simultaneamente o uso eficiente dos recursos e a consequente protecção do ambiente. Sem prejuízo desses objectivos, o PEAASAR 2007-2013 enuncia claramente recomendações tendentes ao estabelecimento de tarifas socialmente aceitáveis e prevê, nesse sentido, várias

medidas, seja em termos da escala territorial das intervenções, seja em termos de financiamento.

Tem-se portanto várias linhas de trabalho que estão desde já a mobilizar as entidades gestoras para os investimentos necessários para se atingirem os desejados níveis de atendimento com os padrões de qualidade que hoje se exigem e para que se cumpram, cabalmente, as obrigações decorrentes da legislação e das boas práticas ambientais. Por outro lado, essa mobilização não pode esquecer a optimização de gestão, por exemplo buscando níveis mais ambiciosos em termos da escala territorial dos sistemas.

De forma resumida, fica claro que as orientações da tutela para o sector assentam numa articulação de objectivos e de princípios de sustentabilidade, num contexto de grande exigência de optimização para manter os preços dentro de limites socialmente aceitáveis, esperando-se da investigação, desenvolvimento e inovação contributos decisivos para tais desideratos.

Como já acima se referiu, outro marco do exercício findo foi o arranque da fase de execução do QREN. Poderão assim avançar investimentos em sistemas multimunicipais e intermunicipais avaliados em cerca de 1.600 milhões de euros, dos quais 700 milhões serão elegíveis aos apoios do mencionado QREN. Na vertente em “baixa”, a estimativa dos investimentos prioritários a realizar no período 2007-2013 é da ordem dos 2.200 milhões de euros, dos quais 1.400 milhões serão elegíveis para o apoio do QREN.

Quanto à ENEAPAI, que define uma estratégia sustentável alinhada com o QREN, integrando as especificidades e características dos sectores produtivos envolvidos, bem como das regiões onde estão implantados, espera-se um contributo decisivo para a resolução de problemas ambientais, através de um novo quadro de intervenção que se oriente por objectivos de sustentabilidade técnica, económica e ambiental e de manutenção da competitividade das actividades económicas.

É importante referir que a elaboração da estratégia teve em consideração o resultado do trabalho e da experiência que nos últimos anos se desenvolveram para o sector da suinicultura nas regiões de Leiria, Caldas da Rainha e Setúbal, onde o desenvolvimento de novas formas de intervenção levaram a que se enunciassem soluções inovadoras para passivos ambientais cuja erradicação se arrasta há demasiado tempo.

A inclusão da ENEAPAI enquanto documento relevante para o sector é já, em si mesmo, significativo. Na verdade, subjacente à estratégia está a opção de mobilizar as capacidades técnicas e de gestão comprovadas, nomeadamente nas Empresas do Grupo AdP, para apoiar outros sectores a definir e a implementar as melhores soluções técnicas e de gestão para o tratamento das respectivas águas residuais.

Para uma completa caracterização do actual enquadramento do sector haverá ainda que fazer referência ao novo quadro legal e institucional de gestão das águas.

O quadro em que as entidades gestoras têm vindo a utilizar a água está a sofrer profundas alterações, sendo de destacar:

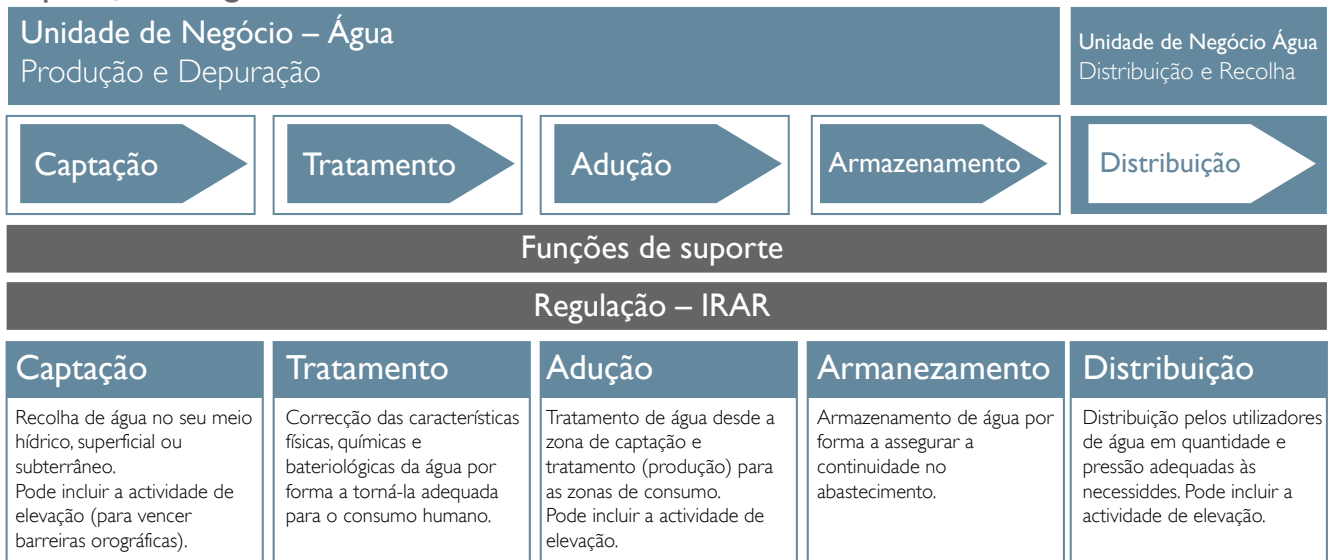
- o princípio da recuperação dos custos, que implicará grande rigor e transparência na fixação dos preços;
- a consideração de custos ambientais e de escassez, que penalizarão o desperdício e o mau uso dos recursos;
- o objectivo de se atingir na generalidade das massas de água superficiais e subterrâneas, respectivamente, o bom estado ecológico e uma boa qualidade físico-química.

As novas instituições competentes para a implementação do novo quadro legal, as Administrações de Região Hidrográfica, foram já criadas por diplomas legais específicos, encontrando-se presentemente em fase de instalação.

3.4 – Cadeia de Valor

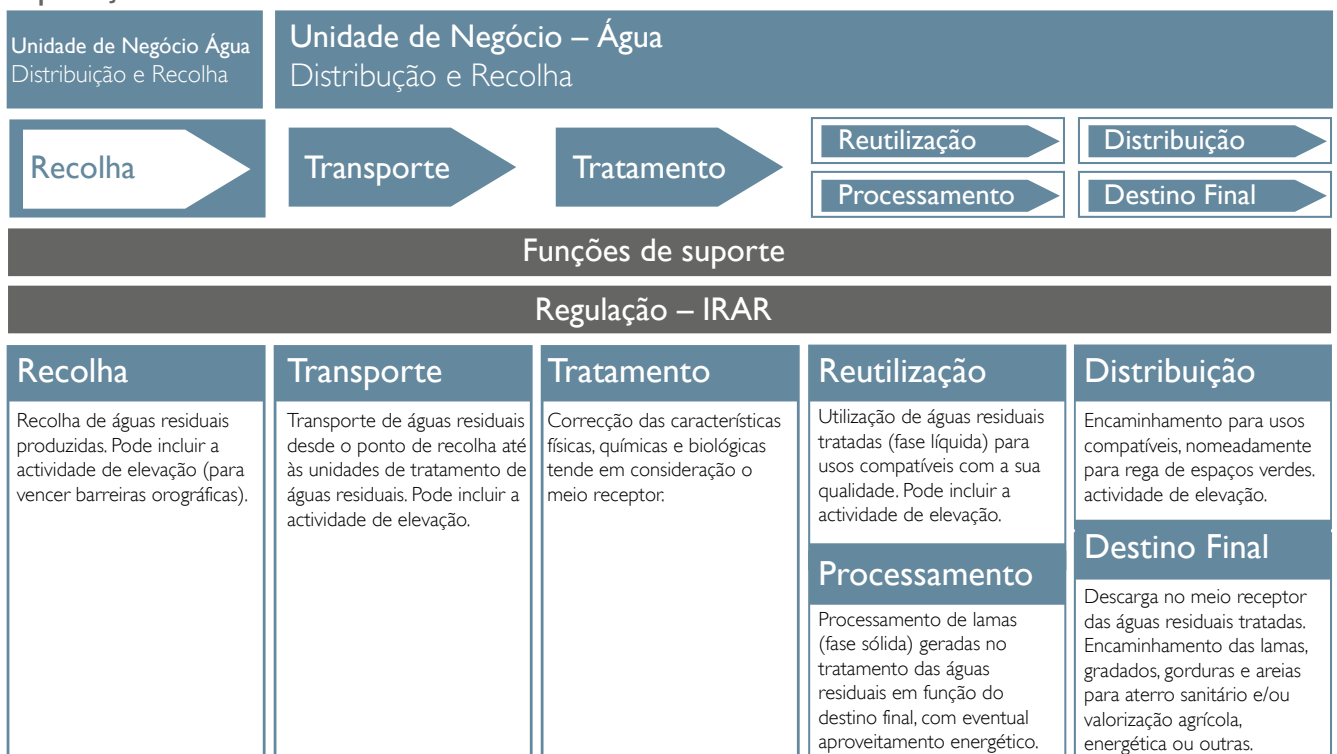
Abastecimento de Água

Operação – Água



Saneamento

Operação – Saneamento



3.5 – Responsabilidade Social

3.5.1 – Caracterização Geral

A ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. é feita de pessoas. O capital humano é um dos activos estratégicos da Empresa tendo 181 trabalhadores à data de 31 de Dezembro de 2007.

A ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. tem vindo a incrementar o número de activos nos últimos anos, passando de 131 trabalhadores em 2004 para 148 em 2005 e 175 em 2006. No ano de 2007 contava com 181 trabalhadores.

Verifica-se por outro lado uma tendência para a melhoria das qualificações académicas e profissionais da Empresa, com o aumento do número de efectivos dos Quadros Médio e Superior.

Ao nível da estrutura etária, o número etário médio subiu dos 34 anos em 2006, para os 35 anos em 2007 conforme o quadro que se segue:

Nível Etário	2007		2007	Total 2006	Total Variação
	Homens	Mulheres			
Entre 18 e 24 anos	5	2	7	12	-5
Entre 25 e 29 anos	28	17	45	57	-12
Entre 30 e 34 anos	35	27	62	45	17
Entre 35 e 39 anos	12	12	24	21	3
Entre 40 e 44 anos	10	7	17	13	4
Entre 45 e 49 anos	4	3	7	7	0
Entre 50 e 54 anos	11	4	15	17	-2
Entre 55 e 59 anos	4	0	4	3	1
Total	109	72	181	175	

Apesar do decréscimo significativo verificado na faixa etária de 25-29 anos em 2007, a maior concentração de efectivos regista-se na faixa etária entre 30 e 34 anos.

Quanto ao nível de antiguidade, é evidente a política de estabilização do pessoal na Empresa, com destaque para o crescente número de efectivos verificado entre 2006 e 2007 e, o número de trabalhadores cuja antiguidade se situa entre os 1 e os 5 anos, bem como, nos níveis superiores a 10 anos.

Nível Antiguidade	2007			2006		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0 a 1 anos	5	6	11	17	15	32
1 a 2 anos	16	11	27	9	11	20
2 a 5 anos	23	22	45	18	13	31
5 a 10 anos	43	22	65	53	21	74
10 a 15 anos	22	11	33	8	10	18
Total	109	72	181	105	70	175

Igualmente se constata esta permanência dos funcionários na Empresa se confrontarmos as entradas e saídas do pessoal nos últimos anos:

Ano	Entradas	Saídas
2004	26	3
2005	23	7
2006	35	7
2007	11	7

Durante o ano de 2007 o número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa, por tipo de contrato era o seguinte:

Tipo de Contrato	2007			2006		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Contratados Sem Termo	77	42	119	61	32	93
Contratados Termo Certo	26	28	54	38	36	74
Contratados Termo Incerto	2	2	4	1	2	3
Nomeação	4	0	4	5	0	5
Total	109	72	181	105	70	175

A política de melhoria do nível de habilitações escolares nos quadros da Empresa foi reforçada em 2007 com o incremento dos activos com habilitações ao nível do ensino superior universitário e ensino secundário.

Habilitações Literárias	2007			2006		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0 a 1 anos	5	6	11	17	15	32
1º ciclo	4	0	4	6	0	6
2º ciclo	0	0	0	2	0	2
3º ciclo	11	0	11	16	1	17
Ensino Secundário	47	13	60	37	17	54
Ensino Superior Politécnico	12	10	22	16	12	28
Ensino Superior Universitário*	35	49	84	28	40	68
Total	109	72	181	105	70	175

Inclui Mestrados e Doutoramentos

3.5.2 – Formação Profissional

As actividades de formação desenvolvidas pela Empresa, totalizaram 619 acções, repartidas por 292 internas e 327 externas, as quais se traduziram em 650,50 horas e 7.620,50 horas, respectivamente.

As principais áreas de intervenção das formações desenvolvidas, no ano de 2007, foram as seguintes: Especialização Técnica, Informática, Segurança, Segurança Alimentar e Qualidade; das quais se destacam as formações de Responsabilidade Social (SA8000), ISO22000 e Certificação do Produto.

Os custos durante o ano de 2007 com a formação atingiram € 116.502 €, sendo que em 2006 foram de € 103.469,72€ e no ano de 2005 de € 45.456,17€.

3.5.3 – Absentismo e Trabalho Suplementar

O absentismo em 2007, atingiu um total de 13.706 horas. Este total de horas de absentismo ficou a dever-se aos seguintes motivos:

Ausências ao trabalho (horas)	2007		
	Homens	Mulheres	Total
Por acidentes de trabalho	1.456	464	1.920
Por doença	760	640	1.400
Por assistência Inadiável	216	91	307
Paternidade / Maternidade			3.584
Outras causas	3.670	2.825	6.495
Total Ausências (Rem. E não rem.)	6.102	4.020	13.706
Ausências remuneradas	3.902	2.996	6.898
Ausências não remuneradas	2.808	4.000	6.808

Quanto ao trabalho suplementar, este atingiu um total de 5.880 horas, conforme consta do quadro seguinte:

Habilitações Literárias	2007			2006		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Em dias úteis	1.736	674	2.410	2.146	844	2.990
Em dias de Descanso Compensatório / Feriados	1.628	528	2.156	1.726	681	2.407
Em dias de Descanso Obrigatório	1.230	84	1.314	1.250	164	1.414
Total	4.594	1.286	5.880	5.122	1.689	6.811

3.5.4 – Sistema de Gestão Integrado

Qualidade, Ambiente e Segurança, Higiéne e Saúde no Trabalho

Por forma a garantir uma eficaz implementação dos procedimentos e regras de QAS e ainda o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, a ÁGUAS DO ALGARVE desenvolve uma metodologia de acompanhamento desta implementação na Organização e nos Prestadores de Serviços.

Para controlo do desempenho interno, foram realizados Planos de Monitorização das acções implementadas e/ou a implementar, auditorias internas e externas e criada uma Base de dados de “Ocorrências” para registo e acompanhamento de situações Não Conformes – Não Conformidades, Acidentes, Incidentes, Acções Preventivas, etc..

De forma a evidenciar o controlo dos Prestadores de Serviços (Manutenção das instalações e Empreitadas) são efectuadas auditorias internas com a elaboração do respectivo relatório que é distribuído para que estes apresentem as acções a implementar. No caso das empreitadas, é utilizada uma ferramenta suplementar de controlo que consiste na análise dos relatórios mensais elaborados pela Fiscalização/Gestão da Qualidade e Coordenação de Segurança em Obra, que evidencia o acompanhamento do Plano Geral de Garantia da Qualidade e do Plano de Segurança e Saúde. Desta análise resulta um parecer com indicação das melhorias a efectuar.



3.6 – Regulação

3.6.1 – Introdução

As actividades desenvolvidas pela UNA-PD (abastecimento público de água e saneamento de águas residuais em alta), pela UNA-DR (abastecimento público de água e saneamento de águas residuais em baixa, fundamentalmente) pela UNR (recolha, valorização, tratamento e deposição final de resíduos sólidos urbanos) e por algumas das participadas da UNI (as que se dedicam ao abastecimento público de água e saneamento de águas residuais em países terceiros) são serviços de interesse económico geral indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das actividades económicas e à protecção do meio ambiente. Estas actividades são exercidas em regime de exclusivo, atribuído às empresas do grupo aquando da concessão dos sistemas.

Em mercados monopolistas, e com maior razão, quando se enfrentam estruturas de custo do tipo monopólio natural, como é o caso do abastecimento público de água e saneamento de águas residuais, os mecanismos de auto-regulação, que os mercados em concorrência potenciam, não são suficientes para garantir a correcta afectação dos excedentes de produção e de consumo.

A regulação económica, prosseguindo a defesa dos interesses dos consumidores (utilizadores no nosso caso particular), pretende criar os incentivos necessários para que nestes mercados se atinjam resultados mais próximos dos que se verificam em mercado concorrencial, quer em termos de preço quer em termos da qualidade do serviço prestado.

Os preços devem estar alinhados com os custos, traduzir eficiência produtiva e de afectação, cumprindo padrões de qualidade mínima que garantam o serviço prestado ao utilizador, sem no entanto deixar de assegurar a sustentabilidade económica e financeira das empresas e os legítimos interesses dos accionistas quanto à remuneração dos capitais investidos.

Em Portugal estas funções estão estatutariamente atribuídas ao Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR) pelo Decreto-Lei n.º 362/98, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 151/2002, de 23 de Maio.

A Direcção de Desenvolvimento Empresarial do Grupo Águas de Portugal centraliza o acompanhamento das matérias de regulação do Grupo, apoiando quer a Comissão Executiva da Holding quer os Conselhos de Administração dos Sistemas Multimunicipais na tomada de decisão e na resposta em assuntos contratuais, quer face aos novos desafios que a legislação e o Regulador vão colocando.

3.6.2 – Regulação Económica

Nas operações que integram o core business do Grupo, as concessões multimunicipais de água e saneamento e resíduos, para salvaguarda dos interesses de consumidores e dos legítimos interesses dos accionistas, todos os anos são submetidos à aprovação do Concedente as propostas de orçamento e projecto tarifário para o ano seguinte.

A proposta de orçamento e projecto tarifário a remeter ao Concedente obedece aos requisitos da Portaria n.º 1275/2003, de 7 de Novembro, onde se define o tipo de informação e o detalhe com que esta deve ser submetida, quer em termos de custos, proveitos, investimento, quantidades, quer em termos de informação patrimonial.

Os requisitos daquele diploma são complementados com as recomendações anuais do Regulador, que as empresas concessionárias devem atender na elaboração das suas peças previsionais.

Os contratos de concessão dos sistemas multimunicipais exigem que a razoabilidade das propostas de orçamento e projecto tarifário seja avaliada previamente por auditor independente, antes de serem submetidas a aprovação.

As peças orçamentais são avaliadas pelo IRAR, que durante a sua apreciação solicita por vezes informação adicional às empresas, de forma a garantir que as tarifas são eficientes e reflectem os mais baixos custos de produção em cada sistema. Nem todas as entidades prestadoras de serviços de águas e resíduos estão sujeitas à intervenção do regulador. Pese embora as últimas alterações legislativas, apenas as entidades gestoras concessionárias de sistemas multimunicipais de alta Ihe estão sujeitas a regulação económica. Em síntese apenas os sistemas multimunicipais onde a Águas de Portugal participa, têm tarifas objecto da intervenção do IRAR e aprovadas pelo Concedente (MAOTDR).

A lei de bases das concessões dispõe que as tarifas devem assegurar a adequada remuneração dos capitais próprios da concessionária. Contratualmente ficou estabelecido que as tarifas incorporassem uma remuneração ao accionista definida em função de um indexante sem risco acrescido de um prémio de risco de 3%, sobre o capital social e reserva legal. Os indexantes são as Obrigações do Tesouro a 10 anos (OT 10), Taxa Base Anual (TBA) e a Euribor a 6 meses.

Em 2007 encetou-se um processo de uniformização dos indexantes dos vários contratos, uma vez que se identificou que para o mesmo tipo de actividade os contratos apresentavam diferentes indexante, bem como que em alguns contratos o indexante o indexante é de curto prazo não espelhando adequa-



damente o período necessário à recuperação do investimento. Esta remuneração só poderá ser ultrapassada caso se demonstre a existência de ganhos de eficiência, tendo os accionistas direito a 50% desse valor.

3.6.3 – Regulação da Qualidade de Serviço

Anualmente, o regulador avalia a qualidade de serviços das empresas concessionárias de serviços de água, saneamento e resíduos em alta e baixa através de um conjunto de 20 indicadores (base IWA), fazendo o benchmark entre as várias concessionárias, que publica no relatório anual que faz sobre o sector:

No sistema de abastecimento de água e de 15 indicadores analisados foram obtidos 13 classificados como bons, 1 mediano e 1 insatisfatório.

No sistema de saneamento de 14 indicadores analisados, 7 foram classificados como bons, 4 medianos e 3 insatisfatórios.

O Regulador anunciou em 2007 que iria iniciar um processo de elaboração de um regulamento de qualidade de serviço.

3.6.4 – Regulação da Qualidade da Água

O IRAR é autoridade competente em matéria de qualidade da água para consumo humano, criando assim mais uma linha de regulação da actividade das empresas de abastecimento de água.

Anualmente, a Águas do Algarve submete para aprovação do Regulador o plano de controlo da qualidade da água (PCQA) para o ano seguinte, que o IRAR aprova e monitoriza. Os resultados da monitorização dos PCQA são publicados permitindo aos consumidores terem acesso a um conjunto de informação relativa à qualidade da água que consomem, bem como o nível de incumprimento dos parâmetros legais pelo seu fornecedor.

3.7 – Relatório de Actividades

3.7.1 – Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve

3.7.1.1 – Introdução

Na sequência da assinatura do contrato de concessão do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, em 26 de Maio de 2001, foram estabelecidos os contratos de recolha de efluentes entre a Empresa e os municípios accionistas, que culminou em 22/03/2004, com a adesão ao Sistema do Município de Vila Real de Santo António, concluindo-se assim um processo negocial que permitiu a integração dos dezasseis municípios algarvios.

Durante o ano de 2007 foi efectuado um investimento global de cerca de 31 milhões de euros para implementação do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, no que se refere à execução de novas obras, reabilitações/ampliações e aquisição de infra-estruturas de saneamento “em alta” aos municípios aderentes ao Sistema.

No ano em causa foi dada continuidade ao passado no ano anterior; isto é a construção de novas componentes do Sistema, bem como a reabilitação de outras em que o seu estado, aquando da integração, assim o exigia.

3.7.1.2 – Projectos

Projectos Executados

1. Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Salir
2. Remodelação das ETARs de Paderne Ferreiras e Silves
3. Sistema de Vale da Lapa e trabalhos complementares
4. Construção do Sistema Interceptor de Águas Residuais do Município de S. Brás de Alportel – Emissários de Alportel e Sanatório
5. Ligação do Cerro Azul ao Sistema Nascente de Olhão

Projectos Em Elaboração

1. Ligação do Azinhal à ETAR de Almada D’Ouro
2. Remodelação e Ampliação da ETAR da Companheira
3. Ligação de Porto de Lagos à ETAR da Companheira
4. Ligação da ETAR da Mexilhoeira da Carregação à ETAR da Companheira
5. Projectos das ETARs de Santa Justa e Barradas
6. Projecto Base da ETAR de Vale da Telha / Monte Clérigo / Espartal e respectivo Emissário
7. Projecto de Intercepção e Tratamento de Águas Residuais de Vale da Telha/Arrifana

8. Projecto de Execução para a construção da ETAR de Almada D’Ouro
9. Projecto Base para a Reabilitação da ETAR de Vale de Lobo
10. Projecto Base para a Remodelação da ETAR da Quinta do Lago
11. Projecto Base para a Remodelação da ETAR de Lagos
12. Projecto Base para a Remodelação da ETAR do Pinhal do Concelho
13. Projectos de Execução para a Reabilitação dos Sistemas Elevatórios e Interceptores nos Concelhos de Vila do Bispo, Lagos, Portimão, Lagoa, Silves, Albufeira, Loulé, Faro e Olhão
14. Projecto de Execução da ETAR de Carrascalinho
15. Reabilitação da ETAR do Rogil
16. Colectores gravíticos em Silves - Novo troço de interceptor em Silves
17. Sistema de Telegestão do Saneamento do Algarve
18. Projecto de Execução da Conduta Elevatória Final de Lagos
19. Obra de Entrada da EE7 – Almargem
20. EE Hotel Vila Galé – Albacora
21. Construção da EE de Águas Residuais de Olhos de Água Norte
22. Ampliação do Edifício de Exploração na ETAR de Vila-moura

Projectos Por Lançar

1. ETAR de Montes do Rio
2. Remodelação e Ampliação do Sistema Interceptor e Elevatório de Boliqueime
3. Alteração do Sistema de Desinfecção nas ETARs de Querença, Benafim e Ameixial
4. Remodelação da ETAR de Loulé
5. Sistema Intermunicipal de Intercepção e Tratamento de Águas Residuais de Faro e Olhão
6. Alteração/Beneficiação do Processo de Tratamento da ETAR de S. Bartolomeu de Messines
7. Estudo Preliminar das novas soluções de tratamento para os Municípios de Vila do Bispo e Lagos:
8. Projecto de Execução para a construção da ETAR de Odeleite

3.7.1.3. - Aquisição de Infra-Estruturas

Processo Concluídos – Municípios de Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Silves, Tavira (Cachopo) e Vila do Bispo e Faro,

Processo em Negociação – Municípios de Castro Marim, Portimão, Tavira (excepto Cachopo) e Vila Real de Santo António.

3.7.1.4 – Empreitadas

Empreitadas em Fase de Concurso

1. Execução da ETAR do Martinhal e da Reabilitação da Estação Elevatória do Emissário Submarino
2. Construção da ETAR de Salir
3. Remodelação das ETARs de Paderne e Ferreiras

Empreitadas Contratadas

1. Concepção/Construção do Abastecimento de Água e Saneamento às Ilhas da Culatra e Armona em “Alta” – Componente de Saneamento
2. Remodelação e Ampliação da ETAR Faro Noroeste
3. Sistema Interceptor de Castro Marim
4. Optimização do Equipamento Eléctrico da ETAR de Alcoutim

Empreitadas em Execução

1. Concepção/Construção do Abastecimento de Água e Saneamento às Ilhas da Culatra e Armona em “Alta” – Componente de Saneamento
2. Remodelação e Ampliação da ETAR Faro Noroeste
3. Sistema Interceptor de Castro Marim
4. ETAR de Vila Real de S. António
5. Construção da ETAR de Alferce
6. Ligação do Concelho de Monchique aos Sistemas Multimunicipais - Lote II
7. Sistema Intermunicipal de Intercepção e Tratamento de águas residuais de Albufeira, Lagoa e Silves
8. Intercepção e Tratamento de Águas Residuais nos Concelhos de Alcoutim, Aljezur e Vila do Bispo
9. Sistema Elevatório do Carvoeiro e Destino Final do Efluente da ETAR Boavista e Regularização da Vala da Lameira

Figura 1: Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve



Empreitadas Concluídas

1. Remoção de Lamas da ETAR Poente de Olhão
2. Construção de Oficinas e Arrumos no Edifício de Apoio e Construção de Balneários no Edifício de Sopradores da ETAR de Vale Faro
3. Ligação de São Brás de Alportel, por Estói e Conceição à ETAR Nascente de Faro
4. Sistema Interceptor e Elevatório de Quarteira Vilamoura
5. Sistema Interceptor de Almargem
6. Sistema de Tratamento da Boavista
7. Reabilitação e Ampliação da ETAR de Lagoa
8. Estação de Tratamento de Águas Residuais de Almargem (Concelho de Tavira)
9. Optimização do Equipamento Eléctrico da ETAR de Alcoutim

3.7.1.5. - Exploração

A Empresa ÁGUAS DO ALGARVE, S.A., iniciou a exploração das infra-estruturas de saneamento dos Municípios de Faro, São Brás de Alportel e Portimão, em Abril, Junho e Setembro de 2007, respectivamente.

Foram, ainda, exploradas as infra-estruturas de saneamento dos Municípios de Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Silves, Tavira e Vila do Bispo, cuja transição para a ÁGUAS DO ALGARVE havia ocorrido em 2005 e 2006.

Em termos operacionais, a exploração do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve está subdividida em quatro Zonas, correspondendo a Zona 1 aos Municípios de Alcoutim, Castro Marim, Tavira e Vila Real de Santo António, a Zona 2 aos Municípios de Faro, Loulé, Olhão e São Brás de Alportel, a Zona 3 aos Municípios de Albufeira, Lagoa e Silves, e a Zona 4 aos Municípios de Aljezur, Lagos, Monchique, Portimão e Vila do Bispo (Figura 1).



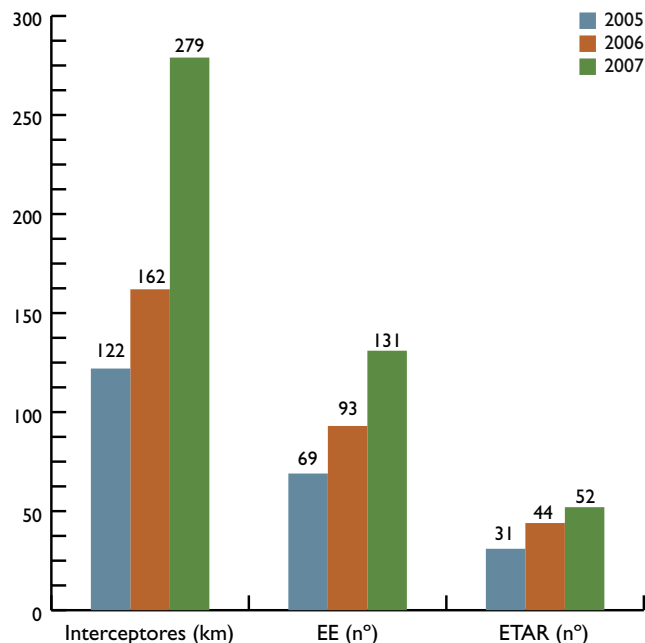
Principais Características das Instalações

No quadro seguinte, apresentam-se, resumidamente, as infra-estruturas em exploração por Zona, no que respeita à extensão de interceptores, número de estações elevatórias (EE) e de Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR).

Zona	Interceptores (Km)	EE	ETAR
1	14,553	8	9
2	127,829	33	12
3	31,946	27	9
4	104,650	63	22
Total	278,978	131	52

No gráfico seguinte, evidencia-se a evolução das infra-estruturas exploradas no SMSA, em extensão e número, desde 2005 até final de 2007.

Infra-Estruturas



Relativamente a 2006, verifica-se em 2007 um acréscimo de 72% na extensão de interceptores explorados, 41% no número de EE e 18% no número de ETAR, sendo a capacidade de tratamento instalada, em habitantes-equivalentes, reforçada em 44%.

Nos Quadros seguintes, são apresentados, de forma sucinta, os subsistemas em exploração e os volumes de águas residuais facturadas por Município, em 2007.

ZONA I							
Município	Início de exploração	Infra-estrutura	Ano de construção remodelação/ ampliação	Capacidade (hab. eq.)	Valor por por Município (m ³)	Tratamento Exigido ¹	
						Tipo	Nível
Alcoutim	Nov-07	Alcoutim	1998 / em curso	800	70.871	LA	S
	Set-06	Balurcos	2004	400		LA	S
		Cortes Pereiras	2004	200		LA	S
		Martinlongo	1986 / 2007	800		LPI	S
		Pereiro	1988 / 2007	300		LPI	S
		Pessegueiro	2002	300		LA	S
		Sta Marta	2005	200		LA	S
Tavira	Ago-04	Cachopo	2002 / 2005	500	511.005	LPI	S
	Jul-06	Almargem	2007	48.200		LA	S+D

ZONA 2							
Município	Início de exploração	Infra-estrutura	Ano de construção remodelação/ ampliação	Capacidade (hab. eq.)	Valor por por Município (m ³)	Tratamento Exigido ¹	
						Tipo	Nível
Olhão	Out-05	Olhão Nascente	1997/2006	32.200	2.310.030	LA+UV	S+D
Loulé	Set-05	Olhão Poente	1992/em curso	45.100		LE	S+D
		Vilamoura/					
		Quarteira	1994/2005	138.200	5.865.999	(LP+LA)+UV	S+D
		Quinta do Lago	1988/2005	26.900		LA+BF+UV	T+D
		Tôr	1994	400		LA	S
	Out-05	Loulé	1990/1999	25.800		LA+UV	S+D
		Vale de Lobo	1971/1996	8.100		LA+UV	S+D
		Benafim	2002	1.000		LA	S
		Querença	2002	1.000		LA	S+D
		Ameixial	2002	1.000		LA	S
Faro	Abr-07	Faro Nascente	1998	87.200	3.261.870	LE	S+D
		Faro Noroeste	1989	12.100		LE	S+D
S. Brás Alportel	Jun-07	Faro Nascente	1998	87.200	272.748	LE	S+D

1 Legenda:

ES - emissário submarino **LP** - leitos percoladores **S** - secundário **FS** - fossa séptica **LPI** - leitos de plantas **T** - terciário
LA - lamas activadas **TF** - trincheiras filtrantes **D** - desinfecção **LE** - lagoas de estabilização **UV** - radiação ultravioleta

2 Sistema de intercepção e elevação para a ETAR de Armação de Pêra.

3 Sistema de intercepção e elevação para a ETAR da Companheira.

ZONA 3							
Município	Início de exploração	Infra-estrutura	Ano de construção remodelação/ ampliação	Capacidade (hab. eq.)	Valor por por Município (m ³)	Tratamento Exigido ¹	
						Tipo	Nível
Albufeira	Set-05	Vale Faro	2001 / 2005	130.000	5.675.117	LA+UV+ES	S+D
		Ferreiras	1990 / 2001	22.200		LA+UV	S+D
		Pinhal do Concelho	1984 / 1998	10.000		LA+UV	T+D
		Guia	1998	6.000		LP	S
		Paderne	1985 / 2001	2.500		LP+UV	T+D
Silves	Set-05	Silves	1990 / 2003	15.300	86.586	LP+UV	S+D
		S. Bartolomeu Messines	2002	6.000		LE	S
Lagoa	Out-05	Alporchinhos 2	2000	10.000		-	-
		Boavista	2007	33.200	1.689.823	LA	T
	Out-05	Alporchinhos 2	2000	10.000		-	-
		Ferragudo 3 Lagoa	2000	15.000		-	-
		Lagoa	1992 / 2007	8.200		LP	S

1 Legenda:

ES - emissário submarino **LP** - leitos percoladores **S** - secundário **FS** - fossa séptica **LPI** - leitos de plantas **T** - terciário
LA - lamas activadas **TF** - trincheiras filtrantes **D** - desinfecção **LE** - lagoas de estabilização **UV** - radiação ultravioleta

2 Sistema de intercepção e elevação para a ETAR de Armação de Pêra.

3 Sistema de intercepção e elevação para a ETAR da Companheira.

ZONA 4

Município	Início de exploração	Infra-estrutura	Ano de construção remodelação/ ampliação	Capacidade (hab. eq.)	Valor por por Município (m³)	Tratamento Exigido ¹	
						Tipo	Nível
Lagos	Jan-05	Lagos	1988 / 2001	138.000	4.252.764	(LP+LA)+UV	S+D
		Almádena	1985 / 2005	1.300		LE	S+D
		Barão de S. João	1988	1.000		LE	S+D
Portimão	Set-07	Companheira	1982	131.300	1.882.508	LE	S+D
Vila do Bispo	Set-05	Sagres	1990	13.000	326.036	ES	-
		Burgau/Cardal	1993	10.000		LE	S+D
		Figueira/Salema	1990 / 2005	4.400		LE+UV	S+D
		Vila do Bispo	1995	2.800		LE	S+D
		Barão de S. Miguel	1983	800		LE	S+D
		Budens	1993	700		LE	S+D
		Raposeira	1995	700		LE	S+D
		Vale de Boi	1983	400		FS+TF	S
		Hortas de Tabual	1981	200		FS+TF	S
		Pedralva	1991	100		FS+TF	S
Aljezur	Jul-06	Aljezur	1993	6.500	254.431	LA+UV	S+D
	Abr-07	Bordeira	2000	300		LPI	S
		Maria Vinagre	2001	500		LPI	S
		Odeceixe	1993 / 2006	3.400		LP+UV	S+D
		Praia de Odeceixe	2000	400		LPI	S
		Rogil	1992	700		LE	S
		Carrapateira	2007	500		LPI	S
Monchique	Out-06	Casais	2001	200	25.730	LA	S
		Marmelete	2003	1.000		LA+UV	S

1 Legenda:

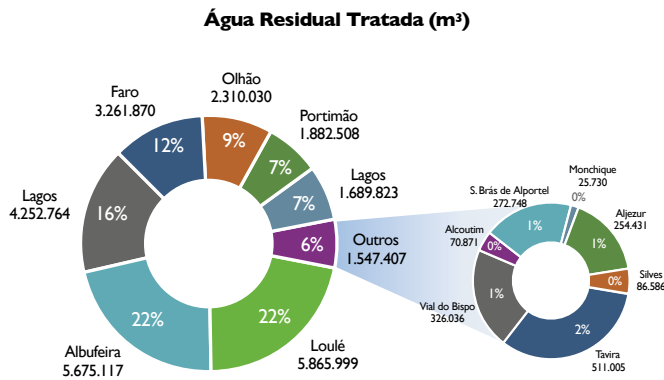
ES - emissário submarino **LP** - leitos percoladores **S** - secundário **FS** - fossa séptica **LPI** - leitos de plantas **T** - terciário
LA - lamas activadas **TF** - trincheiras filtrantes **D** - desinfecção **LE** - lagoas de estabilização **UV** - radiação ultravioleta

2 Sistema de intercepção e elevação para a ETAR de Armação de Pêra.

3 Sistema de intercepção e elevação para a ETAR da Companheira.

Volume Facturado

Durante o ano de 2007, foi facturado um volume de água residual de 26.485.518 m³, apresentando-se no gráfico seguinte o volume facturado por Município (m³), bem como a percentagem respectiva, face ao total.



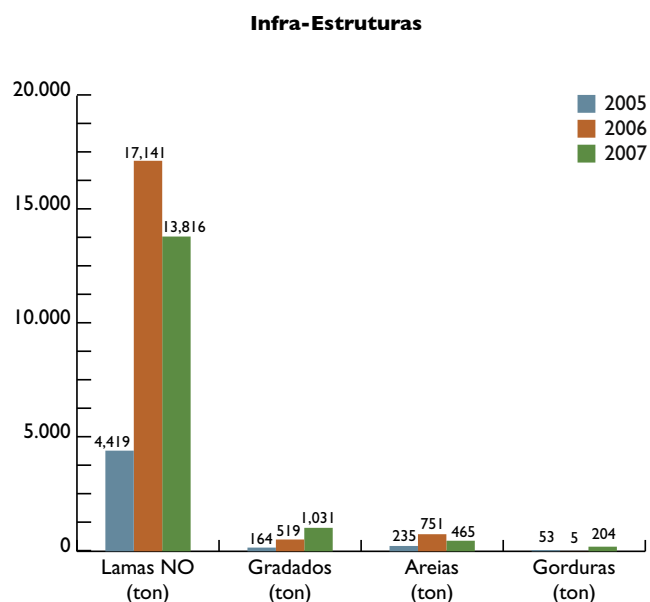
Produção de Resíduos

No próximo quadro, apresentam-se as quantidades de resíduos produzidos durante o ano de 2007, os quais foram encaminhados a destino final adequado, sendo o seu transporte executado por operadores licenciados. As lamas foram utilizadas para valorização agrícola ou encaminhadas para aterro sanitário, sendo os outros resíduos, também, encaminhados para aterro sanitário.

Lamas MOI (ton)	Gradados (ton)	Areias (ton)	Gorduras (m ³)
13.816	1.031	465	204

I MO – Matéria Original

No próximo gráfico, são apresentados os quantitativos anuais por tipo de resíduo especificado.



Análises Realizadas

Em 2007, o plano de controlo analítico da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. incluiu a determinação de 11.247 parâmetros, mais 3.269 do que em 2006, ou seja, um acréscimo de 41%. Este aumento deveu-se, para além da entrada no Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve de novas infra-estruturas, a um novo enquadramento legal, que levou à necessidade de monitorizar, também, os meios receptores.

Em 2007, foram realizadas pelos prestadores de serviço, para controlo de processo nas ETAR e nos meios receptores, 143.567 determinações, o que representou um aumento de 38%, face a 2006.

Estudos Estratégicos e Projectos De I&D

A nível de Estudos Estratégicos e Projectos de I&D na área do Saneamento, que tiveram continuidade em 2007, destaca-se o seguinte:

- Estudo das Potencialidades de Reutilização de Águas Residuais na Região do Algarve (em curso)

Este estudo envolveu a identificação e a caracterização dos potenciais interessados na reutilização das águas residuais das ETAR da Região do Algarve, tendo em conta a realidade actual e as perspectivas ao longo da duração da concessão. Foram considerados os vários tipos de reutilização em fins compatíveis possíveis, embora tenha sido dada especial atenção à reutilização na rega de campos de golfe.

Divulgaram-se junto dos potenciais utilizadores, os objectivos deste projecto, modelos de tarifário, processos de tratamento, extensões e traçados de condutas elevatórias.

Foram efectuados ensaios piloto para validação do processo de tratamento de afinação das águas residuais tratadas da ETAR de Vilamoura. Tendo sido efectuada, ainda, a caracterização dos afluentes brutos para os parâmetros associados à salinidade, de forma a avaliar necessidades futuras de tratamento de afinação das águas residuais tratadas.

Foram iniciados os estudos de caracterização das relvas e solos dos potenciais utilizadores.

Conferências e Seminários

Em 2007, foram efectuadas as seguintes comunicações em conferências/seminários:

- Freire, J. 2007. Águas balneares versus águas residuais – situação no Algarve. A Nova Directiva 2006/7/CE da Qualidade das Águas Balneares na Estratégia de Desenvolvimento do Algarve. Instituto Superior Dom Afonso III. Março. Loulé.
- Freire, J. 2007. Papel das Instituições no Desenvolvimento do Golfe. Universidade do Algarve. Maio. Faro.
- Martins AMP, Freire J. 2007. Actividades de Saneamento de Águas Residuais na Empresa ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.. Rotary Clube de Loulé. Junho. Loulé.

- Martins AMP, 2007. Reutilização de Águas Residuais na Região do Algarve. Um Projecto Rumo à Sustentabilidade da Região. ExpoÁgua 2007. Outubro. Oeiras.
- Martins AMP, Freire J. 2007. Water Reuse for Irrigation of Golf Courses and Landscapes in Algarve. In Proceedings 6th Conference on Wastewater Reclamation and Reuse for Sustainability – Guiding the Growth of Water Reuse. IWA Specialist Conference. Outubro. Antuérpia, Bélgica.

3.7.1.6 – Análises Laboratoriais – Águas Residuais

No âmbito da exploração do Sistema do Saneamento, o Laboratório da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. assegurou os programas de amostragem e análise das águas residuais das ETAR e meios receptores com o objectivo de dar cumprimento às licenças de descarga existentes para cada ETAR.

Em 2007, a área de Saneamento do Laboratório foi responsável pelo controlo da qualidade dos efluentes de 50 Estações de Tratamento de Águas Residuais, e respectivos meios receptores, e ainda de 1 emissário submarino, num total de 107 pontos de colheita.

Dado que a ÁGUAS DO ALGARVE não possui um Laboratório de águas residuais, os serviços de amostragens e análises foram integralmente subcontratadas a entidades externas, tendo sido efectuadas cerca de 2.000 colheitas de águas residuais no decorrer de 2007. As análises efectuaram-se no Laboratório de Análises do Instituto Superior Técnico, num total de 11.383 determinações químicas e 2086 microbiológicas.

Em 2007 o custo do controlo de qualidade implementado foi de 0,012€ por m³ de água residual tratada.

Com o objectivo de estudar as potencialidades da reutilização de água residual tratada para rega, na região do Algarve, foram realizadas análises aos ensaios piloto de tratamento e efectuada uma caracterização exaustiva dos afluentes às ETARs, incluindo 32 parâmetros indicadores da qualidade das águas residuais e reutilizadas num total de 4.800 determinações.

Protocolos e Projectos

No âmbito de protocolos e projectos de Investigação e Desenvolvimento (I&D), o Laboratório da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. colaborou com diversas instituições, tais como a Universidade do Algarve, o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (Porto), o Instituto Superior Técnico, a Escola Superior de Saúde Jean Piaget e a Escola Profissional Cândido Guerreiro, apoiando estágios curriculares e projectos de investigação na área das águas de consumo.

No âmbito de um Protocolo específico de formação, com a Escola Superior de Saúde Jean Piaget, em Silves, o Laboratório

da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. apoiou a formação dos alunos dos cursos de Análises Clínicas e Saúde Pública, Farmácia, Anatomia Patológica, Análises Clínicas, tendo sido responsável por diversas disciplinas relacionadas com o Controlo de Qualidade e Toxicologia.

3.7.1.7 – Gestão de Energia

No âmbito da eficiência energética foram apresentadas candidaturas ao Plano de Poupança da Eficiência no Consumo (PPEC), com financiamento a 100 % por parte da EDP, para a colocação de baterias de condensadores em várias instalações. O valor das candidaturas ascendeu a € 35.000,00.

Foram efectuadas diversas análises ao nível das opções contratuais e tarifárias para as adequar em função do regime de exploração adoptado, conseguindo menores custos de energia eléctrica sem comprometer o seu funcionamento.

3.7.2 – Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve

3.7.2.1 – Construção de Infra-Estruturas

Durante o ano de 2007 foi efectuado um investimento de cerca de 12 milhões de euros em obras previstas no Plano de Médio Prazo, que incidiu nas componentes a seguir referenciadas.

O período de seca extrema que o Algarve viveu no ano de 2005 obrigou a empresa ÁGUAS DO ALGARVE a efectuar avultados investimentos em obras com carácter de emergência face à inexistência da Barragem de Odelouca e tendo em vista o cumprimento do estabelecido no Plano de Acção, visando assegurar o abastecimento público de água no Algarve no curto prazo, no sentido de minimizar os efeitos da seca.

Durante o ano em análise continuou-se a concretização dos referidos investimentos, que se encontram praticamente concluídos, transitando para 2008 apenas o equipamento de furos para retirada de água subterrânea.

Face a este problema cada vez mais agudo, justifica-se inteiramente a necessidade em dotar o Barlavento Algarvio de um sistema de aproveitamento hidráulico das águas superficiais, capaz de dar resposta às presentes carências sentidas ao nível do abastecimento público. Justifica-se igualmente a decisão de atribuir ao abastecimento público uma clara prioridade na utilização dos recursos hídricos mobilizados pelos novos aproveitamentos hidráulicos que garantirão igualmente a satisfação dos consumos previstos a médio - longo prazo.

A Barragem de Odelouca faz parte das obras do Sistema Global de Abastecimento de Água ao Barlavento Algarvio, com-

preendendo os concelhos de Loulé (parte ocidental), Albufeira, Silves, Lagoa, Lagos, Portimão, Aljezur, Monchique e Vila do Bispo, cujo objectivo é a captação e o fornecimento de água com qualidade e com taxas de garantia elevadas.

A crescente degradação da qualidade de alguns dos aquíferos utilizados para garantir o abastecimento em anos de seca, obrigou à procura de alternativas capazes de satisfazerem as necessidades futuras em água da região. É neste contexto de dificuldade crescente que, particularmente, o início da Barragem de Odelouca se assume como órgão vital do Sistema de Abastecimento de Água, ao garantir, por si só, a quase totalidade das necessidades de água para o abastecimento público do Barlavento Algarvio no ano de horizonte de projecto.

Durante o ano em curso concretizou-se no terreno o reinício da Construção da Barragem de Odelouca, agora sobre a responsabilidade da nossa Empresa.

Por outro lado continuou-se a promover os Estudos/Projectos/Empreitadas, de modo a que o nosso Sistema cubra a totalidade da nossa região, tendo-se iniciado os Estudos de abastecimento à zona Norte do Município de Loulé, abastecimento a Sagres, etc.

3.7.2.2 - Projectos

Projectos Executados

1. Reforço da Adução aos Municípios de Loulé e Tavira. Ligação ao Reservatório de Vila Sol, ligação ao Reservatório de Almancil e Vale Formoso e ligação ao Reservatório de Cruz do Areal;
2. Reservatório das Francesas;
3. Mini-hídrica da ETA Beliche, Castro Marim;
4. Mini-hídrica do Ponto de Entrega de Vale de Lousas, Silves;
5. Projecto Odelouca - Construção do Centro Nacional de Reprodução em Cativo do Lince Ibérico.

Projectos em Elaboração

1. Abastecimento de Água a Cachopo e Possíveis Povoações Limítrofes;
2. Refeitório da ETA de Tavira;
3. Reforço da Adução ao Concelho de Olhão Pontos de Entrega da Fuseta e Pechão;
4. Projecto de Execução de Medidas Correctivas contra a Intrusão Salina no Sítio das Fontes de Estombar;
5. Mini-hídrica da ETA de Alcantarilha, Silves;
6. Micro-hídrica do Ponto de Entrega de Chão-das-Donas, Portimão.

Projectos Por Lançar/Contratar

1. Novo Ponto de Entrega em Castro Marim - Cerro do Enho;
2. Reforço da Adução ao Concelho de Tavira - Pontos de Entrega da Fonte do Bispo e Santa Catarina;
3. Obras de Melhorias nos Parques de Lamas das ETAs de Tavira e Alcantarilha;
4. Novo Reservatório do Barlavento;
5. Reforço da Adução ao Concelho de Loulé;
6. Obras Complementares às Novas Infraestruturas adquiridas à FAGAR;
7. Reabilitação / Substituição das condutas adutoras a Vila do Bispo e Sagres;
8. Nova conduta DN 500 (Penina);
9. Novas ligações ao concelho de Lagoa: Zona Ocidental (Ferragudo);
10. Conduta de Bemparece (Albufeira);
11. Remodelação e ampliação da EE da Mosqueira (Albufeira);
12. Substituição da conduta elevatória da Mosqueira (Albufeira);
13. Projecto Odelouca - Centro de Divulgação da Ictofauna;
14. Projecto Odelouca - Desmatação da Área a Inundar na Albufeira da Barragem de Odelouca.

3.7.2.3 – Empreitadas

Empreitadas em Fase Concurso

1. Reforço da Adução aos Municípios de Loulé e Tavira. Ligação ao Reservatório de Vila Sol, ligação ao Reservatório de Almancil e Vale Formoso e ligação ao Reservatório de Cruz do Areal;
2. Minimização de Riscos de Queda em Altura.

Empreitadas Contratadas

1. Concepção/Construção do Abastecimento de Água e Saneamento às Ilhas da Culatra e Armona em "Alta" – Componente de Abastecimento de Água;
2. Conduta Adutora a partir do Reservatório de Quelfes;
3. Concepção e Execução de Armazém Pré-Fabricado na ETA de Tavira e Concepção e Execução da Passagem Superior para Peões na ETA das Fontainhas;
4. Reforço de Abastecimento de Água ao Barlavento Algarvio a partir de Captações do aquífero Querença - Silves - Equipamento e Sistema de Telegestão dos Furos;
5. Reestruturação do Sistema de Automação da Estação Elevatória de Água Bruta EE3 – Santo Estêvão;
6. Pinturas nos Edifícios da ETA de Tavira;
7. Incorporação das Águas de Lavagem do Filtro-Prensa com as Águas Residuais Domésticas - ETA das Fontainhas;
8. Projecto Odelouca - Centro Nacional de Reprodução em Cativo do Lince Ibérico.

Empreitadas em Curso

1. Concepção/Construção do Abastecimento de Água e Saneamento às Ilhas da Culatra e Armona em “Alta” – Componente de Abastecimento de Água;
2. Ligação do Concelho de Monchique aos Sistemas Multimunicipais - Lote I;
3. Conduta Adutora a partir do Reservatório de Quelfes;
4. Concepção e Execução de Armazém Pré-Fabricado na ETA de Tavira e Concepção e Execução da Passagem Superior para Peões na ETA das Fontaínhas;
5. Reforço de Abastecimento de Água ao Barlavento Algarvio a partir de Captações do aquífero Querença - Silves - Equipamento e Sistema de Telegestão dos Furos;
6. Reestruturação do Sistema de Automação da Estação Elevatória de Água Bruta EE3 – Santo Estêvão;
7. Projecto Odelouca - Conclusão da Construção da Barragem de Odelouca.

Empreitadas Concluídas

1. Reforço do Abastecimento de Água ao Barlavento Algarvio a Partir de Captações no Aquífero Querença-Silves - Sistema de Adução de Água bruta;
2. Reabilitação das Condutas Adquiridas às Câmaras Municipais de Lagos, Albufeira e Portimão;
3. Reforço da Interligação Sotavento/Barlavento - Condutas Adutoras – Sotavento (Seca 2005);
4. Reforço da Interligação Sotavento/Barlavento - Condutas Adutoras – Barlavento (Seca 2005);
5. Reforço da interligação Sotavento/Barlavento - Ampliação da Estação Elevatória Reversível (Seca 2005);
6. Utilização da Água Armazenada na Albufeira criada pela Ensecadeira da Barragem de Odelouca (Seca 2005);
7. Ligação do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve à Vila de Alcoutim;
8. Pintura nos Edifícios da ETA de Tavira;
9. Incorporação das Águas de Lavagem do Filtro-Pressa com as Águas Residuais Domésticas - ETA das Fontaínhas.

3.7.2.4 – Gestão e Exploração dos Sistemas Introdução

O ano 2007 foi caracterizado pela consolidação da exploração do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve.

No ano de 2007 foi implementado o Plano de Segurança da Água do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, suportado no sistema de gestão de segurança alimentar através da certificação em HACCP pela NP ISO22000:2005 e obtida a certificação do produto “Água para Consumo Humano”, de acordo com a ERP 5001/I- variante: sistemas de abastecimento público em alta.

Em 2007 foram concluídas as acções previstas no Plano de Acção para a Seca tendo em vista assegurar o abastecimen-

to público no Algarve no curto prazo, com relevância para: a instalação de uma estação elevatória para aproveitamento das aflúências na ribeira de Odelouca, no local da pré-ensecadeira da futura barragem e sua condução através do túnel Odelouca – Funcho para a ETA de Alcantarilha; a conclusão das condutas dos novos furos de Benaciate e a sua ligação à ETA de Alcantarilha; e o reforço da interligação reversível entre o Sotavento e o Barlavento através de uma nova estação elevatória.

Também em 2007, devido a uma maior disponibilidade de água a Barlavento, iniciou-se o fornecimento de água a novos pontos de entrega, nomeadamente Medeiros e Algoz, do Município de Silves e ao novo ponto de entrega de Barão de S. Miguel do Município de Vila do Bispo, em Junho, Foz de Odeleite do Município de Castro Marim, em Agosto, além de que, se iniciou também em Maio, o fornecimento de água ao ponto de entrega de Alcoutim, do Município de Alcoutim.

O fornecimento total de água facturada aos Municípios em 2007, foi no total 69.217.135 m³ e representou um caudal médio diário de água fornecida de cerca de 190.000 m³/dia, sendo superior em 13,37 % em relação ao ano de 2006 e superando em 18% os volumes anuais mínimos previstos no Contrato de Concessão.

A utilização das ETAs do sistema, superou os objectivos propostos e atingiu 60,32% no mês de Agosto, tendo-se tratado um volume de 70.123.634 m³ de água no ano de 2007.

Em 2007, o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água, registou perdas de apenas 2,13 %.

A qualidade da água tratada e fornecida aos Municípios servidos pelo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve no ano 2007, pode considerar-se excelente, tendo-se verificado no PCQA - Plano de Controlo da Qualidade da Água, apenas uma não conformidade de acordo com o previsto no Decreto - Lei n.º 306/07 de 27 de Agosto.

As melhorias de gestão implementadas no sistema, justificam a garantia e a melhoria da qualidade da água fornecida.

No ano de 2007 a operacionalidade do sistema, não registou ocorrências que exigissem a interrupção do fornecimento de água aos municípios com consequências para o abastecimento público.

A quantidade de matérias primas consumidas nos processos de tratamento para a potabilização da água, no ano 2007, foi menor nalguns reagentes devido a uma melhor qualidade global da água nas origens.

Do sistema, foram produzidas 6.833,25 toneladas de lamas desidratadas e enviadas 6.385,54 toneladas de lamas para valorização no Complexo Industrial da Cimpor, em Loulé.

Tratamento de Água para Consumo Humano

A água bruta proveniente do sistema Odeleite - Beliche foi tratada nas Estações de Tratamento de Água de Beliche e Tavira.

A ETA de Tavira tratou um volume de 32.709.029 m³ de água. O volume máximo diário foi de 134 064 m³ correspondente a cerca de 70,53 % da capacidade máxima de tratamento, tendo-se verificado em 17 de Agosto.

A ETA do Beliche tratou um volume de 1.760.198 m³ de água.

Continuando a aguardar a execução da barragem de Odelouca, componente fundamental do sistema primário de adução a Barlavento, a água bruta proveniente apenas dos sistemas do Funcho e da Bravura, foi tratada nas Estações de Tratamento de Água de Alcantarilha e Fontainhas.

No ano de 2007, foi captada água a partir dos furos do Perímetro de Rega do Vale da Vila, para garantia do abastecimento público do Barlavento.

O volume extraído destas captações subterrâneas foi de 6.916.900 m³, tendo esta água sido tratada na ETA de Alcantarilha e representando 22,68 % da água tratada.

A ETA de Alcantarilha tratou um volume de 30.489.500 m³ de água. O volume máximo diário foi de 154.192 m³ correspondente a cerca de 59,48 % da capacidade máxima de tratamento tendo ocorrido em 18 de Agosto.

A ETA das Fontainhas tratou um volume de 5.164.907 m³ de água.

A utilização das ETAs do sistema, superou os objectivos propostos, atingindo 60,32 %, em Agosto.

No ano 2007, não se registaram ocorrências no tratamento que exigissem a interrupção do fornecimento de água aos municípios com consequências para o abastecimento público.

O quadro seguinte apresenta a evolução da quantidade total de reagentes utilizados para o tratamento de água nas quatro estações de tratamento de água, nos anos 2006 e 2007.

Reagentes	ETA - Toneladas				Total		Evolução 2006/2007
	Alcantarilha	Fontainhas	Tavira	Beliche	2007	2006	
Ácido Clorídrico	-	52,98	-	-	52,98	77,07	-31,26%
Azoto	-	-	14,33	0,51	14,84	12,81	15,85%
Cal Hidratada/ Hidróxido de Cálcio	758,68	113,43	1.189,94	30,70	2.092,75	1.978,29	5,79%
Carvão Activado	157,66	41,00	91,05	1,50	291,21	191,00	52,47%
Clorito de Sódio	-	54,87	-	-	54,87	76,87	-28,62%
Cloro	47,00	7,62	60,29	3,94	118,85	118,84	0,01%
Coagulante – Pax XL14	-	-	959,33	-	959,33	804,38	19,26%
Coagulante – Wac AB	2.173,22	464,77	-	69,81	2.707,80	2.901,29	-6,67%
Dióxido de Carbono	-	-	1.284,98	88,40	1.373,38	1.700,03	-19,21%
FLOCULANTE – Albafloc 2152	7,08	1,68	-	-	8,75	7,98	9,72%
FLOCULANTE – Albafloc 2157	-	0,55	-	-	0,55	0,43	29,41%
FLOCULANTE – Prodesim ASP 34	-	-	-	-	0,00	2,00	-100,00%
Oxigénio	640,86	-	977,88	37,94	1.656,68	1.928,91	-14,11%
Permanganato de Potássio	0,15	-	-	-	0,15	0,50	-70,00%
Soda Caústica	-	-	-	40,68	40,68	13,38	204,04%
Polelectrólito	-	-	2,30	1,53	3,83	0,00	-

Regista-se que, o consumo de carvão activado teve um crescimento significativo na ETA de Alcantarilha e o consumo de soda cáustica também teve um crescimento significativo na ETA de Beliche, pelo facto da sua utilização se ter iniciado no final de 2006.

Apesar do aumento significativo do volume de água tratada no ano 2007, em relação a 2006, não se registou uma utilização equivalente de reagentes, nomeadamente os mais significativos, como o coagulante e o oxigénio, devido provavelmente à melhoria da qualidade da água bruta.

A qualidade da água tratada nas estações de tratamento, não cumpriu pontualmente com o Valor Paramétrico (VP) estabelecidos na legislação em vigor, ou com o Limite de aceitação (LA) da ERP 5001/I designadamente:

- Na ETA de Beliche, numa situação, nomeadamente em relação ao parâmetro Alumínio, em relação ao LA da ERP 5001/I;
- Na ETA de Tavira, numa situação, nomeadamente em relação ao parâmetro, Turvação, em relação ao VP da legislação em vigor;
- ETA de Alcantarilha e Fontaínhas, não se registaram incumprimentos.

Na globalidade estes incumprimentos, representam 0,003 % das determinações realizadas pelo Laboratório no âmbito do Plano de Controlo Operacional da Qualidade da Água das Etas.

Fornecimento de Água aos Municípios

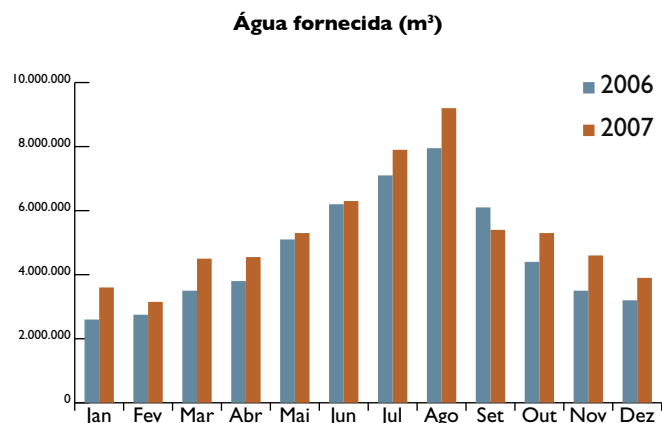
O fornecimento total de água facturada aos Municípios nos pontos de entrega foi de 69.217.135 m³, o que representa um aumento global de 13,37 % em relação ao ano anterior.

No ano 2007 a ineficiência de utilização dos recursos hídricos no sistema, foi de 2,13 % e foi superior em 0,82% em relação ao ano anterior:

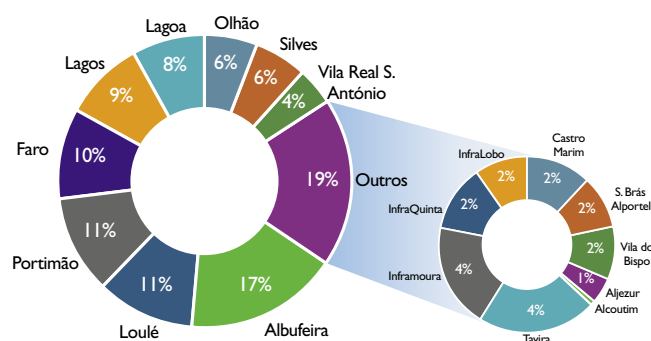
A partir do mês de Agosto de 2007, iniciou-se a facturação directa à concessionária do Município de Loulé, nomeadamente InfraMoura, contemplando os pontos de entrega de Pinhal de Vilamoura e RIV.

No exercício de 2007, não se registaram ocorrências que exigissem a interrupção do fornecimento de água aos Municípios com consequências para o abastecimento público, superiores a 12 horas.

O próximo gráfico apresenta a evolução global do fornecimento de água aos Municípios no ano de 2007 face ao ano 2006.



No gráfico seguinte apresentamos a distribuição dos consumos por Município/ Entidade Gestora verificada no ano 2007.



O volume de água fornecido aos Municípios, superou em 18% os volumes anuais mínimos previstos no Contrato de Concessão, para o ano de 2007.

O volume fornecido aos Municípios de Aljezur e de Silves ultrapassa em muito os volumes mínimos estipulados, em cerca de 300% e 400% respectivamente, devendo-se este facto ao início do fornecimento de água a novos pontos de entrega em 2006 e 2007, ter alterado substancialmente as condições consideradas no âmbito do Contrato de Concessão, tendo no entanto, o sistema capacidade instalada para o volume de água previsto.

Destaca-se ainda que o Município de Albufeira apresenta um volume fornecido 60% superior ao mínimo fixado no anexo IV do Contrato de Concessão, devendo-se este facto ao aumento de consumo nos pontos de entrega de Cerro do Ouro e Bemparece.

Qualidade da Água Fornecida aos Municípios

A qualidade da água fornecida aos Municípios servidos pelo sistema, apenas não cumpriu uma única vez com os valores paramétricos estabelecidos na legislação em vigor representando 0,01 % das determinações efectuadas no âmbito do Plano de Controlo da Qualidade da Água, aprovado pelo IRAR, como se apresenta na tabela seguinte:

Inconformidades na Qualidade da Água fornecida aos Municípios em 2007

Amostra	Data	Ponto Colheita	Parâmetro	Unidade	Valor	Número do Registo
20721046	26-12-2007	S. Bárbara de Nexe	Costridium perfringens	N/100ml	1	NC_00001_2008

No âmbito do PCOQA – Plano de Controlo Operacional da Qualidade da Água, foram realizadas análises à água tratada no sistema de Adução, tendo-se verificado 47 não conformidades de acordo com a legislação em vigor (22) e com o LA da ERP 5001/1 (25), correspondendo a 0,071 % de inconformidades na qualidade da água tratada e fornecida aos Municípios.

Foram ainda realizadas análises nas captações subterrâneas definidas no âmbito do protocolo com o INAG e a DRAOT na fase Pré-Odelouca.

Em relação à avaliação da qualidade do serviço prestado aos Municípios, foram registadas no ano 2007, 7 reclamações, relativas à qualidade da água, à comunicação de incumprimentos e relativos a comparação de consumos nos relatórios trimestrais de fornecimento de água aos Municípios.

Para cumprir com o objectivo fundamental de garantir o “abastecimento de água para consumo humano e o tratamento de águas residuais de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e fiabilidade”, a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. possui, desde o início da sua actividade, um Laboratório de controlo de qualidade da água.

O Laboratório da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. é constituído por duas Unidades Laboratoriais, que se encontram situadas nas duas principais Estações de Tratamento de Água (ETA) da Empresa: ETA de Tavira e ETA de Alcantarilha.

É responsabilidade do Laboratório, não só controlar e assegurar a qualidade da água fornecida pela ÁGUAS DO ALGARVE, S.A., como também controlar a água de origem (subterrânea e superficial), a água das diferentes etapas do processo das ETA's e a água processada nas ETAR's (Estações de Tratamento de Águas Residuais) e respectivos meios receptores.

Água Para Consumo Humano:

O controlo da qualidade da água de consumo humano é efectuado de modo a cumprir a legislação nacional aplicável aos diversos tipos de águas, as orientações da Organização Mundial de Saúde e, desde 2007, as especificações da certificação em segurança alimentar (ISO 22000) e certificação do produto “Água para Consumo Humano na variante Sistemas de Abastecimento Público em Alta”, pelo referencial ERP 5001/1. Deste modo, para além do programa de análises para cumprimento da legislação, existem ainda planos operacionais de análises que garantem a qualidade da água produzida pela ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.

Com o objectivo de garantir os elevados padrões de qualidade da água fornecida pela ÁGUAS DO ALGARVE, S.A., o Laboratório é responsável pelo controlo de diversos tipos de águas tais como:

- Águas de origem subterrânea – monitorização de 22 captações no aquífero Querença-Silves, pertencentes a diversos municípios e ainda captações situadas no perímetro de rega do Vale da Vila (Silves);
- Águas de origem superficial – monitorização de parâmetros biológicos das albufeiras da Bravura, Funcho, Odeleite e Beliche;
- Águas processadas nas ETA's – controlo das diversas etapas de tratamento de água das 4 ETA's;
- Águas de adução – controlo da água entregue, em alta, aos municípios do Algarve.

Globalmente, são amostrados cerca de 280 pontos de colheitas de água, no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água conforme apresentado no Gráfico 1.

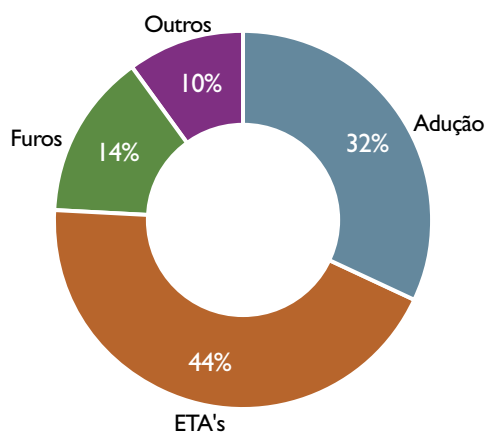


Gráfico 1 - Origem dos Pontos de Colheita amostrados pelo Laboratório durante 2007.

A monitorização dos diversos tipos de águas incluídos nos PCO's levou a que fossem analisadas no Laboratório cerca de 20 000 amostras, ao longo do ano de 2007, correspondendo a uma média de 80 amostras por dia.

Em termos de subcontratação de colheitas, estima-se que destas cerca de 20 000 colheitas, apenas 15% foram subcontratadas à Acquamostra (Gráfico 2).

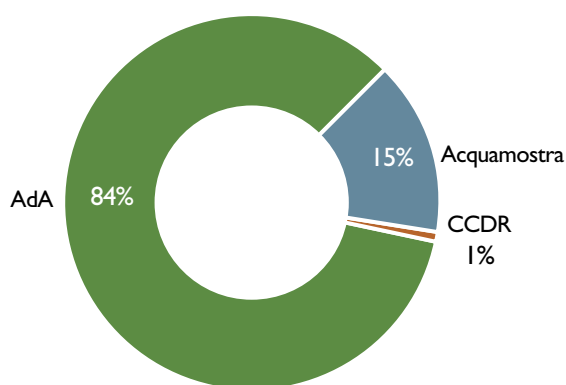


Gráfico 2 - Responsabilidade pela colheita das amostras durante o ano de 2007

As análises de rotina realizaram-se de acordo com os Planos de Controlo de Qualidade da Água (PCO) estabelecidos pela Direcção de Operações - Água, que incluíram a solicitação de realização de cerca de 155 diferentes parâmetros indicadores da qualidade da água físico-químicos, microbiológicos e biológicos. Destes cerca de 155 parâmetros o Laboratório analisou internamente cerca de 76 parâmetros (50%) através dos de 130 diferentes métodos de ensaio que possui actualmente implementados em ambas as Unidades Laboratoriais para garantia

do cumprimento dos diferentes PCO's solicitados pela DOA (Quadro 1).

Área	Métodos de ensaio do Laboratório
Físico-química	92
Microbiologia	23
Biologia	15
Total	130

Quadro 1 - Número total de métodos de ensaio implementados no Laboratório da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. relativos a parâmetros indicadores da qualidade da água.

Durante o ano de 2007 foram implementados, no Laboratório da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A., 19 novos métodos de ensaio, dos quais 13 foram logo acreditados na auditoria de Abril 07, estando os restantes 6 métodos propostos para acreditar durante o ano de 2008 (métodos HPLC e Analisador de TOC). Para além destes, foi também dado início em 2007 à implementação de mais 9 métodos de ensaio em ICP e 5 métodos no Auto-analisador.

De forma a dar cumprimento aos diversos PCO's, o laboratório efectuou, durante o ano 2007, cerca de 136 500 determinações analíticas de físico-química, microbiologia e biologia.

O Laboratório da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. realizou durante 2007 cerca de 93% do total das análises incluídas nos PCO's relativas à totalidade dos PCO's solicitados pela DOA, conforme apresentado no Gráfico 3.

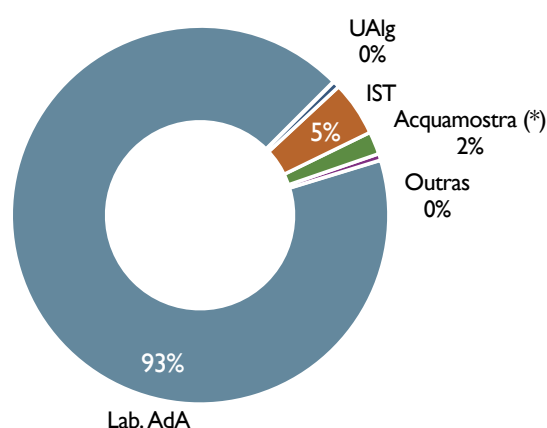


Gráfico 3 - Fração de determinações analisadas durante 2007 em função do local de realização das mesmas.

As análises referentes a parâmetros que não estão implementados no Laboratório da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. foram subcontratados a Laboratórios externos, tendo estas resultado num total de cerca de 9 735 determinações subcontratadas conforme apresentado no Quadro 2.

Laboratório	nº de determinações
Acquamostra	2.343 (*)
BioCant	108
IST	7.067
INSA	6
SWdE	8
UAlg	203
Total	9.735

Quadro 2 – Resumo do nº de determinações subcontratadas durante o ano de 2007 relativo a parâmetros indicadores da qualidade da água.

(*) Determinações de Cloro Residual e Temperatura de campo efectuadas no âmbito da prestação de serviços de colheitas da Acquamostra.

Acreditação do Laboratório - Norma NP EN ISO/IEC 17025

Em Maio de 2006, o Instituto Português da Acreditação (www.ipac.pt) reconheceu a qualidade do serviço prestado pelo Laboratório da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A., concedendo a acreditação para a realização de 30 ensaios das áreas de físico-química e microbiologia para águas de consumo, naturais e piscinas (certificado acreditação IPAC L0400), nas duas Unidades Laboratoriais.

No decorrer de 2006 e 2007, o Laboratório alargou o âmbito da sua acreditação a mais 45 parâmetros da qualidade da água, encontrando-se actualmente acreditado para 75 parâmetros, das áreas de físico-química e microbiologia.

Desde 2005 que o Laboratório da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. foi considerado “apto” pelo IRAR (www.irar.pt) para a realização da maioria das análises para demonstração da conformidade legal da água distribuída pela ÁGUAS DO ALGARVE, S.A., nomeadamente análises dos parâmetros pertencentes aos grupos de controlo de Rotina 1 e Rotina 2 e Inspeção (Dec.-Lei 306/07).

Produção e Destino Final de Lamas

Do sistema, foram produzidas 6.833,25 toneladas e enviadas 6.385,54 toneladas de lamas desidratadas para valorização no Complexo Industrial da Cimpor em Loulé.

Considerando a Matéria Seca (média anual), associada às lamas, a quantidade de lamas produzidas foi de 2.455,46 toneladas e foram encaminhadas 3.912,83 toneladas de lamas desidratadas para o Complexo Industrial da Cimpor em Loulé o que representa que 159,35 % da produção anual de lamas foi enviada para valorização, a partir dos Parques de Lamas da ETA de Alcantarilha e da ETA de Tavira.

As actividades associadas à gestão de lamas, nomeadamente transporte e destino final/valorização, teve um custo de 0,001 cêntimos /m³ de água tratada e de 13,39 euros/tonelada.

Novas Instalações em Produção

No ano de 2007 entraram em serviço os pontos de entrega, Medeiros e Algoz, do Município de Silves, Barão de S. Miguel do Município de Vila do Bispo no mês de Junho; Alcoutim do Município de Alcoutim em Maio e, Foz de Odeleite do Município de Castro Marim, em Agosto.

Em 2007 entrou também em exploração a Estação Elevatória Reversível 2.

Interligação Barlavento - Sotavento

Durante o ano 2007 houve uma maior transferência de caudais de água tratada através da Interligação Barlavento - Sotavento, do que em 2006, na sua maioria por elevação, com recurso à Estação Elevatória Reversível.

O volume total de água transferida ocorreu principalmente no sentido Sotavento – Barlavento e foi de 5.822.899 m³ durante 2007, pelo que face ao ano 2006, houve um acréscimo de 50,91 % no volume de água transferida. No sentido Barlavento – Sotavento foi transferido apenas um volume de 5.512 m³ de água.

3.7.2.5 – Serviço Geral de Manutenção

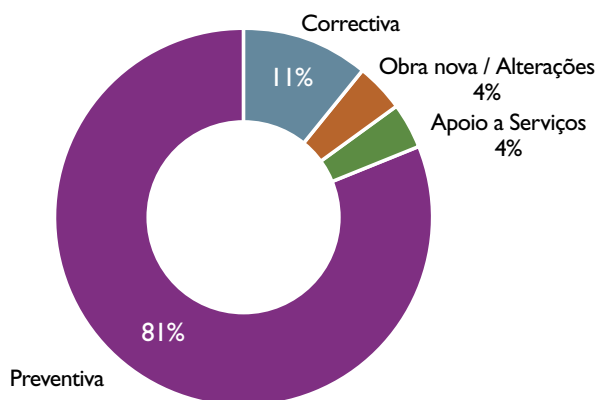
No ano de 2007 o Serviço de Manutenção Geral deu continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos anteriores, dentro dos objectivos superiormente traçados para este Serviço, de acordo com a Legislação em vigor e com as Normas Internas da Empresa de modo a consolidar a Certificação em Qualidade, Ambiente e Segurança, no Âmbito de Construção, Exploração e Gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve e cooperar na implementação do Sistema de HACCP e na obtenção da Certificação do Produto Água para Consumo Humano em Alta, e Responsabilidade Social e Segurança e Saúde no Trabalho.

Todos os trabalhos de manutenção são realizados em “Outsourcing”, tendo em 2007 sido posto a Concurso Público uma nova prestação de serviços para “Fornecimento de Serviços de Manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve”, tendo o novo contrato início a 1 de Janeiro de 2008.

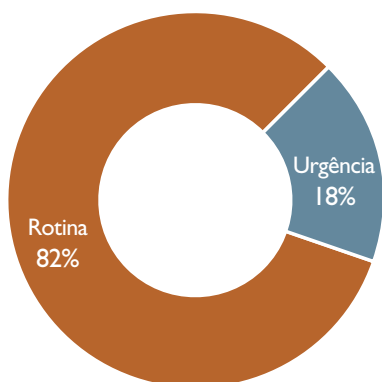
No ano de 2007, realizaram-se 12.753 intervenções abrangendo 4 ETA's, 31 Estações Elevatórias, 62 Pontos de Entrega e 421Km de adutores, com um total de 11.680 equipamentos. É de salientar o esforço efectuado no sentido de manter toda a instrumentação analítica em perfeito funcionamento e dentro dos critérios de aceitação estabelecidos, de modo a se dar

cumprimento aos requisitos do Sistema de HACCP e da Certificação do Produto.

Nos gráficos abaixo, apresenta-se a distribuição do número de horas gastas por tipos de trabalho realizados e o número de OT's por grau de urgência.



Tipo	Horas-Homem
Preventiva	61.114
Correctiva	8.142
Obra Nova / Alterações	3.002
Apoio a Serviços	2.766



Grau de Urgência	OT's
Rotina	10.432
Urgência	2.321

7.2.6 – Gestão de Energia

Foram efectuadas diversas análises ao nível das opções contratuais e tarifárias para as adequar em função do regime de exploração adoptado, conseguindo menores custos de energia

eléctrica sem comprometer o seu funcionamento. O acompanhamento de vistorias de Instalações de Utilização de Energia Eléctrica de Serviço Particular, integradas no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, garantiu uma taxa de aprovações, no 1º acto de vistoria, de 99%.

B.7.3. - Investimento e Financiamento

O esforço de investimento acumulado já efectuado pela Empresa até final de 2007 foi de cerca de € 397.649.827,42, dos quais cerca de € 45.311.988,71 foram destinados à aquisição de infra-estruturas.

No exercício corrente o total de crescimento do imobilizado foi de € 87.749.344 com a seguinte decomposição:

Investimentos	Água	Saneamento
Execução de Obras e Outros	11.755.962,17	24.621.025,69
Aquisição de infra-estruturas		3.625.411,00
Aluguer de infra-estruturas		3.447.419,14
Incorporação de activos	44.299.526,00	
Total	56.055.488,17	31.693.855,83

Para o financiamento das infra-estruturas foi fundamental a comparticipação do Fundo de Coesão da União Europeia, através da dotação do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.

A comparticipação nacional foi efectuada com recurso ao capital próprio da Empresa e a capitais internos e externos, nomeadamente do Banco Europeu de Investimentos.

A construção da barragem de Odelouca foi retomada após a decisão da Comissão Europeia em arquivar o processo de queixa que fez parar os trabalhos iniciados em 2001. O valor de investimento executado em 2007 atingiu o valor de € 3.447.039,30.

Além da barragem de Odelouca, foi integrado em 2007 nos activos da Empresa o túnel Odelouca-Funcho, já construído no valor de aproximadamente 44,3 milhões de euros.

Está também previsto e com o objectivo de repor o equilíbrio económico-financeiro da Concessão, o aumento de capital social em 25 milhões de euros, e ao prolongamento da concessão até 2037.

O aumento do capital social destina-se, igualmente, a fazer face a investimentos não previstos no contrato de concessão, nomeadamente aqueles relacionados com a inclusão de novas infra-estruturas nos sistemas de água e saneamento e a expansão do serviço a outras áreas dos municípios abrangidos, e também ao agravamento dos custos reais relativamente ao orçado nos estudos de base.

3.7.3.1 – Comparticipação Comunitária nos Investimentos

O investimento para realização das infra-estruturas no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve decorre com o co-financiamento do Fundo de Coesão da União Europeia, na sequência de candidaturas apresentadas e aprovadas, cuja situação é a seguinte:

- Processos FC93/10/16/61/015, FC96/10/61/016 e FC95/10/61/010, já concluídos.
- Processo FC2000/PT/16/C/PE/006 candidatado ao QCAIII para realização de obras que permitem dotar os sistemas de maior segurança ambiental, adopção de abastecimento alternativo e criação de novos pontos de entrega, com investimento previsto de € 23.640.038, aprovado pela decisão da Comissão Europeia C(2000) 3948 de 29/12/2000 com uma taxa de 50 % de comparticipação comunitária.
- Para dar seguimento à implementação do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, a Empresa já apresentou uma candidatura para estudos e projectos, a qual foi aprovada e está em execução e outra para obras, também já devidamente aprovada:
- Processo FC2002/PT/16/C/PE/004 para um grupo de estudos e projectos com investimento previsto de € 2 484 916,00 aprovado pela decisão da Comissão Europeia C(2002) 1 698 de 03/07/2002 com uma taxa de 85 % de comparticipação comunitária.
- Em 18 de Dezembro de 2003 foi aprovado pela decisão H 2003/0085 da Comissão Europeia, o projecto 2003/PT/16/C/PE/001 referente á candidatura de Obras do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, com a data de elegibilidade de 27 de Julho de 2003, com um investimento previsto de € 46 998 260,00 e com uma taxa de comparticipação comunitária de 56 %.

Unidade: milhares euros

FC.2000/PT/16/C/PE/006 - Interligação dos Sistemas Multimunicipais de Água Potável do Barlavento e do Sotavento Algarvios						
	2000	2001	2002	2003	2004 e seg.	Total
Decisão em Vigor	2.692	6.483	7.881	3.246	3.338	23.640
Despesa realizada	1.438	4.538	8.743	5.061	3.860	23.640

Unidade: milhares euros

FC2002/PT/16/C/PE/004 - Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve/Estudos/Projectos/Assessorias - 1ª Fase -							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Decisão em Vigor	600	1.047	629	209	0	0	2.485
Despesa realizada	172	436	323	339	0	517	1.787

Unidade: milhares euros

FC2003/PT/16/C/PE/001 - Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve						
	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Decisão em Vigor	3.393	22.146	16.012	5.447	0	46.998
Despesa realizada	64	38	9.287	18.558	11.697	39.644

3.7.4 – Situação Económica e Financeira

Introdução

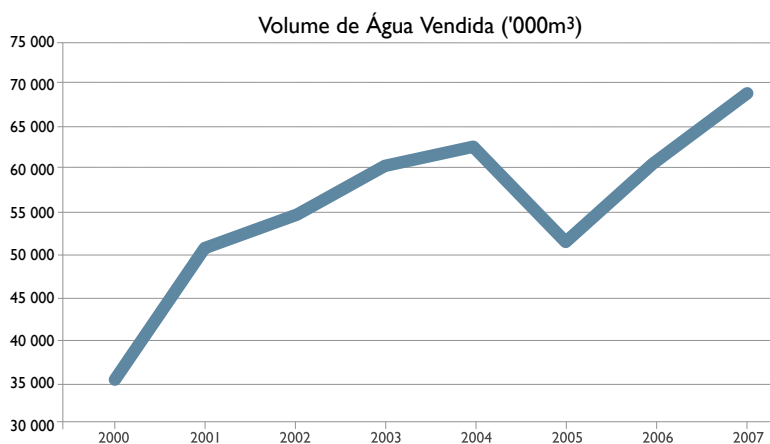
Para efeitos de comparabilidade, entre os exercícios de 2007 e 2006, é necessário ter em consideração dois factos relevantes que ocorreram em cada um dos exercícios. Em 2006 o reconhecimento extraordinário de custos de exploração (electricidade e manutenção relativos ao ano de 2004) do aproveitamento hidráulico de Odelite-Beliche no valor de 1 milhão de euros. E, em 2007, a alteração do método de cálculo de amortizações do exercício, por efeito do prolongamento do prazo de concessão, com efeito líquido, entre decréscimo de amortizações e o decréscimo do reconhecimento dos subsídios, de cerca 2 milhões de euros.

Assim, a Empresa concluiu o exercício de 2007 com um resultado antes de impostos de € 2.670.402,00 o que corresponde um resultado líquido de € 1.885.399,42.

Foi reconhecido em Balanço o túnel Odelouca-Funcho no valor de € 44.299.526,00. Esta infra-estrutura foi integrada na ÁGUAS DO ALGARVE, S.A., a custo zero, como contrapartida da integração da barragem de Odelouca no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, conforme despacho se S. E. o Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Situação Económica

O acréscimo de abastecimento de água foi na ordem de 13,37% em volume e 16,2% em valor, atingindo os 28,5 milhões de euros de facturação. O aumento de caudal verificado tem duas justificações, uma referente ao início de abastecimento à cidade de Silves, e outra referente à retoma dos hábitos de consumo que se verificavam antes da seca de 2005, pelo que se poderá concluir que as medidas de racionalização do consumo de água, introduzidas no período de seca, deixaram de ter efeito.



A justificação do acréscimo verificado na prestação de serviços de saneamento é essencialmente relacionada com o arranque da exploração, por parte da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A., dos sistemas de Faro (Abril de 2007) e de Portimão (Setembro de 2007). Atingiu-se, assim, os 12 milhões de euros de facturação e os 26,5 milhões de m³ facturados, representado um acréscimo de 15,4% de facturação.

Proveitos	2007	2006	Variação	%
Vendas	28.457.876	24.495.427	3.962.449	16%
Prestação de Serviços	11.983.612	10.385.847	1.597.764	15%
Proveitos Suplementares	1.465.041	930.144	534.897	58%
Subsídios à Exploração	11.986	3.677	8.309	226%
Trabalhos para a Própria Empresa	2.663.577	2.761.868	-98.291	-4%
Proveitos e Ganhos Financeiros	529.868	978.059	-448.191	-46%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	2.899.382	4.927.057	-2.027.675	-41%
Total de Proveitos	48.011.342	44.482.080	3.529.262	8%

A variação de proveitos suplementares está, também, relacionado com o arranque da exploração dos sistemas de saneamento de Faro e Portimão, pois correspondem aos débitos dos custos de energia e água aos prestadores de serviço em regime de “outsourcing”.

Ressalta, ainda, na análise da estrutura dos proveitos, o montante de trabalhos para a própria empresa, resultante da capitalização de um conjunto de encargos inerentes à fase de investimento da área de negócio do Saneamento e da Barragem de Odelouca.

A evolução dos custos reflecte o acréscimo da actividade da Empresa., destacando-se as seguintes rubricas: Custos das Matérias Consumidas, Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e Custos Financeiros.

Custos	2007	2006	Variação	%
Custos das Matérias Consumidas	2.398.064	2.277.001	121.062	5%
Subcontratos	5.245.879	4.043.113	1.202.766	30%
Outros Fornec. e Serviços Externos	12.499.371	12.185.121	314.250	3%
Impostos	860.536	880.553	-20.017	-2%
Custos com o Pessoal	5.766.635	5.453.804	312.831	6%
Outros Custos Operacionais	6.567	5.583	984	18%
Amortizações do Exercício	12.249.392	14.977.739	-2.728.347	-18%
Custos e Perdas Financeiras	6.157.158	4.631.176	1.525.981	33%
Custos e Perdas Extraordinárias	157.339	218.371	-61.032	-28%
Total de Custos	45.340.940	44.672.462	668.478	1%

O aumento dos custos com matérias-primas, reagentes, foi igual ao aumento do volume de água fornecida (13%), confirmando o carácter excepcional do aumento verificado no exercício de 2006 - maior turvação da água bruta correspondente ao enchimento das barragens que se verifica após um período de seca.

O acréscimo dos subcontratos é justificado directamente pelo arranque da exploração dos sistemas de saneamento de Faro e Portimão, por parte da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A., em regime de subcontratação – “outsourcing”.

Os restantes FSE tiveram uma evolução satisfatória, pois cresceram apenas 3% contra o acréscimo de 15% do volume de negócios.

No âmbito da transferência, por parte do Concedente, da responsabilidade de conclusão da barragem de Odelouca para a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A., será necessário proceder-se ao reequilíbrio económico e financeiro da concessão para acomodar o aumento do volume de investimento, tanto associado à construção da barragem como aos desvios verificados no plano de investimento do saneamento. O reequilíbrio proposto foi no sentido de prolongar o prazo dos contratos de concessão (Água e Saneamento) minorando os eventuais efeitos nas tarifas de equilíbrio.

Neste sentido, foram recalculadas as amortizações do exercício e o reconhecimento dos subsídios associados, com base na revisão dos caudais e na extensão do prazo das concessões para 31 de Dezembro de 2037. O efeito conjugado destes dois factores resulta numa redução de 4,8 milhões de euros nas amortizações do exercício pela Directriz Contabilística n.º 4, valor este que condicionou a evolução global das amortizações do exercício com um decréscimo de 2,7 milhões de euros face a 2006.

Os custos financeiros registaram um aumento de 1,5 milhões de euros, a justificação desta variação reside no aumento do financiamento, necessário para suportar o investimento realizado no corrente ano, e no aumento das taxas de juro de referência.

Situação Financeira

A situação financeira e patrimonial da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. registou no exercício de 2007 uma evolução muito positiva, com um crescimento de 72 milhões de euros do Activo Líquido face ao exercício anterior.

Como podemos observar pelo quadro resumo do Activo, constatamos que este acréscimo é essencialmente devido ao aumento do imobilizado, consequência natural do esforço de investimento que a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. vem executado ao longo dos anos.

Activo	2007	2006	Varição	%
Imobilizações Corpóreas Líquidas	249.844.276	210.131.104	42.348.723	20%
Imobilizações Incorpóreas Líquidas	475.161	159.477	315.684	198%
Imobilizado em Curso	82.247.650	48.815.331	30.796.768	63%
Investimentos Financeiros	5.307.522	4.365.696	941.826	22%
Existências	606.615	526.384	80.231	15%
Dívidas de Terceiros - curto prazo	36.444.217	40.718.260	-4.212.175	-10%
Depósitos Bancários e Caixa	6.753.691	6.751.727	1.468.236	22%
Acréscimos e Diferimentos	1.579.645	1.299.553	280.092	22%
Total do Activo Líquido	383.258.777	312.767.532	72.019.385	23%

Para fazer face a este investimento a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. recorre essencialmente ao Banco Europeu de Investimentos, registando em 31 de Dezembro de 2007 um endividamento de cerca 70 milhões de euros, encontrando-se em curso novo pedido de desembolso no valor de 50 milhões de euros para liquidar os empréstimos de curto prazo usufruindo, assim, de condições contratuais mais favoráveis.

A evolução dos Capitais Próprios e o Passivo da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. é a que consta do quadro que se segue:

Capital Próprio	2007	2006	Varição	%
Capital	29.825.000	29.825.000	0	0%
Reservas Legais	388.145	388.145	0	0%
Outras Reservas	1.333	1.333	0	0%
Resultados Transitados	6.605.038	6.721.751	-116.713	-2%
Resultados Líquidos	1.885.399	-116.713	2.002.112	---
Total Capital Próprio	38.704.915	36.819.515	1.885.400	5%

Passivo	2007	2006	Varição	%
Dívidas a Terceiros – m-l prazo	67.318.276	70.842.772	-3.524.496	-5%
Dívidas a Terceiros – curto prazo	97.284.880	74.624.879	22.660.001	32%
Acréscimos e Diferimentos	179.950.706	130.470.366	49.480.340	38%
Total Passivo	344.553.863	275.938.017	68.615.846	25%
Total Passivo + Capital Próprio	383.258.777	312.757.532	70501.245	23%

Indicadores Financeiros Mais Relevantes

No quadro seguinte apresentam-se, com referência aos dois últimos exercícios, alguns indicadores económico-financeiros considerados mais relevantes.

Indicadores	2007	2006
SITUAÇÃO FINANCEIRA		
Solvabilidade Total (Activo / Passivo)	1,11	1,13
Autonomia Financeira (Capitais Próprios / Activo - %)	10,10%	11,77%
Estrutura Financeira (Passivo Financeiro / Capitais Próprios - %)	425,28%	395,08%
Grau de Endividamento (Passivo Total / Capitais Próprios - %)	890,21%	749,43%
Liquidez Geral (Capitais Circulantes / Passivo c.p. - %)	16,37%	24,03%
Cobertura do Imobilizado (Capitais Permanentes / Activo Fixo - %)	31,38%	40,86%
Cobertura dos Encargos Financeiros (EBITDA / Encargos Financeiros - %)	289,18%	296,51%
RENDIBILIDADE		
Rendibilidade dos Capitais Próprios (Resultados Líquidos / Capitais Próprios - %)	4,87%	-0,32%
Rendibilidade Económica (Resultados Operacionais / Activo Total - %)	1,45%	-0,40%
OUTROS INDICADORES		
VAB per Capita (VAB / nº médio de trabalhadores) - Euros	151.907,70	82.460,04
EBITDA (Res. antes de Amort.+Provisões+Reint.+Juros)	17.805.040,21	13.731.787,85

A estabilização dos indicadores de estrutura financeira, conseguida pela realização de capital social do Sistema Multimunicipal do Saneamento em 2006, e a melhoria dos indicadores de rentabilidade, resultado da melhoria dos resultados operacionais da Empresa, permitem consolidar o desempenho da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. e libertar capacidade de auto-financiamento para a realização de investimentos.

No entanto, o "Cash Flow" Operacional (EBITDA) gerado, no valor de 17,8 milhões de euros (representando um acréscimo de 29,7 %, face a 2006) não é suficiente para cobrir a totalidade de necessidades de investimento, razão pela qual se verifica alguma diminuição dos rácios de liquidez, autonomia e solvabilidade.

Não obstante esta diminuição, os valores apresentados estão perfeitamente enquadrados na nossa actividade e reflectem a fase de investimentos onde, ainda, nos encontramos.

3.8 – Perspectivas para o Futuro

Conclusão do processo de reequilíbrio económico e financeiro e respectivos aditamentos aos Contratos de Concessão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve e do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, resultante da decisão do Concedente de cometer à ÁGUAS DO ALGARVE a responsabilidade pela construção da Barragem de Odelouca, e do aumento do valor de investimento nas infra-estruturas de saneamento.

Prossecução do Plano de Investimentos, com vista à conclusão do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve previsto para 2012, e da conclusão da Barragem de Odelouca prevista para 2010.

Reforço dos Capitais Próprios, com vista a dotar a Sociedade de uma estrutura de capitais ajustada ao esforço de investimento que ainda por executar.

3.9 – Considerações Finais

Conforme já expresso ao longo deste Relatório, os objectivos da Empresa não poderiam ter sido alcançados sem a colaboração de um conjunto de entidades e individualidades que o Conselho de Administração considera de toda a justiça expressar o seu reconhecimento, entre os quais se destacam:

- Ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, na pessoa de Sua Excelência o Ministro, Prof. Dr. Francisco Nunes Correia, pelo interesse, empenho, incentivo e apoio demonstrados;
- No âmbito do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, agradecer o apoio recebido do Instituto Regulador de Águas e Resíduos, Direcção Geral do Ambiente, Gabinete do Gestor do Programa Ambiente, Instituto dos Resíduos, Instituto da Água, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve,
- À AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. o reconhecimento pelo apoio e orientações desde sempre, prontamente prestadas;
- Aos Municípios accionistas o profundo agradecimento pela participação activa nos diversos aspectos da actividade da Empresa;
- Aos organismos regionais o agradecimento pela colaboração prestada;
- Aos órgãos da Empresa pela cooperação demonstrada no exercício das suas competências;
- A todos os funcionários e colaboradores da Empresa, que com a sua dedicação e competência tornaram possível a concretização dos objectivos definidos.

3.10 – Proposta de Aplicação de Resultados

As contas respeitantes ao exercício de 2007 conduzem a um resultado líquido positivo de € 1.885.399,42. O Conselho de Administração propõe distribuir, sobre a forma de dividendos, a remuneração garantida dos capitais relativos ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, para os anos de 2006 e 2007, ficando assim com a seguinte aplicação:

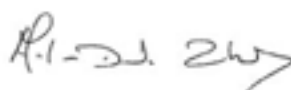
Reserva legal (5%)	€ 94.269,97
Pagamento dividendos aos accionistas	€ 1.770.261,67
Resultados transitados	€ 20.867,78
Total	€ 1.885.399,42

Faro, 24 de Janeiro de 2008

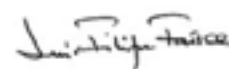
O Conselho de Administração



Joaquim Marques Ferreira
(Presidente)



Artur Ribeiro
(Vogal)



Luís Faísca
(Vogal)

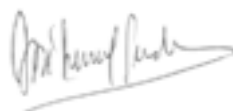


Gilberto Viegas
(Vogal)



Júlio Barroso
(Vogal)

O Director Administrativo e Financeiro



José Manuel Perdigão

O Técnico Oficial de Contas



António Rabeca

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados





3.1.1 – Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

(os montantes estão expressos em euros, excepto quando expressamente indicado)

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). As notas não incluídas neste Anexo não são aplicáveis ou significativas para a leitura das Demonstrações Financeiras.

Nota Introdutória

(a) Actividade

A Sociedade foi constituída através do Decreto-Lei N.º 168/2000 de 5 de Agosto, resultante da Fusão das Sociedades Águas do Barlavento Algarvio, S.A. e Águas do Sotavento Algarvio, S.A. Tinha então como objectivo exclusivo a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água aos Municípios do Barlavento e Sotavento Algarvio. Mais tarde e através do Decreto-lei n.º 172 B/2001 é-lhe concedida também a concessão do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve. Finalmente em 8 de Novembro de 2003 e por Dec. Lei 285/2003 faz a fusão dos sistemas do Barlavento e Sotavento criando o Sistema de Abastecimento de Água do Algarve.

Para concretização do objecto social, foram atribuídas pelo Estado Português à Sociedade ÁGUAS DO ALGARVE, S.A., duas concessões em regime de exclusividade por um prazo de trinta anos na qual são estabelecidas as regras para a concepção, construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação renovação e manutenção do Sistema Multimunicipal de abastecimento de Água ao Algarve e Saneamento do Algarve.

As referidas concessões estabelecem os critérios de fixação e aprovação das tarifas a praticar pela Sociedade em cada ano, de modo a garantir um adequado equilíbrio financeiro, obedecendo aos seguintes critérios:

- Assegurar, dentro do período de concessão, a amortização do montante efectivo do investimento inicial a cargo da concessionária, deduzido das participações e subsídios a fundo perdido;
- Assegurar o bom funcionamento, conservação e segurança de todos os bens afectos às concessões, bem como a substituição prevista desses bens;
- Atender ao nível de custos necessários para uma gestão eficiente dos sistemas e à existência de receitas não provenientes da tarifa;
- Assegurar o pagamento das despesas de funcionamento do Instituto Regulador de Águas e Resíduos, bem como assegurar uma adequada remuneração dos capitais próprios da

concessionária.

No cálculo das tarifas anuais está estabelecido que a margem anual necessária à remuneração adequada dos capitais próprios é devida desde a data de realização do capital. A remuneração atrás referida calculada de forma retroactiva será uma responsabilidade da Sociedade, assim que a sua situação financeira o venha a permitir.

O Sistema Multimunicipal de Água do Algarve abastece actualmente em “alta” os Municípios de Albufeira, Lagoa, Lagos, Aljezur, Loulé, Portimão, Silves, Vila do Bispo, Castro Marim, Faro, Olhão, São Brás de Alportel, Tavira, e Vila Real de Sto António e Alcoutim.

A sede da Empresa situa-se na Rua do Repouso, n.º 10, em Faro.

(b) Princípios contabilísticos

Na definição dos critérios valorimétricos aplicáveis, descritos nas notas respectivas, foram tidos em conta os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e no particular das empresas em regime de concessão, os custos emergentes de despesas futuras em investimentos e renovações, bem como rendimentos garantidos no âmbito de alguns contratos.

Assim, as Demonstrações Financeiras ora reportadas, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas e por Funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e respectivos Anexos, foram preparados em obediência aos princípios de continuidade, consistência, especialização ou acréscimo, custo histórico, prudência, substância sob a forma e materialidade, respeitando as características qualitativas de relevância, fiabilidade e comparabilidade, de modo a que as contas evidenciem uma imagem verdadeira e correcta dos resultados e situação financeira da empresa.

3.0. Principais critérios valorimétricos

(a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, com base nas taxas máximas de amortização fiscalmente aceites decorrentes das tabelas do Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro (actualizado pelo Decreto Regulamentar n.º 16/94, de 12 de Julho). Contudo, as relacionadas com o Fundo de Coesão e apoio ao investimento, é aplicada a vida útil estimada a qual corresponde ao período da concessão.

(b) Imobilizações corpóreas

São registadas ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra. As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes por duodécimos, de

acordo com as vidas económicas estimadas dos activos, as quais não diferem das taxas fiscalmente aceites. Os bens adquiridos em estado de uso também são contabilizados pelo custo de aquisição e amortizados em função do período de vida útil estimado. Os custos de financiamento dos sistemas concessionados são capitalizados como parte dos custos de aquisição até ao momento da entrada em funcionamento do equipamento respectivo.

Os intervalos das taxas anuais de amortização mais relevantes são:

	%
Edifícios e outras construções	2 a 4
Equipamento básico	6,25 a 12,5
Equipamento de transporte	12,5 a 25
Ferramentas e utensílios	7,14 a 14,28
Equipamento administrativo	7,14 a 14,28

Os custos dos bens afectos às concessões, reversíveis para o Estado, incluindo os custos estimados de reposição dos bens de substituição são, globalmente e nos termos do contrato de concessão amortizados no período de vida da concessão de acordo com a Directriz Contabilística nº 4/91 tendo por base o método das unidades de produção.

As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em custos nos respectivos exercícios em que ocorrem.

(c) Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros estão valorizados pelo seu valor nominal e incluem o Fundo de Reconstituição de Capital, conforme referido na Nota 18 do presente anexo.

(d) Existências

As existências adquiridas estão valorizadas ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da factura, fretes e direitos aduaneiros (caso aplicável).

O método de custeio das saídas é o custo médio ponderado.

(e) Subsídios para investimento

Os que se destinam a financiar investimentos em activos imobilizados corpóreos são registados em proveitos diferidos e transferidos para resultados pelo mesmo período das amortizações dos bens.

(f) Formação do rédito

São considerados na formação do rédito, as receitas provenientes da facturação a clientes e ainda os ajustes por estimativa dos fornecimentos ainda não facturados, quando aplicável.

(g) Dívidas de terceiros

Todos os créditos de clientes estão reflectidos pelo seu valor nominal. Não foi constituído qualquer ajustamento para créditos de cobrança duvidosa por se considerar que todos os créditos sobre as Clientes são integralmente recuperáveis.

O ajustamento em terceiros de cobrança duvidosa, outros devedores, foi calculado com base na avaliação dos riscos estimados pela não cobrança de contas a receber.

6. Imposto sobre o rendimento

A Sociedade encontra-se sujeita ao regime geral de tributação em sede de imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro e cinco anos, para o IRC e Segurança Social respectivamente.

A estimativa de imposto do exercício, é determinado com base no Resultado Líquido, devidamente ajustado com base em legislação fiscal.

São reconhecidos os efeitos das diferenças temporais subjacentes aos activos e passivos relevados no balanço no cômputo do encargo global de imposto sobre o rendimento do exercício.

Impostos Diferidos Activos	Saldo Inicial	Reforços	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Passivos					
Reavaliação de activos	0,00	-		0,00	0,00
Activos					
Prejuízo fiscais a reportar	115.658,96	-	115.658,96	0,00	0,00

O Conselho de Administração da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. entende que eventuais correcções resultantes de inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão qualquer efeito com significado nas Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2007.

Foram regularizados os Impostos Diferidos apurados em anos anteriores resultantes dos prejuízos fiscais.

A reconciliação dos impostos é a seguinte:

	2007
Resultado antes de imposto	2.670.402,00
Diferenças permanentes	148.541,04
Resultado Fiscal	2.818.943,04
Encargo de Imposto normal (26,5%)	747.020
Ajustamentos de taxas e correcções	37.984
Imposto Total	785.002,45

7. Número médio de pessoas ao serviço da Empresa

Durante o ano de 2007 o número médio de empregados ao serviço da ÁGUAS DO ALGARVE S.A. foi de 181, tendo atingido um valor de 175 em 2006.

8. Despesas de instalação, investigação e desenvolvimento

As imobilizações incorpóreas são constituídas por custos com despesas de investigação de desenvolvimento, relacionadas com a preparação da candidatura aos Fundos Comunitários e despesas de instalação e arranque que dizem respeito exclusivamente a encargos com a constituição da Sociedade.

10. Movimentos ocorridos no activo imobilizado

As rubricas de imobilizações incorpóreas e corpóreas e respectivas amortizações detalham-se como se segue:

10.1. Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas

Impostos Diferidos Activos	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências	Alienações/Abates	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas		-	-	-	
Despesas de Instalação	167.569,29	-	-	-	167.569,29
Desp. de Inv. e Desenvolvimento	236.923,26	-	-	-	236.923,26
Prop. Industrial e Out. Direitos	7.431,41	401.297,12	-	-	408.728,53
	411.923,96	401.297,12	0,00	0,00	813.221,08
Imob. Incorpóreas em Curso					
Estudos e Projectos	0,00	-	0,00	-	0,00
Custos Ind. Capitalizados	0,00	-	0,00	-	0,00
	0,00	-	0,00	-	0,00
Total das Imob. Incorpóreas	411.923,96	401.297,12	0,00	0,00	813.221,08
Imobilizações Corpóreas					
Terrenos e Recursos Naturais	4.957.474,47	800.095,00	3.723.025,03	-	9.480.594,50
Edifícios e Outras Construções	71.800.539,25	177.199,72	14.826.842,84	-	86.804.581,81
Equipamento Básico	182.280.820,80	5.791.302,62	27.455.085,54	-	215.527.208,96
Equipamento de Transporte	431.607,13	0,00	0,00	132.128,44	299.478,69
Ferramentas e Utensílios	1.105.887,51	15.200,00	0,00	-	1.121.087,51
Equipamento Administrativo	1.808.338,73	319.597,72	14.645,20	16.964,16	2.125.617,49
Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Outras Imob. Corpóreas	43.607,77	0,00	0,00	-	43.607,77
	262.428.275,66	7.103.395,06	46.019.998,61	149.092,60	315.402.170,73
Imob. Corpóreas em Curso					
Obras de Captação e Dist. Água	13.371.612,45	55.655.360,48	-9.658.907,34	-	56.653.943,59
Obras de Saneamento	32.474.945,72	23.639.679,57	-35.982.469,51	-	20.132.155,78
Adiantamentos	2.968.773,08	45.000,00	-378.221,76	-	2.635.551,32
	48.815.331,25	79.451.918,05	-46.019.598,61	0,00	82.247.650,69
Total das Imob. Corpóreas	311.243.606,91	86.555.313,11	0,00	149.092,60	397.649.827,42
Investimentos Financeiros					
Títulos e Out. Aplic. Financeiras	4.365.696,04	941.826,44	-	-	5.307.522,48
Total dos Invest. Financeiros	4.365.696,04	941.826,44	0,00	0,00	5.307.522,48
Total dos Invest. Financeiros	4.365.696,04	941.826,44	0,00	0,00	5.307.522,48
Total do Imobilizado	316.021.226,91	87.898.436,67	0,00	149.092,60	403.770.570,98

O imobilizado incorpóreo sofreu um acréscimo na conta de Propriedade Industrial e Outros Direitos resultante da aquisição do direito de exploração dos Furos de Vale da Vila, por um período de 20 anos.

O acréscimo de € 86.443.435,11 em imobilizado corpóreo deve-se na sua maioria ao investimento realizado na construção e remodelação das infra-estruturas do sistema de Saneamento, que atingiu no corrente ano o valor de € 38.948.695 e à incorporação de activos no valor de € 51.372.356,14, do qual se destaca a inclusão do túnel da Barragem de Odelouca no valor de 44.299.526 €.

O valor das transferências engloba a passagem de valores de imobilizado em curso para imobilizado fixo, das empreitadas que entraram em exploração durante o ano de 2007, nomeadamente:

Empreitada	Valor
Sistema Interceptor de Almargem	7.139.419,83
ETAR de Almargem	6.007.218,68
Ligação S. Brás à ETAR Nascente de Faro	7.125.501,75
Sistema Interceptor e Elevatório de Quarteira	5.517.064,07
ETAR do Carvoeiro	4.229.724,71

10.2. Reconciliação das amortizações

Impostos Diferidos Activos	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências	Alienações/Abates	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas					
Despesas de Instalação	167.569,29	0,00	0,00	-	167.569,29
Desp. de Inv. e Desenvolvimento	77.445,85	73.909,05	0,00	-	151.354,90
Prop. Industrial e Out. Direitos	7.431,41	11.704,51	0,00	-	19.135,92
	252.446,55	85.613,56	0,00	0,00	338.060,11
Imobilizações Corpóreas					
Terrenos e Recursos Naturais	969.984,65	393.364,94	2.223,00	0,00	1.365.572,59
Edifícios e Outras Construções	16.679.873,21	3.563.620,46	522.919,53	0,00	20.766.413,20
Equipamento Básico	33.222.675,59	9.126.516,75	-527.736,67	0,00	41.821.455,67
Equipamento de Transporte	207.255,08	33.020,10	0,00	84.272,71	156.002,47
Ferramentas e Utensílios	244.605,53	48.498,62	0,00	0,00	293.104,15
Equipamento Administrativo	967.347,39	191.567,47	2.594,14	13.571,66	1.147.937,34
Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Imob. Corpóreas	5.430,50	1.984,89	0,00	0,00	7.415,39
	52.297.171,95	13.358.573,23	0,00	97.844,37	65.557.900,81
Total das Amortizações	52.549.618,50	13.444.186,79	0,00	97.844,37	65.895.960,92
Total do Imobilizado	263.471.608,41	74.454.249,88	0,00	51.248,23	337.874.610,06

11. Custos capitalizados

Em virtude da sociedade permanecer em fase investimento, tornou-se necessário definir uma política de capitalização de custos. Assim, foram capitalizados os seguintes custos relativamente à área de negócio do saneamento, e afectos à área da barragem de Odelouca:

- A totalidade dos custos financeiros directamente relacionados com o financiamento do Investimento;
- Os custos com pessoal e fornecimentos e serviços externos directamente relacionados com a actividade de planeamento e obra, que foram pela sua natureza registados nos centros de custos directamente relacionados com a construção do sistema;
- Outros custos com o arranque das obras da Barragem de Odelouca.

Durante o ano de 2007 a Empresa capitalizou € 2.663.576,82.

14. Imobilizações reversíveis

As imobilizações reversíveis atingiram um valor de € 392.248.607,40 apresentando-se a repartição do imobilizado por áreas de negócio da seguinte forma:

	Sistema de Saneamento			Sistema de Abastecimento de Água			
	Reversível	Não Reversível	Total Saneamento	Reversível	Não Reversível	Total Água	Total
Imobilizado Incorpóreo							
Despesas de Instalação	-	-	0,00	-	167.569,29	167.569,29	167.569,29
Desp. Inv. e Desenvolvimento	-	-	0,00	-	236.923,26	236.923,26	236.923,26
Prop. Ind. e Out. Direitos	-	-	0,00	-	408.728,53	408.728,53	408.728,53
	0,00	0,00	0,00	0,00	813.221,08	813.221,08	813.221,08
Imobilizado Corpóreo							
Terrenos e Recursos Naturais	5.480.543,40	-	5.480.543,40	3.937.701,36	62.349,74	4.000.051,10	9.480.594,50
Edifícios e Outras Construções	30.733.252,63	26.868,38	30.760.121,01	54.770.322,74	1.274.138,06	56.044.460,80	86.804.581,81
Equipamento Básico	76.979.664,36	0,00	76.979.664,36	138.542.228,51	5.316,09	138.547.544,6	215.527.208,96
Equipamento de Transporte	16.572,18	0,00	16.572,18	176.029,93	106.876,58	282.906,51	299.478,69
Ferramentas e Utensílios	15.200,00	0,00	15.200,00	1.103.022,76	2.864,75	1.105.887,51	1.121.087,51
Equipamento Administrativo	141.451,50	138.701,01	280.152,51	696.910,89	1.148.554,09	1.845.464,98	2.125.617,49
Taras e Vasilhame	-	-	0,00	-	-	0,00	0,00
Outras Imob. Corpóreas	-	-	0,00	43.607,77	-	43.607,77	43.607,77
	113.366.684,07	165.569,39	113.532.253,46	199.269.823,96	2.600.099,31	201.869.923,27	315.402.176,73
Imobilizado em curso							
Obras em Curso	19.958.155,78	-	19.958.155,78	59.653.943,59	-	59.653.943,59	79.612.099,37
Total Imobilizado	133.324.839,85	165.569,39	133.490.409,24	258.923.767,55	3.413.320,39	262.337.087,94	395.827.497,17
Imob. em Regime de Comodato							
ETA de Beliche	-	-	0,00	15.263.215,65	-	15.263.215,65	15.263.215,65
Total	133.498.839,85	165.569,39	133.664.409,24	274.186.983,20	3.413.320,39	277.600.303,59	411.090.712,82

Por força dos contratos de concessão reverterem a favor de uma associação de Municípios representativa dos Municípios utilizadores do sistema, no final do período de concessão, ou seja em 2025 para o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e 2030 para o Sistema Multimunicipal de Saneamento.

Encontra-se incorporado no imobilizado da empresa, em regime de comodato, a infra-estrutura e equipamentos da ETA do Beliche, no valor de € 15.263.215,65, que reverterem a favor do INAG.

As amortizações reversíveis atingiram um valor de € 82.381.625,49 apresentando-se a repartição face ao total das amortizações da seguinte forma:

	Amortizações Ex. anteriores	Amortizações do Exercício	Abates e Ajustamentos	Amortizações Acumuladas
Amortizações				
Investimento Reversível (Anos de Concessão)	51.167.437,38	13.148.120,32	0,00	64.315.557,70
Investimento Não Reversível D/2	90.382.181,12	296.066,47	-97.844,37	1.580.403,22
	52.549.618,50	13.444.186,79	-97.844,37	65.895.960,92
Ajustamentos				
Relativos a investimento realizado	7.383.532,25	-7336.230,05	-11.306,00	-14.731.068,29
Relativos a investimento futuro	26.655.702,20	6.141.433,89	-	32.797.136,08
	19.272.169,95	-1.194.796,16	-11.306,00	18.066.067,79
Amortizações Totais	71.821.788,41	12.249.390,63	-109.150,37	83.962.028,71
Amortizações do imobilizado realizado DC4	43.783.905,13	5.811.890,27	-11.306,00	49.584.489,41
Amortizações do imobilizado futuro DC4	26.655.702,20	6.141.433,89	0,00	32.797.136,08
Amortizações Reversíveis	70.439.607,33	11.953.324,16	-11.306,00	82.381.625,49
Amortizações Não Reversíveis	1.382.181,12	296.066,47	-97.844,37	1.580.403,22
Amortizações Totais	71.821.788,45	12.249.390,63	-109.150,37	83.962.028,71

15. Bens utilizados em regime de locação financeira

Viaturas	Valor de aquisição	Amortizações	Valor contabilístico
Astra H Caravan 39-31-ZR	25.204,62	17.328,18	7.876,45

Os valores de aquisição, amortizações acumuladas e contabilísticos, das viaturas utilizadas em regime de locação financeira encontram-se discriminados no seguinte mapa, à data de 31/12/2007:

16. Consolidação de contas

As Demonstrações Financeiras da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. são incluídas na consolidação das contas da Águas de Portugal - SGPS, S.A., com sede na Avenida da Liberdade n.º 110 – 5º 1269-042 Lisboa, que detém uma participação de capital de 54,44 %. À data de 31 de Dezembro de 2007 os principais saldos existentes com empresas do Grupo eram os seguintes:

	A22 e P22	P26	A271 acrécimo de proveitos	P273 acrécimo de proveitos	Totais
AdP SGPS	-721.753,17	-138.647,76	18.903,22	-17.578,96	-859.076,67
AdP Serviços	-276.156,31	-127.114,13	408,62	-29.865,90	-432.727,72
Aquasis	-	-17.944,30	-	-	-17.944,30
Algar	-25,31	-	10.275,00	-41.392,85	-31.143,16
AdP Formação	-24.024,55	-	-	-	-24.024,55

Os principais movimentos efectuados com as empresas do grupo detalham-se no seguinte mapa:

	A42	A44	R62	R64	R68	R73	Totais
AdP SGPS	-	137.275,01	576.815,60	51.611,00	667.423,01	-15.197,63	1.417.926,99
AdP Serviços	-	183.740,00	478.790,04	-	-	-	662.530,04
Aquasis	6.210,00	4.900,00	26.232,00	-	-	-	37.342,00
Epal	-	67.514,13	-	-	-	-	67.514,13
Algar	-	4.333,01	41.552,00	-	-	-10.275,00	33.096,48
AdP Formação	-	-	-	38.080,00	-	-	35.610,04
Luságuia Ambiente	-	-	-	-	-	-771,50	-771,50

18. Fundos afectos

Os Investimentos Financeiros estão valorizados pelo seu valor nominal e respeitam a:

Fundo de Reconstituição do Capital Social

Nos termos do disposto na cláusula 17ª do Contrato de Concessão, a ÁGUAS DO ALGARVE S.A., encontra-se obrigada a entregar em cada ano o montante correspondente à anuidade de amortização do Capital Social, para a criação de um Fundo de Reconstituição do Capital, que será gerido pela concessionária, a qual terá direito ao mesmo, no termo do contrato. Nestes termos foi registado em Títulos e Outras Aplicações Financeiras o depósito bancário de carácter permanente efectuado para o efeito.

A 31/12/2007, foi constituído o reforço de € 941.826,44.

Assim sendo o valor acumulado à data de 31/12/2007 é de € 5.307.522,48.

18.1. Fundo de Reconstituição de Capital Social

	Saldo Inicial	Reforço	Saldo Final
Sist. Mult. Abast. Água	4.365.696,04	433.315,00	4.799.011,04
Sist. Mult. Abast. Saneamento	-	508.511,00	508.511,00
Total	4.365.696,04	941.826,44	5.307.522,48

O Fundo de reconstituição do Capital Social gerou um rendimento bruto no corrente ano de € 170.262,14, cujo valor foi adicionado ao respectivo Fundo.

18.2. Fundo de Renovação do Investimento

Não foi efectuado a constituição deste fundo. A Empresa solicitou ao Concedente autorização para a sua não constituição pelo motivo de continuar em plena fase de investimento.

23. Dívidas de cobrança duvidosa

Os saldos de Dívidas de Cobrança Duvidosa são os seguintes:

	Saldos	
	2006	2007
Clientes C/C	-	-
Outros Devedores	43.568,54	43.568,54
Total	43.568,54	43.568,54

25. Dívidas activas e passivas do pessoal

O saldo total das dívidas para com pessoal à data de 31/12/2007 apresentava um valor de € 9.928,43 respeitante a ajudas de custo e despesas de representação a liquidar em 2008. Existiam ainda € 1.260,99 de regularizações de remunerações, a favor da Empresa, referente a ajustamentos a efectuar nos processamentos de vencimentos em 2008. (ver nota 48.5)

28. Estado e Outros Entes Públicos

Não existe qualquer dívida em situação de mora com o Estado e Outros Entes Públicos, à data de 31 de Dezembro de 2007.

29. Dívidas a terceiros a mais de cinco anos

A 31 de Dezembro de 2007, a Empresa apresentava como dívidas a terceiros a mais de cinco anos, quatro Financiamentos Bancários de longo prazo junto do Banco Europeu de Investimentos (BEI).

Entidade Credora	Vencimento a + de cinco anos (2013 e seguintes)
Banco Europeu de Investimentos	58.356.286,06
Total	58.356.286,06

Estes financiamentos têm um valor conjunto a mais de cinco anos de € 62.720.350,10 tendo-se iniciando a sua amortização no ano de 2004.

31. Compromissos Assumidos

A Empresa assumiu os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

a) Contrato de Concessão

O Contrato de Concessão celebrado com o Estado Português não prevê qualquer contrapartida financeira ao concedente, fazendo repercutir integralmente todo e qualquer benefício na tarifa a praticar aos municípios abastecidos.

b) Contratos de Empreitada

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela Empresa, foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta do quadro seguinte:

Sistema de Abastecimento de Água		
Beneficiação pressões em Silves	12.469,95	Em Curso
CE-Abast/Sanea. Armona/Culatra(Alta)	759.739,77	Em Curso
CE-Lig. Monchique ao SMA	3.454.526,04	Em Curso
CE-Integr no Sist Mult Furos de Almádena	450.840,62	Em Curso
CE-Furos Querença Silves (Prospecção)	1.257.234,50	Em Curso
CE-Lig. Quelfes ao SAA Armona/Culatra	541.103,92	Em Curso
CE-Abast. Sanea. Armona/Culatra(baixa)	2.687.738,09	Em Curso
CE-Sist. Adução Água Bruta	1.575.618,88	Em Curso
CE-Reforço Querença Silves (Equipamento)	934.325,00	Em Curso
CE-Ensecadeira de Odelouca	933.342,02	Em Curso
CE-Lote I(Travessia)/Lote II(Armazém)	326.441,08	Em Curso
CE-Ref.Inter-Condução Adut. Sotavento	3.029.022,90	Em Curso
CE-Ref.Inter-Condução Adut. Barlavento	2.025.490,61	Em Curso
CE-Conc. da Const. Barragem de Odelouca	15.313.919,48	Em Curso
CE-Odelouca Medidas Ambientais	3.770.066,75	Em Curso
CE-Pin.ETA Tavira/EE3/EE Albacora	284.185,24	Em Curso
CE-Filtros-Prensa ETA das Fontainhas	39.984,06	Em Curso
	37.396.048,91	
Sistema de Saneamento		
CE-Ligação de Monchique ao Sistema SMSA	4.731.180,13	Em Curso
CE-Remod. Ampliação ETAR Faro Noroeste	6.984.000,00	Em Curso
CE-Abast/Sanea. Armona/Culatra(Alta)	5.048.761,27	Em Curso
CE-Trat. Águas R. Albufeira Lagoa Silves	19.457.606,67	Em Curso
CE-Sist. Interc. Águas R. Castro Marim	6.804.720,82	Em Curso
CE-Abast. Sanea. Armona/Culatra(baixa)	2.336.187,58	Em Curso
ETAR de Alferce	190.040,68	Em Curso
CE-ETAR Alcoutim 1.ª e 2.ª Fases	66.512,00	Em Curso
CE-Remoção de Lamas ETAR Poente Olhão	298.436,56	Em Curso
CE-Linha Sub. MT 15 KV-Quarteira/Vilamou	18.952,80	Em Curso
CE-Redes Comunicações ETAR Vale Faro	11.163,00	Em Curso
CE-Oficinas e Balneários ETAR Vale Faro	83.780,25	Em Curso
CE-Pin.ETA Tavira/EE3/EE Albacora	284.185,24	Em Curso
	46.315.527,00	
	83.711.575,91	

c) Investimentos Futuros

O investimento futuro previsto nos Contratos de Concessão e calculados com base nos estudos de viabilidade económica e financeira em vigor para as respectivas áreas de negócio da Empresa a preços constantes são os seguintes:

Abastecimento de Água: € 92.076.089,00
Sistema de Saneamento: € 166.375.734,00

Os investimentos futuros estão calculados com base em estudos de viabilidade económica e financeira efectuados em Outubro de 2007 para o abastecimento de água e para o saneamento, não estando os mesmos ainda formalmente aprovados pelo Concedente.

d) Barragem de Odelouca

Através do protocolo assinado em 22 de Dezembro de 2006 com o INAG, a Empresa assumiu a construção da barragem de Odelouca, cujo valor do investimento se estima ser de cerca de 73,6 milhões de euros.

32. Garantias Prestadas

A Empresa prestou as seguintes garantias bancárias:

Entidade Valor	
Abastecimento de Água	
Ministério do Ambiente e Recursos Naturais	249.398,95
Tribunais Cíveis	1.174.770,06
EDP	1.526,57
Petrogal	10.474,76
SIVA - Direcção de Serviços de Reembolso do IVA	2.395.156,56
	3.831.326,90
Saneamento Básico	
Ministério do Ambiente e Recursos Naturais	250.000,00
Tribunais Cíveis	2.710.696,76
Estradas de Portugal	15.300,00
	2.975.996,76
Total	6.807.323,66

35. a 38. Forma de Realização do Capital Social

O Capital Social subscrito está representado por 5 965 000 acções de valor nominal de 5 Euros cada, e a sua estrutura em 31/12/2007 era a seguinte:

Accionistas	Acções		%	Por realizar
	N.º	Valor		
Águas de Portugal, SGPS, S.A	3.247.447	16.237.235	54,44	0
Município de Albufeira	289.270	1.446.350	4,85	0
Município de Alcoutim	17.236	86.180	0,29	0
Município de Aljezur	34.046	170.230	0,57	0
Município de Castro Marim	32.787	163.935	0,55	0
Município de Faro	409.788	2.048.940	6,87	701.312
Município de Lagoa	187.813	939.065	3,15	0
Município de Lagos	202.726	1.013.630	3,40	0
Município de Loulé	338.797	1.693.985	5,68	0
Município de Monchique	25.718	128.590	0,43	0
Município de Olhão	230.791	1.153.955	3,87	594.125
Município de Portimão	369.206	1.846.030	6,19	0
Município de São Brás de Alportel	49.607	248.035	0,83	0
Município de Silves	222.439	1.112.195	3,73	228.463
Município de Tavira	135.680	678.400	2,27	0
Município de Vila do Bispo	53.605	268.025	0,90	0
Município de Vila Real de Santo António	118.044	590.220	1,98	0
Total	5.965.000	29.825.000	100,00	1.523.900

40. Movimentos Ocorridos nas Contas de Capitais Próprios

	S. Inicial	Aumentos	Transfer.	S. Final
Capital Social	29.825.000,00	-	-	29.825.000,00
Reservas Legais	388.144,62	-	-	388.144,62
Reservas Livres	1.332,68	-	-	1.332,68
Resultados Transitados	6.721.750,06	-116.712,57	-	6.605.038,03
Resultado Líquido do Exercício	-116.712,57	116.712,57	1.885.399,42	1.885.399,42
Total	36.819.515,33	0,00	1.885.399,42	38.704.914,75

No exercício de 2007, verificaram-se movimentos que resultam da aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2006, no montante de um prejuízo de € 116.712,57 por utilização de Resultados Transitados (100%).

41. Demonstração do Custo das Matérias Consumidas

O custo das matérias consumidas durante o exercício de 2007 no processo produtivo, demonstram-se como se segue:

Movimentos	ETA				Matérias consumidas Total
	Tavira	Alcantarilha	Beliche	Fontainha	
Existências Iniciais	196.917,08	298.587,07	13.631,84	17.248,29	526.384,28
Compras	817.126,32	920.167,02	53.416,07	689.522,52	2.480.231,93
Regularização de existências	1.727,41	210,65	-	-	1.938,06
Existências Finais	230.782,10	331.091,03	16.902,81	27.838,70	606.614,64
TOTAL	781.533,89	887.452,41	50.145,10	678.932,11	2.398.063,51

42. Demonstração do Custo das Vendas e das Prestações de Serviços

Movimentos	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Prestações de Serviços	Total
Existências Iniciais	526.384,28	-	-	526.384,28
Entradas da Produção	2.480.231,93	-	28.395.239,83	30.871.595,64
Regularização de existências	1.938,06	-	-	1.938,06
Saídas para a Produção	0,00	-	-	0,00
Existências Finais	606.614,64	-	-	606.614,64
Total	2.398.063,51	0,00	28.395.239,83	30.793.303,34

43. Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações dos Órgãos Sociais no exercício de 2007 foram as seguintes:

	Valor
Assembleia Geral	0,00
Conselho de Administração	276.836,01
Fiscal Único	20.565,00
Total	297.401,01

44. Repartição do Valor das Vendas e Prestação de Serviços por Actividades e Mercados

A totalidade das vendas e das prestações de serviços teve lugar no mercado nacional e respeitam à venda de água tratada para consumo humano, no montante de € 28.457.876,11 e à prestação de serviços para tratamento de águas residuais, no montante de € 11.983.611,62.

45. Resultados Financeiros

	2006	2007
Custos e Perdas Financeiras		
Juros Suportados	5.512.108,09	3.996.168,95
Dif. Câmbio desfavoráveis	34,03	0,54
Outros	645.015,62	635.006,89
	6.157.157,74	4.631.176,38
Proveitos e Ganhos Financeiros		
Juros Obtidos	529.696,68	978.059,98
Descontos p.p. obtidos	0,00	0,00
Dif. Câmbio favoráveis	171,08	0,00
	529.867,76	978.059,98
Resultados Financeiros	-5.627.289,98	-3.653.117,40

A rubrica Juros Suportados é assim decomposta da seguinte forma:

Juros Suportados	2006	2007	Varição
Encargos Bancários CP - C/C	2.576.294,24	2.480.228,35	96.065,89
BEI	2.871.682,56	762.693,81	2.108.988,75
Juros de Mora e Compensatórios	22.585,08	131.916,25	-109.331,17
Juros de Locação Financeira	41.081,21	27.507,54	13.573,67
Outros Juros	465,00	593.823,00	-593.358,00
Total	5.512.108,09	3.996.168,95	1.515.939,14

As variações ocorridas nos Juros Suportados resultam do aumento do endividamento bancário corrente de curto prazo. As necessidades resultantes do contínuo melhoramento e aperfeiçoamento das infra-estruturas que integram o Sistema de Saneamento do Algarve, implicaram no curto prazo o recurso ao crédito, com a contratação de uma conta caucionada no valor de € 50.000.000. Esta conta foi substituída em Dezembro de 2006 por um empréstimo a MLP do BEI.

46. Resultados Extraordinários

	2006	2007
Custos e Perdas Extraordinárias		
Donativos	41.790,93	61.730,00
Multas e Penalidades	6.292,91	731,04
Perdas em Existências	1.938,06	3.136,48
Perdas em Imobilizações	25.962,55	58.707,76
Aumentos de Amortizações	0,00	0,00
Correcções relativas a Exercícios Anteriores	81.354,35	87.978,62
Outros Custos e Perdas Extraordinárias	0,11	6.087,18
	157.338,91	218.371,08
Proveitos e Ganhos Extraordinários		
Restituição de Impostos	0,00	0,00
Correcções relativas a Exercícios Anteriores	75.288,52	30.291,45
Ganhos em Imobilizações	9.921,72	68.685,31
Ganhos em Existências	0,00	0,00
Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	2.814.172,47	4.828.080,56
	2.899.382,71	4.927.057,32
Resultado Extraordinário	2.742.043,80	4.708.686,24

A rubrica Outros Ganhos e Proveitos Extraordinários, no montante de € 2.814.172,47 corresponde na sua maioria ao reconhecimento dos Subsídios ao Investimento – Fundo de Coesão, no valor de € 2.623.804,20. Verificou-se um decréscimo, de 2006 para 2007, no reconhecimento em virtude da diminuição da taxa aplicável pelo método dos caudais, ao abrigo da Directriz Contabilística n.º4.

47. Informações Exigidas por Diplomas Legais

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), as disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de Dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no n.º 2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. não possui quaisquer acções próprias e nem efectuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;

- b) Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2007, não foram efectuados quaisquer negócios entre a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. e membros dos seus órgãos sociais;
- c) Na nota 35 a 38. Capital deste relatório, é apresentada a estrutura accionista completa da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447.º e 448.º do CSC;
- d) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 41 I/91, de 17 de Setembro, informa-se que a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de Dezembro de 2007, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de Dezembro, cujo pagamento se efectuou em Janeiro de 2008, nos prazos legais.

48. Outras Informações Relevantes

48.1. Remunerações dos Capitais Próprios

Tal como referido na nota introdutória e nos termos do Contrato de Concessão os capitais próprios aplicados na Empresa serão remunerados através de uma margem, a qual corresponderá à aplicação, ao capital social e reserva legal, de uma taxa correspondente à base de emissões de bilhetes de tesouro (TBA) ou outra equivalente que venha a substituir, acrescida de 3 pontos percentuais a título de prémio de risco.

O Valor da remuneração do capital calculado nos termos de concessão á data de 31 de Dezembro de 2007 atinja o valor de € 15.224.231,71.

As taxas utilizadas para o cálculo dos montantes acima indicados foram os seguintes:

ANO	Taxa Com Risco (TBA) %	Taxa Sem Risco (base de Cálculo)
1995	10,0520	13,0520
1996	7,2671	10,2671
1997	5,4977	8,4977
1998	4,2660	7,2660
1999	2,9650	5,9650
2000	4,4667	7,4667
2001	4,1460	7,1460
2002	3,2744	6,2744
2003	2,2175	5,2175
2004	2,0440	5,0440
2005	2,0949	5,0949
2006	3,0431	6,0431
2007	4,1515	7,1515

48.2. Litígios e contingências

A Empresa tem quatro acções a correr em tribunal já devidamente contestadas.

Três acções referem-se ao Sistema do Sotavento. Uma delas a correr no Tribunal Administrativo do Circulo de Lisboa, no valor global de € 2.662.385,97 e duas no Tribunal de Competência Especializada Civil e Criminal de Faro no valor de € 1.255.044,27 e € 170.151,49, respectivamente.

A quarta acção refere-se ao sistema do Barlavento e corre no Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa no valor de € 2.003.701,56.

Em todos os processos a Empresa entende que não são devidos nem exigíveis quaisquer quantias referentes às referidas empreitadas, pelo que não se constituiu qualquer provisão para o efeito.

48.3. Subsídios ao investimento

Os subsídios ao investimento da ÁGUAS DO ALGARVE totalizam no Sistema da Água o montante de € 107.525.365,00, sendo € 48.460.051,00 do Sistema do Sotavento e € 59.065.314,00 do Sistema do Barlavento. Estes subsídios resultam da comparticipação do Fundo de Coesão às duas candidaturas ao II Quadro Comunitário em 84 e 85 respectivamente da despesa elegível e ao III Quadro Comunitário em 50.

Do Sistema de Abastecimento de Água, estão reconhecidos em Balanço até final de 2007, os subsídios de € 95.581.749 e € 11.943.615,72 referentes respectivamente, ao II e III Quadros Comunitários de Apoio.

No Sistema do Saneamento os subsídios totalizam os montantes de € 2.112.178,60 para Estudos e Projectos e de € 26.319.025, para as Obras, resultantes respectivamente da comparticipação do investimento elegível em 85 e 56.

Do Sistema de Saneamento foram reconhecidos em Balanço o valores de € 1.709.463,01 referente à candidatura de Estudos e Projectos e € 22.010.607,25, referente à candidatura de Obras.

Foi também recebido, através da AdP, um subsídio referente ao III QCA de € 123.598.

Podem resumir-se nos três mapas seguintes a evolução do investimento participado no âmbito do III QCA:

Unidade: milhares euros

FC.2000/PT/16/C/PE/006 - Interligação dos Sistemas Multimunicipais de Água Potável do Barlavento e do Sotavento Algarvios						
	2000	2001	2002	2003	2004 e seg.	Total
Decisão em Vigor	2.692	6.483	7.881	3.246	3.338	23.640
Despesa realizada	1.438	4.538	8.743	5.061	3.860	23.640

Unidade: milhares euros

FC2002/PT/16/C/PE/004 - Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve Estudos/Projectos/Assessorias - 1ª Fase -							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Decisão em Vigor	600	1.047	629	209	0	0	2.485
Despesa realizada	172	436	323	339	0	517	1.787

Unidade: milhares euros

FC2003/PT/16/C/PE/001 - Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve						
	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Decisão em Vigor	3.393	22.146	16.012	5.447	0	46.998
Despesa realizada	64	38	9.287	18.558	11.697	39.644

Outras informações – Aquisição de infra-estruturas

Em 2007 procedeu-se à aquisição de Infra-estruturas Municipais às Câmaras Municipais de Faro, Vila Real S. António e Portimão, tendo sido registadas contabilisticamente pelo valor líquido total de € 5.784.415,85.

Infra-Estruturas	Aquisição/Aluguer	Valor Líquido Total
Faro	Aquisição	2.331.861,00
Vila Real S. António	Aquisição	1.293.550,00
Portimão	Aluguer	3.447.419,14
Total		7.072.830,14

48.4. Detalhe de acréscimos e diferimentos

À data de 31/12/2007, a conta de Acréscimos e Diferimentos era composta pelos seguintes valores:

	2007	2006
Acréscimos de Proveitos		
Juros a reconhecer	24.561,28	1.975,29
Outros	1.455.320,26	1.148.190,21
	1.479.881,54	1.150.165,50
Custos Diferidos		
Seguros	87.285,10	-8.729,91
Outros	12.478,11	32.458,09
	99.763,21	23.728,18
Acréscimos de Custos		
Remunerações a Liquidar	990.341,90	876.512,61
Investimento Futuro Esperado	18.066.067,79	19.272.169,96
Juros a Liquidar	1.129.276,86	902.038,93
Seguros a Liquidar	0,00	3.365,57
Outros	1.388.357,64	736.844,49
	21.574.044,18	21.790.931,56
Proveitos Diferidos		
Subsídios ao Investimento	100.614.653,68	96.259.860,55
Comodato	11.623.958,66	11.814.561,66
Diversos	46.138.049,78	605.011,97
	158.376.662,12	108.679.434,18
Impostos Diferidos		
Impostos Diferidos Activos	0,00	115.658,96
Acréscimos e Diferimentos	-178.371.061,55	-129.180.813,10

Os valores registados em «Acréscimos de Proveitos–Outros» corresponde a despesas incorridas pela empresa que serão debitadas em 2008 aos consórcios prestadores de serviços.

Em «Custos Diferidos – Outros» foram registados encargos bancários e custos diferidos com a Manutenção e as Assistências Técnicas estimadas com diversos equipamentos.

O valor registado em «Investimentos Futuros Esperado» é relativo ao valor acumulado da amortização dos bens reversíveis pelo método dos caudais de acordo com a Directriz Contabilística nº4.

A rubrica de «Subsídios Investimento» é relativa aos valores que ainda estão por reconhecer em resultados de subsídios recebidos do Fundo de Coesão. Esta conta inclui:

- Os valores a reconhecer de € 107.525.365,00 relativamente aos subsídios do II e III QCAs para o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água, os quais já foram reconhecidos como proveitos € 29.408.526,89.
- Os valores a reconhecer de €23.720.070,26 relativamente aos subsídios III QCAs para o Sistema Multimunicipal de Saneamento, os quais já foram reconhecidos como proveitos € 1.221.890,66.
- Os valores a reconhecer de € 15.263.215,65 relativos ao Comodato do Beliche, dos quais já foram reconhecidos como proveitos € 3.639.256,99.

O reconhecimento dos subsídios acima referidos seguiram o critério de cálculo do método dos caudais utilizado no cálculo das amortizações do exercício.

48.5. Devedores e Credores

À data de 31/12/2007, estas rubricas apresentavam o seguinte detalhe:

	2007	2006
Outros Credores		
Pessoal	9.928,43	5.264,73
Consultores, Assesores e Intermédios	8.499,03	68.242,10
Credores Diversos	3.539.635,64	661.150,68
Cauções de Fornecedores	345.165,29	925.286,74
Sindicatos	78,63	
	3.903.307,02*	1.659.944,25
Outros Devedores		
Fundo de Coesão	21.865.378,96	14.912.088,91
Pessoal	1.260,99	760,75
Outros Devedores Diversos	131.480,98	180.656,28
	21.998.120,93	15.093.505,94

A rubrica de «Credores Diversos» inclui os valores adiantados pelos accionistas para a realização do aumento de capital na área do Saneamento, dívidas a seguradoras e Empresas de «Leasing».

48.6. Empréstimos bancários:

Os Empréstimos Bancários vencem juros à taxa de mercado.

O montante de € 67.318.276,09 registado a médio e longo prazo refere-se a quatro empréstimos do BEI, cujas datas finais de reembolso serão em 2018 e 2020, sendo que dois deles já estão a ser reembolsados trimestralmente.

48.7. Estado:

À data de 31/12/2007, a principal rubrica do Activo de «Estado e Outros Entes Públicos» era composta maioritariamente pelos pedidos de reembolso de IVA no valor de € 1.018.393,79 os quais estão a ser solicitados os respectivos reembolsos junto dos serviços competentes do IVA.

48.8. Comparabilidade da demonstração de resultados por funções

A Demonstração de Resultados por Funções foi elaborada de acordo com o previsto no POC. Todavia para a sua elaboração a Empresa utiliza a Contabilidade Analítica. Desde 2003 que se tem vindo a implementar um sistema de gestão baseado em um Modelo de Contabilidade Analítica diferente do adoptado em anos anteriores em virtude das suas necessidades nas duas áreas de negócio. Deste modo, a comparabilidade deste mapa em algumas rubricas pode sofrer algumas adaptações ao novo Modelo face a anos anteriores.

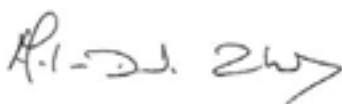
48.9. Outras

De acordo com o n.º12 da cláusula 17ª, do Contrato de Concessão, durante o ano de 2007, foi liquidado ao INAG (Instituto da Água) o valor de € 1.000.000, destinado à comparticipação nas despesas das obras e manutenção do Sistema Odeleite-Beliche. Este valor encontra-se reflectido na contabilidade na conta de fornecimentos e serviços externos.

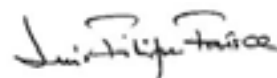
O Conselho de Administração



Joaquim Marques Ferreira
(Presidente)



Artur Ribeiro
(Vogal)



Luís Faísca
(Vogal)

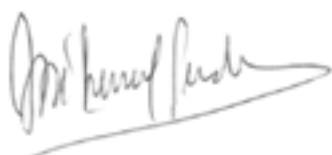


Júlio Barroso
(Vogal)



Gilberto Viegas
(Vogal)

O Director Administrativo e Financeiro



José Manuel Perdigão

O Técnico Oficial de Contas



António Rabeca





4. Demonstrações Financeiras

Balanço

Cod. Contas POC	Activo	2007			2006
		Activo Bruto	Amortizações e Ajustamentos	Activo Líquido	Activo Líquido
Imobilizações Incorpóreas					
431	Despesas de instalação	167.569,29	167.569,29	0,00	0,00
432	Despesas de invest. e desenvolvimento	236.923,26	151.354,90	85.568,36	159.477,41
433	Propriedade indust. e outros direitos	408.728,53	19.135,92	389.592,61	0,00
		813.221,08	338.060,11	475.160,97	159.477,41
Imobilizações Corpóreas					
421	Terrenos e recursos naturais	9.480.594,5	1.365.572,59	8.115.021,91	3.987.489,82
422	Edifícios e outras construções	86.804.581,81	20.766.413,20	66.038.168,61	55.120.666,04
423	Equipamento básico	215.527.208,96	41.821.455,67	173.705.753,29	149.058.145,21
424	Equipamento de transporte	299.478,69	156.002,47	143.476,22	224.352,05
425	Ferramentas e utensílios	1.121.087,51	293.104,15	827.983,36	861.281,98
426	Equipamento administrativo	2.125.617,49	1.147.937,34	977.680,15	840.991,34
429	Outras imobilizações corpóreas	43.607,77	7.415,39	36.192,38	38.177,27
441/6	Imobilizações em curso	79.612.099,37	0,00	79.612.099,37	45.846.558,16
448	Adiant. p/ conta imobiliz. corpóreas	2.635.551,32	0,00	2.635.551,32	2.968.773,09
		397.649.827,42	65.557.900,81	332.091.926,61	258.946.434,96
Investimentos financeiros					
4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	5.307.522,48	0,00	5.307.522,48	4.365.696,04
		5.307.522,48	0,00	5.307.522,48	4.365.696,04
Total Imobilizado					
Existências					
36	Matérias-primas, subsid. e consumos	606.614,64	0,00	606.614,64	526.384,28
		606.614,64	0,00	606.614,64	526.384,28
Dívidas de terceiros - curto prazo					
211	Clientes, c/c	11.939.084,97	0,00	11.939.084,97	8.476.851,39
229	Adiant. a fornecedores	8.292,24	0,00	8.292,24	16,15
2619	Adiant. a forneced. de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	1.018.393,79	0,00	1.018.393,79	14.810.524,81
262+266/7/8+221	Outros devedores	21.998.120,93	43.568,54	21.954.552,39	15.050.698,15
264	Subscritores de capital	1.523.893,83	0,00	1.523.893,83	2.380.169,00
		36.487.785,76	43.568,54	36.444.217,22	40.718.259,50
Títulos negociáveis					
18	Outras aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos bancários e caixa					
12+13+14	Depósitos bancários	6.744.440,53	0,00	6.744.440,53	6.743.977,15
11	Caixa	9.250,20	0,00	9.250,20	7.750,00
		6.753.690,73	0,00	6.753.690,73	6.751.727,15
Total Circulante					
Acréscimos e diferimentos					
271	Acréscimos de proveitos	1.479.881,54	0,00	1.479.881,54	1.150.165,50
272	Custos diferidos	99.763,21	0,00	99.763,21	23.728,18
276	Impostos Diferidos	0,00	0,00	0,00	115.658,96
		1.579.644,75		1.579.644,75	1.289.552,64
Total de Amortizações			65.895.960,92		
Total de Ajustamentos			43.568,54		
Total do Activo		449.198.306,862	65.939.529,46	383.258.777,40	312.757.531,98

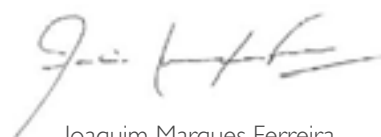
Cod. Contas POC	Capital Próprio e Passivo	2007	2006
51	Capital Próprio Capital	29.825.000,00	29.825.000,00
	Reservas:		
571	Reservas legais	388.144,62	388.144,62
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00
574 a 579	Reservas livres	1.332,68	1.332,68
59	Resultados transitados	6.605.038,03	6.721.750,60
88	Resultado líquido do exercício	1.885.399,42	-116.712,57
89	Dividendos antecipados	0,00	0,00
	Total Capital Próprio	38.704.914,75	36.819.515,33
	Provisões		
291	Provisões para pensões	0,00	0,00
292	Provisões para impostos	0,00	0,00
293/8	Outras provisões	0,00	0,00
		0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Longo Prazo		
231+12	Dívidas a instituições de crédito	67.318.276,09	70.842.771,73
		67.318.276,09	70.842.771,73
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
	Dívidas a instituições de crédito	75.009.409,09	55.496.325,37
231+12	Adiantamentos p/conta de vendas		
269	Fornecedores, c/c	7.396.965,50	8.867.144,66
221	Forneced.-Facturas recepção e confer	131.662,92	129.765,34
228	Fornecedores - Títulos a pagar		
222	Forneced. imobilizado-Títulos a pagar		
2612	Empresas do grupo	997.934,79	
252	Empresas participadas e participantes		
253+254	Accionistas		
251+255	Adiantamentos de clientes		
219	Outros empréstimos obtidos		
239	Fornecedores de imobilizado, c/c	9.023.881,52	8.126.936,30
2611	Estado e outros entes públicos	821.719,42	344.763,26
24	Outros credores	3.903.307,02	1.659.944,25
		97.284.880,26	74.624.879,18
262/3/4/5/7/8+211	Acréscimos e diferimentos:		
12+13+14	Acréscimos de custos	21.574.044,18	21.790.931,56
11	Proveitos diferidos	158.376.662,12	108.679.434,18
		179.950.706,30	130.470.365,74
	Total Passivo	344.553.862,65	275.938.016,65
	Total do Passivo e Capital Próprio	383.258.777,40	312.757.531,98

Demonstração dos Resultados por Naturezas

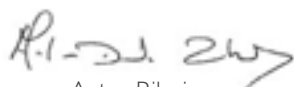
POC	Custos e Perdas	2007		2006	
61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas				
	Mercadorias				
	Matérias	2.398.063,5	2.398.063,51	2.277.001,04	2.277.001,40
62	Fornecimentos e Serviços Externos	17.745.250,49	17.745.250,49	16.228.234,55	16.228.234,55
641+642	Remunerações	4.635.880,09		4.406.681,70	
	Encargos Sociais				
643+644	Pensões				
645/8	Outros	1.130.754,42	5.766.634,51	1.047.121,80	5.453.803,50
662/3	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	12.249.392,03		14.977.738,95	
666/7	Ajustamentos	0,00		0,00	
67	Provisões	0,00	12.249.392,03	0,00	14.977.738,95
63	Impostos	860.536,27		880.553,20	
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	6.566,51	867.102,78	5.582,99	886.136,19
	(A)		39.026.443,32		39.822.914,59
682	Perdas em empresas do grupo e associadas	0,00		0,00	
683/4	Amortizações e ajust. de aplicações e Inv. Financeiros	0,00		0,00	0,00
	Juros e Custos Similares:				
	Relativos a empresas do grupo	465,00		675.874,00	675.874,13
	Outros	6.156.692,74	6.157.157,74	3.955.302,25	3.955.302,25
	(C)		45.183.601,06		44.454.090,97
69	Custos e perdas extraordinárias	157.338,91	157.338,91	218.371,08	218.371,08
	(E)		45.340.939,97		44.672.462,05
86	Impostos s/ rendimentos do exercício		669.343,62		30.547,09
	Impostos diferidos		115.658,96		-104.216,78
	(G)		46.125.942,55		44.598.792,36
88	Resultado Líquido do Exercício		1.885.399,42		-116.712,57
			48.011.341,97		44.482.079,79

POC	Proveitos e Ganhos	2007		2006	
71	Vendas				
	Mercadorias				
	Produtos	28.457.876,11		24.495.426,97	
72	Prestações de Serviços	11.983.611,62	40.441.487,73	10.385.847,38	34.881.274,35
75	Trabalhos para a própria empresa	2.663.576,82	2.663.576,82	2.761.868,27	2.761.868,27
73	Proveitos Suplementares	1.465.040,83		930.144,09	
74	Subsídio à Exploração	11.986,12		3.676,78	
77	Reversões de Amortizações e Ajustamentos	0,00	1.477.026,95	0,00	933.820,87
	(B)		44.582.091,50		38.576.963,49
78	Proveitos e ganhos financeiros	529.867,76	529.867,76	978.058,98	978.058,98
	(D)		45.111.959,26		39.555.022,47
79	Proveitos e ganhos extraordinários	2.899.382,71	2.899.382,71	4.927.057,32	4.927.057,32
	(F)		48.011.341,97		44.482.079,79

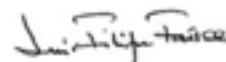
RESULTADOS OPERACIONAIS	(B-A)=	5.555.648,18	-1.245.951,10
RESULTADOS FINANCEIROS	(D-B)-(C-A)=	-5.627.289,98	-3.653.117,40
RESULTADOS CORRENTES	(D-C)=	-71.641,80	-4.899.068,50
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTO	(F-E)=	2.670.402,00	-190.382,26
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(F-G)=	1.885.399,42	-116.712,57



Joaquim Marques Ferreira
(Presidente)



Artur Ribeiro
(Vogal)



Luís Faísca
(Vogal)



Júlio Barroso
(Vogal)



Gilberto Viegas
(Vogal)

O Director Administrativo e Financeiro



José Manuel Perdigo

O Técnico Oficial de Contas



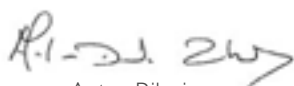
António Rabeca

Demonstração de Resultados por Funções

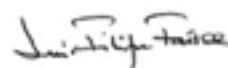
	2007	2006
Vendas e prestações de Serviços	40.441.487,73	34.881.274,35
Custo das vendas e das Prestações de Serviços	30.793.303,34	31.177.822,83
Resultados Brutos	9.648.184,39	3.703.451,52
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	4.241.877,41	8.622.746,46
Custos de Distribuição	0,00	0,00
Custos de exploração	0,00	3.330.693,06
Custos Administrativos	5.000.981,35	5.158.937,20
Outros Custos e Perdas Operacionais	591.388,47	373.832,58
Resultados Operacionais	8.297.691,98	3.462.735,14
Custo Líquido do Financiamento	-5.627.289,98	-3.653.117,40
Ganhos (Perdas) em Filiais e Associadas		
Ganhos (Perdas) em Outros Investimentos		
Resultados Correntes	2.670.402,00	-190.382,26
Imposto Sobre os Resultados Correntes	785.002,58	-73.669,69
Resultados Correntes após Impostos	1.885.399,42	-116.712,57
Resultados Extraordinários	0,00	0,00
Imposto Sobre os Resultados Extraordinários	0,00	0,00
Resultados Líquidos	1.885.399,42	-116.712,57
Resultados por acção	0,316	-0,020



Joaquim Marques Ferreira
(Presidente)



Artur Ribeiro
(Vogal)



Luís Faísca
(Vogal)



Júlio Barroso
(Vogal)



Gilberto Viegas
(Vogal)

O Director Administrativo e Financeiro



José Manuel Perdigão

O Técnico Oficial de Contas



António Rabeca

Demonstração dos Fluxos de Caixa

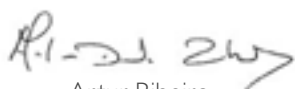
	2007	2006
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:		
Clientes	38.634.110,51	34.644.229,85
Reembolsos de Impostos	18.634.426,05	6.613.342,94
Outros Recebimentos de Exploração	675.653,10	53.848,06
Recebimentos Relacionados com Rubricas Extraordinárias	2.960,18	17.532,01
Recebimentos das Actividades Operacionais	57.947.149,84	41.328.952,86
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:		
Fornecedores	26.709.936,31	23.446.500,50
Outros Credores	0,00	205.669,49
Pessoal	3.650.882,02	2.780.823,32
Pagamento de Impostos sobre o Rendimento	648.460,89	722.285,39
Pagamento de Segurança Social, ADSE e CGA	1.421.264,48	1.012.834,19
Pagamento de Outros Impostos	147.962,38	273.832,95
Outros Pagamentos de Exploração	0,00	122.598,03
Pagamentos Relacionados com Rubricas Extraordinárias	54.492,10	44.537,14
Pagamentos das Actividades Operacionais	32.632.998,18	28.609.081,01
Fluxo das actividades operacionais (1)	25.314.151,66	12.719.871,85
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:		
Alienação de Investimentos Financeiros	4.365.696,04	3.725.917,04
Alienação de Imobilizado Corpóreo	13.652,60	37.286,57
Subsídios ao Investimento	25.875,49	0,00
Juros e Proveitos Similares	241.606,51	153.301,38
Rendimentos de Partes de Capital	0,00	0,00
Outros Não Especificados	0,00	0,00
Recebimentos das Actividades de Investimento	4.646.830,64	3.916.504,99
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:		
Aquisições de Investimentos Financeiros	5.307.522,48	4.365.696,04
Aquisição de Imobilizado Corpóreo	4.799.734,02	2.576.296,57
Aquisição de Imobilizado Incorpóreo	0,00	9.075,00
Aquisição de Imobilizado em Curso	32.060.025,19	55.593.098,86
Pagamentos das Actividades de Investimento	42.167.281,69	62.544.166,47
Fluxo das actividades de investimento (2)	-37.520.451,05	-58.627.661,48
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:		
Empréstimos Obtidos	19.853.838,36	87.964.924,79
Aumentos de Capital, Prestações Suplementares e Prémios de Emissão	856.275,17	7.136.589,00
Subsídios e Doações	0,00	526.146,10
Outros Não Especificados	1.032,32	0,00
Recebimentos das Actividades de Financiamento	20.711.145,85	95.627.659,89
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:		
Reembolsos de Empréstimos Obtidos	15.376.870,98	59.968.173,77
Juros e Custos Similares	5.557.950,34	3.668.991,60
Outros Não Especificados	0,00	27,01
Pagamentos das Actividades de Financiamento	20.934.821,32	63.637.192,38
Fluxo das actividades de financiamento (3)	-223.675,47	31.990.467,51
Varição de Caixa e Seus Equivalentes (1+2+3)	-12.429.974,86	-13.917.322,12
Efeito das Diferenças de Câmbio	0,00	0,00
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período	-9.478.214,12	4.439.108,00
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período	-21.908.188,98	-9.478.214,12
DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES:		
Numerário	9.250,20	7.750,00
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	6.744.441,53	6.743.977,15
Descobertos Bancários	-28.671.879,71	-16.229.941,27
Disponibilidades constantes do Balanço	-21.908.188,98	-9.478.214,12

(cont.)

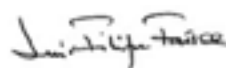
Demonstração dos Fluxos de Caixa (cont.)



Joaquim Marques Ferreira
(Presidente)



Artur Ribeiro
(Vogal)



Luís Faísca
(Vogal)

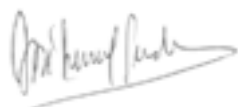


Júlio Barroso
(Vogal)



Gilberto Viegas
(Vogal)

O Director Administrativo e Financeiro



José Manuel Perdigão

O Técnico Oficial de Contas



António Rabeca

4.4 – Relatório e Parecer do Fiscal Único



PricewaterhouseCoopers
& Associados - Sociedade de
Revisores Oficiais de Contas, Lda,
Palácio Sottomayor
Rua Sousa Martins, 1 - 3º
1050-316 Lisboa
Portugal
Tel +351 213 500 000
Fax +351 213 500 999

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de Águas do Algarve, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas, em anexo, bem como o Relatório sobre a Fiscalização endereçado ao Conselho de Administração.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, as Demonstrações dos Resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os correspondentes Anexos, excepto nos aspectos mencionados na Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados, excepto nos aspectos mencionados na Certificação Legal das Contas;
- iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados se encontra devidamente fundamentada.

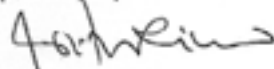
Águas do Algarve, S.A.
27 de Fevereiro de 2008

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2008

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:



José Manuel Oliveira Vitorino, R.O.C.

4.6 – Certificação Legal de Contas



PricewaterhouseCoopers
& Associados - Sociedade de
Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Palácio Sottomayor
Rua Sousa Martins, 1 - 3ª
1009-010 Lisboa
Portugal
Tel +351 213 099 900
Fax +351 213 099 999

Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Águas do Algarve, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de 383.258.777,40 euros e um total de capital próprio de 38.704.914,75 euros, incluindo um resultado líquido de 1.885.399,42 euros), as Demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções, e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos nºs 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Águas do Algarve, S.A.
27 de Fevereiro de 2008

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7 A empresa estimou o seu investimento, custos e proveitos totais da Concessão com base num Estudo de Viabilidade Económico-Financeira actualizado, mas ainda não aprovado pelo Concedente, cujos principais pressupostos foram aprovados em Assembleia Geral, entre os quais a extensão do prazo da concessão, da competência única do Concedente. No entanto, dado que ainda não estão formalmente aprovadas as condições em que será recuperado o valor de investimento previsto, eventuais ajustamentos poderão revelar-se necessários caso aquelas sejam diferentes das consideradas pela empresa.

8 Considerando o exposto na lei de bases no que se refere a novos investimentos não previstos no contrato de concessão, aprovados ou impostos pelo Concedente, o método utilizado pela Empresa para determinar o valor de indemnização a pagar no final do contrato pelo Concedente e o respectivo complementar de valor amortizável resulta da sua interpretação das regras definidas naquele diploma, pelo que o valor de indemnização a pagar no final do contrato e o respectivo complementar de valor amortizável poderão diferir dos valores apresentados pela Empresa.

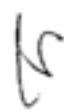
Opinião

9 Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas nos parágrafos nºs 7 e 8 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Águas do Algarve, S.A. em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

10 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para os seguintes factos:

a) Por a actividade da Empresa se enquadrar no âmbito das actividades reguladas, em que se determinam tarifas e preços permitindo a recuperação dos custos necessários para providenciar os serviços regulados bem como a remuneração dos capitais aplicados, e não se encontrarem ainda reguladas as regras e métodos que permitam regularizar os excessos e insuficiências de recuperação, optou-se por não registar aqueles excessos ou insuficiências;



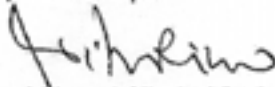
PRICEWATERHOUSECOOPERS 

Águas do Algarve, S.A.
27 de Fevereiro de 2008

b) De acordo com o nº 2 da cláusula 16ª do Contrato de Concessão de Saneamento, a Empresa deveria receber anualmente, dos utilizadores, os valores mínimos garantidos anexos ao Contrato de Concessão. Da leitura do nº 6 de mesma cláusula, entende-se que estes valores mínimos só começarão a ser aplicados quando se iniciar a utilização efectiva das infra-estruturas correspondentes, o que não se verifica. Acresce ainda que, de acordo com o nº 4 da mesma cláusula, a medição de caudais reais está sujeita ao reconhecimento do concedente, o que não aconteceu formalmente a esta data. Desta forma, entendeu a Empresa, com a concordância expressa dos utilizadores do sistema, efectuar a sua facturação de acordo com valores de caudal estimado ou com base em medições reais, quando possível.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2008

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:



José Manuel Oliveira Vitorino, R.O.C.

